

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 20/10/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **II Exame Nacional da Magistratura**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 13 e 22.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do II ENAM** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/cbd1b786-6547-4a93-a2f7-a73177cb403d/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/9d9edf5e-1f95-413f-b778-0122deb29cee>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

II EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

QUESTÃO 01. Um Senador da República, pretendendo realizar a expansão da seguridade social, protocolou em janeiro de 2024 um projeto de lei ordinária para a criação de uma nova contribuição adicional de seguridade social, prevendo que produziria efeitos depois de decorridos trinta dias da data da publicação da lei que a instituiu. A lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, sendo publicada em maio de 2024.

Antes mesmo de transcorridos os trinta dias previstos na lei, uma sociedade empresária ingressou com ação declaratória tributária, requerendo que seja declarado seu direito de não recolher tal exação, alegando que a nova lei é inconstitucional.

Diante dos fatos trazidos no enunciado, assinale a opção que apresenta a alegação que você, como magistrado(a), acolheria para que tal lei fosse considerada inconstitucional.

- a) Por violar apenas a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição.
- b) Por violar a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição e por violar a anterioridade tributária anual.
- c) Por violar a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição e por violar a anterioridade tributária nonagesimal.
- d) Por violar a reserva de iniciativa do Presidente da República para a criação desse tipo de contribuição e por violar a anterioridade tributária anual.
- e) Por violar a reserva de iniciativa do Presidente da República e por violar a reserva de lei complementar para a criação desse tipo de contribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda os temas princípios tributários.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei também viola o princípio da noventena, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta pois a anterioridade anual não se aplica às contribuições para a seguridade social, conforme art. 195, § 6º, da CF: “As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “b””.

A alternativa C está correta. A instituição de contribuições residuais para a seguridade social demanda lei complementar, conforme art. 195, § 4º, da CF: “A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I”. Nesse

sentido, determina o art. 154, I, que “mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição”. Ademais, a contribuição em questão deverá respeitar o princípio da noventena, conforme comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta, por dois motivos. Primeiro porque as contribuições não precisam respeitar o princípio da anterioridade anual, conforme comentários à alternativa B. Segundo porque não há iniciativa privativa de lei em matéria tributária, conforme tese fixada no tema de repercussão geral 682: “Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedam renúncia fiscal”.

A alternativa E está incorreta pois não há iniciativa privativa de lei em matéria tributária, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 02. Na data-base de reajuste da categoria dos bancários, a negociação para a implementação de reajuste salarial, a partir de 2024, fracassou. Então, o sindicato dos empregados, após assembleia, decidiu que em 24 horas ocuparia todas as agências bancárias da região para pressionar os empregadores a aceitarem o reajuste desejado. Os bancos foram comunicados por escrito dessa decisão. Um banco estatal federal (sociedade de economia mista) e um banco privado resolveram, cada qual, ingressar com interdito proibitório na defesa de seus interesses, visando impedir que a posse de suas agências fosse molestada pelos grevistas. Considerando os fatos, as regras de competência e o entendimento consolidado do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) Tanto o banco estatal quanto o privado deverão ajuizar suas ações na Justiça Estadual.
- b) O banco estatal, dada a sua natureza jurídica, ajuizará ação na Justiça Federal comum e o banco privado, na Justiça do Trabalho.
- c) O banco estatal federal e o banco privado ajuizarão suas ações na Justiça do Trabalho.
- d) O banco privado ajuizará ação na justiça estadual e o banco estatal federal, na Justiça Federal comum.
- e) O banco estatal federal e o banco privado ajuizarão suas ações na Justiça Federal comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema competência da justiça do trabalho.

Sobre o exercício do direito de greve, portanto, o inciso II do Art. 114 da CF indica que compete à Justiça do Trabalho as ações que envolvam exercício do direito de greve. Vejamos: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;”

No mesmo sentido, o STF fixou a Súmula Vinculante 23, segundo a qual: “Súmula Vinculante 23: A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.”

Portanto, tanto o banco estatal federal e o banco privado ajuizarão suas ações na Justiça do Trabalho. Desta feita, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. Foi publicada a Lei no X, do Estado Alfa, alterando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Estaduais. O objetivo declarado desse diploma normativo era o de desburocratizar o processo administrativo disciplinar, tendo estabelecido os requisitos a serem observados para a implementação da consensualidade da pura reprimenda e da consensualidade de colaboração, em que o servidor estadual pode receber uma sanção de imediato, independentemente de qualquer colaboração com a apuração, ou vir a recebê-la caso ocorra essa colaboração.

A alteração foi muito comemorada por Maria, Deputada Estadual e autora do projeto, e considerada inconstitucional pelo Diretório Regional do Partido político Beta, agremiação partidária que somente possui representação na Câmara dos Deputados. O referido Diretório ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal.

Sobre a hipótese, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) Beta não tem legitimidade para ajuizar a ADI.**
- b) A Lei no X não apresenta vício de inconstitucionalidade.**
- c) A Lei no X veicula temática própria de lei complementar, logo, é inconstitucional.**
- d) A Lei no X deve ser considerada constitucional, caso tenham sido observadas as normas gerais editadas pela União.**
- e) O Estado Alfa incursionou em matéria de competência legislativa privativa da União, mas a Lei no X é constitucional caso haja lei da União autorizando a sua edição.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o Controle de Constitucionalidade.

A alternativa A está correta. Os legitimados para as ações de controle concentrado de constitucionalidade estão previstos no art. 103 da CF/88: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional". O Diretório Regional de partido político não possui legitimidade para a propositura de ADI, apenas o Diretório Nacional, conforme o entendimento fixado nas ADIs 610 e 779, já que o órgão regional não representa o partido político.

A alternativa B está incorreta. Perceba que a autora do projeto foi uma deputada estadual. Portanto, há vício de inconstitucionalidade, já que é de competência privativa do Chefe do Executivo leis que

disponham sobre regime jurídico de servidores públicos, nos termos do art. 61, § 1º, II, c da CF/88. Aplica-se o princípio da simetria, conforme decidiu o STF na ADI 3.920. Ou seja, há vício formal de iniciativa.

A alternativa C está incorreta. A CF/88 indicou expressamente os temas que ela quis que fossem tratados por lei complementar, não é o caso da temática abordada.

A alternativa D está incorreta. A lei não deve ser considerada constitucional, já que apresenta vício formal de iniciativa.

A alternativa E está incorreta. O tema não é de competência privativa da União, logo, não há necessidade de lei autorizativa.

QUESTÃO 04. Determinada Lei do Estado Alfa isentou os servidores públicos do respectivo Estado do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos realizados por Alfa, com a finalidade de motivá-los a continuar a se aperfeiçoar tecnicamente.

Sobre a referida norma, assinale a afirmativa correta.

a) É constitucional, pois observou o princípio da eficiência ao implementar a medida que beneficia seus servidores, com a finalidade de motivá-los a continuar estudando e a participar de ações de formação continuada.

b) É constitucional, pois observou o princípio da igualdade no viés material, já que a norma estabeleceu distinções a fim de compensar os indivíduos que se encontram em situação desprivilegiada para elevá-los ao patamar dos demais.

c) É inconstitucional, pois a medida aprovada não tem a finalidade de promover a igualdade substancial, ou seja, não está voltada à mitigação de uma discriminação ou de uma desigualdade constatada na sociedade.

d) É constitucional, pois a taxa de inscrição em concurso público não tem natureza tributária e, portanto, a concessão da isenção está inserida em um espaço de discricionariedade administrativa para a gestão dos recursos públicos.

e) É inconstitucional, pois a concessão da isenção de taxa tem natureza tributária e, portanto, é necessária a observância dos princípios constitucionais tributários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema concursos públicos.

Conforme entendimento do STF: “EMENTA (...) Isenção da taxa de inscrição em concursos públicos concedida aos servidores públicos estaduais. Violação do princípio da isonomia ou igualdade. Procedência do pedido. (...) 3. No caso em apreço, o critério utilizado pela norma para a isenção da taxa de inscrição nos concursos públicos estaduais é a existência da qualidade de servidor público estadual. Além de não haver correlação lógica entre o fator de discriminação escolhido pelo Estado do Ceará e o tratamento desigual estipulado pela norma, esse tratamento desigual também não se justifica à luz do ordenamento constitucional. 4. Ao conceder a isenção a uma categoria que teria condições de arcar com

os custos da inscrição no certame, o Estado amplia a desvantagem daqueles que, por insuficiência de recursos, não conseguem pagar tal quantia – e, portanto, sequer têm a chance de concorrer por um cargo na Administração estadual –, restringindo, conseqüentemente, o acesso à via do concurso público. A porta de entrada para o concurso público deve ser igualmente acessível a todos os cidadãos, sendo válidas as medidas que fomentem essa igualdade de acesso, e não as que ampliem a desigualdade entre os possíveis candidatos. (...) 6. Não se constata a cogitada correlação entre a facilitação da inscrição para servidores públicos e o princípio da eficiência. É que, de um lado, esse benefício não se presta para motivar tais servidores a continuar estudando, a participar de ações de formação continuada e/ou a se preparar para outros certames no âmbito do Estado; de outro, há outras formas de fomentar o bom desempenho no mister público e de valorizar a categoria, o que, porém, não pode se dar pela quebra de isonomia no acesso ao certame. 7. O fato de a taxa de concurso público não ostentar feição tributária não quer dizer que a concessão da sua isenção estaria inserida em um espaço de completa discricionariedade. Nada obriga o Estado a conceder uma isenção dessa natureza, porém, ao fazê-lo, não está autorizado a privilegiar determinados grupos de forma anti-isonômica. Isso porque todo e qualquer ato da Administração Pública se encontra submetido à tábua axiológica da Constituição. Inexistindo justificção razoável para a concessão da isenção, como no caso da lei cearense, a medida importa em privilégio incompatível com a ordem constitucional. (ADI 5818, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 16-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-155 DIVULG 04-08-2022 PUBLIC 05-08-2022)

As alternativas A, B, D e E contrariam o entendimento do STF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 05. A Supremacia da Constituição Federal de 1988 e sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna imprescindível o debate sobre as formas e os modos de defesa da Constituição e sobre a necessidade de controle da constitucionalidade dos atos do Poder Público, principalmente das leis e dos atos normativos. Assim, a respeito do controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) Coexistindo ações diretas de inconstitucionalidade de uma mesma norma estadual, a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça somente prejudicará a ação perante o Supremo Tribunal Federal se for pela improcedência e desde que a alegação ofenda dispositivo constitucional estadual que constitui reprodução de norma da Constituição Federal de 1988.

b) O legislador não pode dispor, em novo ato legislativo, sobre a mesma matéria versada em legislação anteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo, pois tal conduta importa em desrespeito à autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal.

c) Os Tribunais de Justiça Estaduais não podem exercer o controle abstrato da constitucionalidade das leis municipais utilizando como parâmetros as normas da Constituição Federal de 1988, ainda que se trate das normas de reprodução obrigatória pelos Estados.

d) O *Overruling* é a técnica que pressupõe a força vinculante do precedente e que, portanto, impõe à Corte responsável pela sua formulação um complexo encargo argumentativo, a indicar que a antiga interpretação já se tornou inconstitucional ou está se tornando.

e) Não é cabível na Ação Direta de Inconstitucionalidade a inclusão, em seu pedido, da declaração de revogação das normas anteriores à vigência do novo parâmetro constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o Controle de Constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. Segundo o entendimento fixado pelo STF na ADI 3.659, “coexistindo ações diretas de inconstitucionalidade de um mesmo preceito normativo estadual, a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça somente prejudicará a que está em curso perante o STF se for pela procedência e desde que a inconstitucionalidade seja por incompatibilidade com dispositivo constitucional estadual tipicamente estadual (= sem similar na Constituição Federal)”. No mais, a Corte entendeu que se existir declaração de inconstitucionalidade de preceito normativo estadual pelo Tribunal de Justiça com base em norma constitucional estadual que constitua reprodução (obrigatória ou não) de dispositivo da Constituição Federal, subsiste a jurisdição do STF para o controle abstrato tendo por parâmetro de confronto o dispositivo da Constituição Federal reproduzido.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 28, parágrafo único da Lei 9.868/99, temos que: “Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal”. Observe que o dispositivo se refere “aos demais órgãos do Poder Judiciário”, o que, portanto, exclui o STF, que não estará vinculado às decisões que ele próprio tomar em ADI, também não alcança o Poder Legislativo, que poderá editar nova lei de conteúdo idêntico ao da norma declarada inconstitucional pelo STF.

A alternativa C está incorreta. Conforme o Supremo Tribunal Federal, no RE 650898/RS, em situação excepcional, o Tribunal de Justiça pode realizar controle abstrato de constitucionalidade tendo como parâmetro a Constituição Federal. Isso será possível quando a norma da Constituição Federal que servirá como parâmetro for de reprodução obrigatória pelas Constituições Estaduais. Nesse sentido, foi fixada a seguinte tese: “Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados”.

A alternativa D está correta. O chamado "overruling" acontece quando um tribunal decide que uma interpretação feita anteriormente não é mais válida, mudando o entendimento já estabelecido. Isso demanda um forte argumento justificativo para garantir a segurança e estabilidade do sistema jurídico.

A alternativa E está incorreta. Um dos efeitos da decisão de mérito da ADI é o repristinatório. Quando uma lei ou ato normativo é declarado inconstitucional em sede de ADI, a legislação anterior (acaso existente) voltará a ser aplicável. No entanto, o STF poderá declarar a inconstitucionalidade da norma impugnada (objeto da ação) e também das normas por ela revogadas, evitando o efeito repristinatório (indesejado) da decisão de mérito. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que o autor impugne tanto a norma revogadora quanto os atos por ela revogados. De fato, o STF exige a impugnação da cadeia de normas revogadoras e revogadas até o advento da CF/88, já que o controle abstrato de constitucionalidade abrange tão somente o direito pós-constitucional. Porém, o STF admite o cabimento de ADI nos casos em que o autor, por precaução, inclui, em seu pedido, também a declaração de revogação de normas anteriores à vigência do novo parâmetro constitucional, segundo o entendimento fixado na ADI 4.711.

QUESTÃO 06. Uma lei do Estado Delta, de iniciativa da Assembleia Legislativa, estabeleceu a recomposição linear nos vencimentos e nas funções gratificadas dos servidores públicos do Poder Legislativo estadual, estendendo-a aos aposentados e pensionistas, com o intuito de recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda.

A respeito da referida norma, de acordo com a ordem sistemática constitucional e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Ela é constitucional, pois a Constituição Federal de 1988 garante a revisão geral como forma de recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda.

b) Ela é inconstitucional, pois a iniciativa legislativa para a revisão geral de vencimentos de todos os servidores estaduais é do Poder Executivo.

c) Ela é constitucional, pois a iniciativa legislativa para a revisão geral de vencimentos dos servidores do Poder Legislativo é do próprio Poder Legislativo.

d) Ela é inconstitucional, pois a competência para a concessão da revisão geral anual de vencimentos de todos os servidores públicos é da União, por meio de norma de iniciativa do Presidente da República.

e) Ela é constitucional, pois em razão do princípio da isonomia os aposentados e pensionistas também devem ser beneficiados com a revisão geral de vencimentos, uma vez que a finalidade da norma é a recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a revisão geral como forma de recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda.

Em resumo, o enunciado informa que uma lei do Estado Delta, de iniciativa da Assembleia Legislativa, estabeleceu a recomposição linear nos vencimentos e nas funções gratificadas dos servidores públicos do Poder Legislativo estadual, estendendo-a aos aposentados e pensionistas, com o intuito de recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda. O tema foi julgado pelo STF na ADI 5.562. Conforme a Corte, “define-se o instituto da revisão geral quando o propósito do aumento remuneratório concedido for apenas o de recompor a perda do poder aquisitivo da moeda, devendo-se, nesse caso, observar a iniciativa do chefe do Poder Executivo para se deflagrar o processo legislativo respectivo. De outro modo, se o aumento remuneratório trazer um ganho real, ou seja, for além da perda do poder aquisitivo, a competência para se deflagrar o processo legislativo será de cada um dos poderes ou órgãos com autonomia administrativa, financeira e orçamentária”. Os Ministros do Supremo também explicaram que quando o incremento salarial é concedido de forma ampla, sobre os vencimentos e funções gratificadas, estendendo-se aos aposentados e pensionistas, consubstancia a revisão geral, a qual deve observância à iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme reiterada jurisprudência do STF. Logo, a Lei do Estado Delta é inconstitucional, pois a iniciativa legislativa para a revisão geral de vencimentos de todos os servidores estaduais é do Poder Executivo. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. Maria, política muito conhecida no cenário nacional, tendo ocupado por décadas inúmeros cargos de grande relevância nas estruturas estatais de poder, foi convidada, pelo editor de um conhecido e tradicional periódico, a participar de uma entrevista sobre sua vida profissional, com o objetivo de subsidiar reportagem que seria direcionada especificamente a ela.

Como Maria protagonizara diversas controvérsias em sua atuação funcional e não mais ocupava qualquer cargo público, decidiu não conceder a entrevista, de modo a preservar a sua esfera jurídica. Apesar disso, o referido periódico dedicou uma edição inteira à análise da vida pública de Maria, realizando críticas ácidas à sua atuação funcional, o que ocorreu sem que tivesse conhecimento prévio do teor da matéria, desagradando-a profundamente.

Considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) A matéria seria lícita caso fosse adotado o conceito de reportagem neutral, mas a existência de críticas ácidas evidencia a sua ilicitude.
- b) Em razão da autonomia da vontade, a negativa de Maria em conceder a entrevista evidencia a ilicitude da matéria em relação à análise de sua vida pública.
- c) As liberdades de pensamento e expressão devem preponderar na situação descrita, abrangendo a realização de críticas, ainda que sejam consideradas ácidas.
- d) Como a liberdade de expressão sempre prepondera sobre o direito à honra de personagens públicos, a matéria publicada pelo periódico apresenta conformidade constitucional.
- e) Apesar de Maria ter ocupado cargos públicos, o que evidencia o interesse público na matéria, o resultado da ponderação entre o direito à honra e a liberdade de informação se inverteu ao deixar de ocupá-los, de modo que aquele direito passou a prevalecer.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a publicação de matérias jornalísticas que criticam a atuação de figuras públicas.

Perceba que há um duelo entre o direito de privacidade x direito de informação. De acordo com a característica da Relatividade ou Limitabilidade, um direito fundamental pode limitar o exercício do outro direito no caso concreto. Quando dois ou mais direitos fundamentais se colidem, não ocorrerá o sacrifício de um deles, mas sim a ponderação de um pelo outro, em determinada situação real. Dessa forma, não existe direito fundamental que se revista de um “caráter absoluto”. No REsp 1.729.550-SP, o STJ se posicionou sobre a temática. A controvérsia principal estava nos limites da liberdade de imprensa. Na ocasião, foi fixada a seguinte tese: “Não caracteriza hipótese de responsabilidade civil a publicação de matéria jornalística que narre fatos verídicos ou verossímeis, embora eivados de opiniões severas, irônicas ou impiedosas, sobretudo quando se trate de figuras públicas que exerçam atividades tipicamente estatais, gerindo interesses da coletividade, e a notícia e crítica referirem-se a fatos de interesse geral relacionados à atividade pública desenvolvida pela pessoa noticiada”. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. A Lei Federal no X cominou a sanção de multa pelo descumprimento das normas ambientais que indicou. Em determinado mandado de segurança, Maria, que recebera a referida

sanção, sustentava a inconstitucionalidade desse diploma normativo e, por via reflexa, a nulidade da multa que sofrera. A Câmara competente do Tribunal de Justiça do Estado Beta, que processou e julgou a causa em caráter originário, não reconheceu a alegada inconstitucionalidade, denegando a ordem.

No dia seguinte à publicação do acórdão, que não padecia de qualquer erro, obscuridade, contradição ou omissão, foi publicado acórdão do Supremo Tribunal Federal, proferido em sede de controle concentrado de constitucionalidade, no qual foi declarada a inconstitucionalidade da Lei Federal no X.

Sobre a hipótese apresentada, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

a) O acórdão proferido pela Câmara tornou-se ineficaz.

b) O acórdão proferido pela Câmara afrontou a reserva de plenário.

c) O acórdão proferido pela Câmara pode ser reformado por decisão monocrática do relator do recurso extraordinário do Supremo Tribunal Federal.

d) O acórdão proferido pela Câmara deve ser objeto do recurso próprio, a ser julgado pelo Tribunal ad quem, não sendo de competência do Supremo Tribunal Federal o seu julgamento.

e) O órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado Beta, no juízo de admissibilidade do recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, deve reconhecer a ineficácia do acórdão proferido pela Câmara.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão combina dois temas: Controle de Constitucionalidade e Recursos.

A alternativa A está incorreta. O acórdão não se tornou ineficaz, porque foi proferido antes da decisão do STF.

A alternativa B está incorreta. O acórdão proferido pela Câmara não afrontou a reserva de plenário, porque não declarou a inconstitucionalidade. A cláusula de reserva de plenário objetiva que uma lei seja declarada inconstitucional somente quando houver vício manifesto, reconhecido por um grande número de julgadores experientes. Nos termos do art. 97 da CF/88: “Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”.

A alternativa C está incorreta. Na situação, cabe o Recurso Ordinário Constitucional, nos termos do art. 105, II, b da CF/88. Logo, não está atendido um requisito importante para o Recurso Extraordinário, que é o esgotamento das vias ordinárias, segundo a súmula 281 do STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”.

A alternativa D está correta. Como estamos diante de decisão denegatória em sede de MS julgada pelo TJ em única instância, cabe o ROC ao STJ, conforme o art. 105, II, b da CF/88: “Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão”.

A alternativa E está incorreta. Não cabe ao STF realizar o julgamento, mas sim ao STJ em sede de ROC.

QUESTÃO 09. José, acometido de câncer, percebe apenas um salário mínimo de aposentadoria e precisa fazer uso de remédio de baixo custo prescrito pelo médico público que o acompanha. Ao buscar o remédio na Secretaria Municipal de Saúde da sua cidade, foi informado de que tal medicamento, usualmente fornecido pelo SUS (integra a lista padronizada do SUS) e registrado na Anvisa, havia se esgotado no estoque municipal. Foi informado, também, de que somente haveria recursos para nova aquisição no ano seguinte, após a inclusão de novas dotações na lei orçamentária anual.

Não podendo interromper seu tratamento, conforme orientação médica comprovada, e sem recursos para adquirir o remédio, José procura a Defensoria Pública Estadual, para que ela promova uma ação contra o Município para que o medicamento seja fornecido incondicionalmente. Em contestação, o ente federado alega que enfrenta grave crise financeira, que não possui dotações orçamentárias para esse fornecimento e que haveria indevida interferência do Poder Judiciário em matéria orçamentária, caso fosse obrigado a fornecer o medicamento por ordem judicial.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Com fundamento na teoria da reserva do possível, caso comprovada a crise financeira municipal, o magistrado não pode obrigar o Município a fornecer o medicamento.

b) A ausência de dotação orçamentária específica impede qualquer concessão do medicamento por ordem judicial, uma vez que é constitucionalmente vedado realizar despesas não previstas na lei orçamentária anual.

c) A criação de despesa orçamentária para a concessão de medicamento sem previsão na lei orçamentária, por ordem do Poder Judiciário, não é possível por violar a separação dos poderes.

d) O Poder Judiciário pode determinar a realização dessa despesa não originalmente prevista na lei orçamentária, em razão da grave omissão do Poder Público na garantia do direito fundamental à saúde.

e) A criação da despesa para o fornecimento do medicamento pode ser ordenada por decisão judicial, desde que a União participe obrigatoriamente do polo passivo da demanda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre a cláusula de reserva do possível e o mínimo existencial.

A cláusula de reserva do possível estabelece que a efetivação dos direitos sociais deve acontecer na medida exata do possível, mais especificamente “na medida do financeiramente possível”. O princípio do mínimo existencial consiste num grupo de prestações essenciais que devem ser fornecidas ao indivíduo pelo Poder Estatal. Observe que a cláusula da reserva do possível possui limites. Tais limites são balizados pelo mínimo existencial, conforme entendimento firmado pelo STF no RE 639.637. Ao alegar a reserva do possível para a não materialização de direitos sociais, o Estado deve ao menos assegurar o mínimo existencial, sendo esta garantia uma obrigação inafastável do Poder Público. Ele

não pode simplesmente alegar que não possui recursos orçamentários. O Supremo Tribunal Federal entende que, ocorrendo uma situação extrema, é fundamental que o Poder Público demonstre objetivamente a inexistência de recursos públicos e a falta de previsão orçamentária da respectiva despesa. No entanto, alguma coisa ele precisa prestar. Vale ressaltar que, excepcionalmente, pode o Poder Judiciário intervir nas políticas públicas, de forma a implementá-las, em caso de inércia estatal injustificável. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 10. Sobre medida provisória, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Não é permitido aos Chefes do Poder Executivo dos Estados-membros editarem medidas provisórias, ainda que seja observado o conjunto de regras básicas do processo legislativo posto no texto constitucional de 1988.

b) Os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias não podem, em nenhuma hipótese, ser submetidos ao crivo do Poder Judiciário, por força da regra da separação dos poderes.

c) Não é cabível o controle de constitucionalidade da medida provisória para a comprovação do desvio de finalidade ou abuso da competência normativa do Chefe do Executivo.

d) A conversão de medida provisória em lei, com absorção de conteúdo, não torna prejudicado o debate sobre o atendimento dos pressupostos de sua admissibilidade.

e) A medida provisória não revoga a lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre as Medidas Provisórias. A medida provisória é uma norma primária, prevista no art. 62 da CF/88. Entretanto, o responsável pela sua edição é o Presidente da República, sendo o Poder Legislativo chamado à discussão após a norma já ter força de lei e produzir os seus efeitos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o estabelecido na ADI 7.375, o STF entende que, “é dado aos Chefes do Poder Executivo dos Estados-membros editarem medidas provisórias, desde que a espécie legislativa esteja prevista na Constituição estadual e seja observado o conjunto de regras básicas do processo legislativo postas no Texto Constitucional de 1988”. Logo, é permitido aos chefes do Poder Executivo dos Estados membros editarem medidas provisórias.

A alternativa B está incorreta. Não é correto afirmar que requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias não podem, em nenhuma hipótese, ser submetidos ao crivo do Poder Judiciário. Com base no entendimento do STF fixado na ADI 5.599, “no limitado controle dos requisitos formais da medida provisória deve o Poder Judiciário verificar se as razões apresentadas na exposição de motivos pelo Chefe do Poder Executivo são congruentes com a urgência e a relevância alegadas, sem adentrar ao juízo de fundo que o texto constitucional atribui ao Poder Legislativo”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do entendimento fixado pelo STF na ADI 7.232, “é possível o controle de constitucionalidade de medida provisória quando se comprove desvio de finalidade ou abuso da competência normativa do Chefe do Executivo, pela ausência dos requisitos constitucionais de relevância e urgência”.

A alternativa D está incorreta. A conversão de medida provisória em lei, com absorção de conteúdo, torna prejudicado o debate sobre o atendimento dos pressupostos de sua admissibilidade, segundo o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.980.

A alternativa E está correta. De fato, a Medida provisória não revoga lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário, conforme o entendimento do STF na ADI 5.716.

QUESTÃO 11. Conforme prevê o Art. 200 da Constituição Estadual de Alfa, "o Estado não intervirá nos municípios, exceto nos casos previstos no Art. 35 da Constituição Federal de 1988". Dessa forma, o constituinte de Alfa optou por não elencar no texto constitucional estadual o rol de princípios constitucionais sensíveis.

Sobre o Art. 200 da Constituição de Alfa, tendo como parâmetros a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) É constitucional, pois a previsão na Constituição Estadual da possibilidade de intervenção nos municípios é facultativa, em razão da autonomia federativa dos Estados.

b) É inconstitucional, pois é necessária a reprodução expressa do rol taxativo, previsto na Constituição Federal de 1988, dos princípios constitucionais sensíveis na Constituição Estadual ou, ao menos, em lei complementar, como requisito para a intervenção do Estado em seus municípios.

c) É constitucional, pois é desnecessária a reprodução expressa do rol taxativo, previsto na Constituição Federal de 1988, dos princípios constitucionais sensíveis na Constituição Estadual, como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo.

d) É inconstitucional, pois o Estado tem o dever de definir expressamente o rol taxativo dos princípios sensíveis que, uma vez violados, podem ensejar a intervenção nos municípios, ainda que a previsão seja distinta da Constituição Federal de 1988.

e) É constitucional, pois em observância ao princípio federativo, compete aos Estados a escolha de seguir ou não as normas previstas na Constituição Federal de 1988, no que tange à intervenção nos municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a Intervenção Estadual.

O instituto está previsto no art. 35 da CF/88: "Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na

Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial”. Na ADI 7.369, o requerente alegou que o dispositivo questionado, por deixar de indicar, de forma expressa, os princípios cuja violação autoriza a intervenção estadual, afronta o disposto no art. 35, VI, da Constituição Federal. O STF fixou o seguinte entendimento: “É de observância obrigatória pelos Estados o rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previstos no inc. VII do art. 34 da Constituição da República, sendo desnecessária a reprodução literal na Constituição estadual como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus Municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo”. Logo, o art. 200 da Constituição de Alfa é constitucional, pois é desnecessária a reprodução expressa do rol taxativo, previsto na Constituição Federal de 1988, dos princípios constitucionais sensíveis na Constituição Estadual, como condição autorizativa para a intervenção do Estado em seus municípios, por inexistir autonomia para modificá-lo. Diante do exposto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 12. De acordo com a Constituição Federal de 1988, será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A respeito do referido remédio constitucional, a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) É incabível o pedido de desistência formulado após o início do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, quando a maioria dos ministros já tiver se manifestado favoravelmente à concessão da medida.

b) A Constituição Federal de 1988 prevê adicional noturno aos militares estaduais ou distritais e será cabível mandado de injunção para que se apliquem as normas que regulamentam o adicional noturno dos servidores públicos civis aos militares estaduais.

c) O mandado de injunção também é o meio processual adequado para questionar a efetividade da lei regulamentadora.

d) Há norma constitucional que impõe ao legislador o dever de regulamentar os direitos do nascituro e, portanto, cabe mandado de injunção para que a omissão legislativa possa ser imputada às autoridades impetradas.

e) É cabível o mandado de injunção à declaração judicial de vacância de cargo, para compelir o Presidente da República a praticar ato administrativo, concreto e determinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o Mandado de Injunção. O remédio constitucional está previsto no art. 5º, LXXI da CF/88 e Lei 13.300/2016. É cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A alternativa A está correta. No MI 712, o STF fixou o seguinte entendimento: “É incabível o pedido de desistência formulado após o início do julgamento por esta Corte, quando a maioria dos ministros já havia se manifestado favoravelmente à concessão da medida”. Segundo a Corte, o mandado de injunção coletivo, bem como a ação direta de inconstitucionalidade, não pode ser utilizado como meio de pressão sobre o Poder Judiciário ou qualquer entidade.

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento fixado pelo STF no RE 970.823, “I - A Constituição Federal não prevê adicional noturno aos Militares Estaduais ou Distritais. II – Mandado de Injunção será cabível para que se apliquem, aos militares estaduais, as normas que regulamentam o adicional noturno dos servidores públicos civis, desde que o direito a tal parcela remuneratória esteja expressamente previsto na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica do Distrito Federal”. Ou seja, como a Constituição Federal não previu aos militares estaduais o direito à percepção de adicional noturno, há ausência de omissão do poder público federal na edição de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A alternativa C está incorreta. No MI 1.872, o STF estabeleceu que o Mandado de Injunção não serve para questionar a efetividade da norma. Tanto as omissões de caráter total quanto às omissões de caráter parcial ensejam a impetração do remédio, o que é diferente de uma norma defeituosa, quando o legislador regulamenta a matéria, mas não consegue trazer o alcance e sentido pretendido pela Carta Magna.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento fixado pelo STF no MI 6.591, não há imposição constitucional do dever de legislar sobre os direitos de nascituro. Inclusive, a Corte esclareceu o seguinte: “A jurisprudência desta Corte é remansosa no sentido do descabimento do mandado de injunção quando inexistir um direito constitucional que não possa ser exercido por ausência de norma regulamentadora (Precedente: MI 5.470 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJe 20/11/2014)”.

A alternativa E está incorreta. O STF decidiu, no MI 14 QO, que “não se presta o mandado de injunção à declaração judicial de vacância de cargo, nem a compelir o presidente da república a praticar ato administrativo, concreto e determinado”.

QUESTÃO 13. Sobre o tema prisão temporária, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A decretação da prisão temporária reclama sempre a presença do Art. 1º, inciso III, da Lei nº 7.960/1989, que elenca o rol de crimes aptos a ensejar tal medida cautelar. O dispositivo, ao exigir a presença de fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes nele previstos, evidencia a necessidade do fumus commissi delicti, indispensável para a decretação da medida cautelar. O citado rol de crimes possui natureza taxativa, desautorizada a analogia ou a interpretação extensiva, em razão dos princípios constitucionais da legalidade estrita e do devido processo legal substantivo.

II. A prisão temporária deve estar fundamentada em fatos novos ou contemporâneos à decretação da medida (Art. 312, § 2º, do Código de Processo Penal). Ainda que se cuide de

dispositivo voltado à prisão preventiva, a regra é consequência lógica da cautelaridade das prisões provisórias e do princípio constitucional da não culpabilidade.

III. O Código de Processo Penal dispõe que a prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o Art. 319 desse Código. O não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de modo individualizado. A citada disposição desse Código não se aplica às prisões temporárias, por possuírem natureza de medida cautelar na fase investigatória pré-processual.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A banca examinadora indicará como correta a **letra B**. Contudo, em nosso entendimento, a questão é passível de anulação por não existir resposta correta. A questão aborda a interpretação de dispositivos legais que regulam a prisão temporária, exigindo conhecimento do entendimento jurisprudencial recente do Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADIs 4.109 e 3.360. Vamos analisar cada item.

O item I será apontado como correto pela banca examinadora, vez que repete trecho da ementa de julgamento das ADIs 4.109 e 3.360, em que o STF confirmou a natureza taxativa do rol de crimes da Lei de Prisão Temporária, impedindo o uso de analogia ou interpretação extensiva, obrigando a observância dos princípios da legalidade estrita e do devido processo legal. Contudo, o julgamento do STF pela constitucionalidade da Lei de Prisão Temporária (Lei n. 7.960/1989) não afastou a validade da Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), que também prevê a prisão temporária aos crimes nela previstos, conforme Art. 2º, § 4º: “A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade”. É possível, portanto, que um crime previsto exclusivamente na Lei n. 8.072/90 fundamente uma prisão temporária, o que torna incorreta a afirmação: “A decretação da prisão temporária reclama sempre a presença do Art. 1º, inciso III, da Lei nº 7.960/1989”.

O item II está correto. A exigência de fatos novos ou contemporâneos para a decretação da prisão temporária, embora prevista para a prisão preventiva no Art. 312, § 2º, do CPP, aplica-se também à prisão temporária. O STF reconhece que a contemporaneidade deve ser aplicada por analogia às prisões temporárias dado o caráter cautelar de ambas as prisões e do princípio da não culpabilidade, que impede a restrição da liberdade sem elementos concretos e atuais que a justifiquem: “fixar o entendimento de que a decretação de prisão temporária autoriza-se quando, cumulativamente: (...) for justificada em fatos novos ou contemporâneos que fundamentem a medida (art. 312, § 2º, CPP)” (STF.

Plenário. ADI 4109/DF e ADI 3360/DF, Rel. Min. Carmen Lúcia, redator para o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 11/2/2022, Informativo 1043).

O item III está incorreto. A regra da substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas (Art. 319 do CPP) também se aplica à prisão temporária. O STF tem entendimento de que a prisão temporária, como medida excepcional que é, deve ser decretada somente quando as medidas cautelares diversas da prisão se mostrarem inadequadas ou insuficientes: “fixar o entendimento de que a decretação de prisão temporária autoriza-se quando, cumulativamente: (...) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos arts. 319 e 320 do CPP (art. 282, § 6º, CPP).” (STF. Plenário. ADI 4109/DF e ADI 3360/DF, Rel. Min. Carmen Lúcia, redator para o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 11/2/2022, Informativo 1043).

Como não existe alternativa que indique apenas o item II como correto, a questão é passível de anulação por não existir resposta correta.

QUESTÃO 14. Uma mulher transgênero foi admitida, em 2024, em uma sociedade empresária para exercer a função de auxiliar no Departamento de Recursos Humanos. A funcionária trajava-se e portava-se como mulher, mas foi impedida de acessar o banheiro feminino da sociedade empresária, porque no seu registro civil ainda constava o nome masculino. Diante dos fatos, da previsão constitucional e do entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária agiu de modo incorreto, porque, diante das peculiaridades do caso apresentado, a pessoa tem o direito de acessar o banheiro conforme o gênero com o qual se identifica.

b) A sociedade empresária está correta, porque a transição ainda não se completou, uma vez que o registro civil continua identificando a pessoa com o gênero biológico masculino.

c) A sociedade empresária está parcialmente equivocada, porque o reconhecimento e a visibilidade atuais da transexualidade exigem que ela construa um banheiro apenas para pessoas trans.

d) A sociedade empresária está correta, porque está preservando a segurança e a intimidade das mulheres cis que nela trabalham.

e) A sociedade empresária deve preservar o meio ambiente de trabalho, que é bem indivisível e de todos, de modo que a situação deve ser debatida, votada e decidida pelas empregadas cisgênero.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos dos trabalhadores, sob a ótica da jurisprudência do STF.

Sobre o tema específico da questão (uso de banheiro por empregada transgênero), o TST possui entendimento firmado no bojo do Informativo 284, no sentido de que as empresas não podem

condicionar a utilização do nome social à mudança no registro civil e a utilização do banheiro à cirurgia de redesignação de sexo. Vejamos: “Informativo 284 do TST: Em relação à conduta empresarial de proibir o uso do banheiro feminino, verifica-se, da mesma forma, o dano moral sofrido pela Autora. (...) 7.2. A solução adotada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, na fundamentação do seu voto no RE 845.779, que trata de caso análogo ao dos autos, envolveu o critério da ponderação frente à colisão de direitos fundamentais, no sentido de avaliar a intensidade do constrangimento sofrido pelas partes envolvidas, registrando que ‘a mera presença de transexual feminina em áreas comuns de banheiro feminino, ainda que gere algum desconforto, não é comparável àquele suportado pela transexual em um banheiro masculino’. Concluiu, pois, que, ‘ao se fazer esta ponderação, tem-se uma restrição leve ao direito à privacidade versus uma restrição intensa aos direitos à igualdade e à liberdade.’ 7.3. A conclusão alcançada no caso dos autos não pode ser outra, considerando que a Autora apresentava aspectos estéticos suficientes para validar a sua identidade de gênero feminina, pois se identificava como mulher, trajava como mulher e se portava como mulher no âmbito da empresa. Nesse contexto, tem-se que o constrangimento sofrido pela Recorrente se sobressai e poderia ter sido evitado pela empresa. 8. O Tribunal de origem, portanto, ao corroborar a conduta da empresa e condicionar a utilização do nome social à mudança no registro civil e a utilização do banheiro à cirurgia de redesignação de sexo, violou, dentre outros, o direito de personalidade da empregada, bem como o seu direito à dignidade (art. 1º, III, da CF), à liberdade e à privacidade (artigo 5º, caput e X), sendo devida a reparação pelo dano moral sofrido mediante a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais. Recurso de revista conhecido e provido.” (TST-RR-11190-88.2015.5.15.0131, 5ª Turma, rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 6/3/2024)”.

Portanto, a alternativa correta é a letra A, e as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. O Estado Alfa realizou pagamento a seu servidor público estadual Roberto, mas este percebeu que a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda (IR) presente em seu contracheque estava acima do que reputava devido. Roberto então ingressou com ação de repetição do indébito tributário contra o Estado Alfa e a União requerendo que os valores de IR recolhidos a maior lhe fossem restituídos. Em contestação, tanto a União como o Estado Alfa alegaram sua ilegitimidade passiva.

Como magistrado(a), você terá que decidir quem deve permanecer no polo passivo dessa ação tributária e por que razão, à luz das regras de repartição de receitas tributárias da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores. Diante de tal cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Deve permanecer no polo passivo da ação apenas a União, em razão de ser o ente instituidor do IR, apesar de ser o Estado Alfa o destinatário integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto.

b) A presença tanto da União como do Estado Alfa se impõe como decorrência do litisconsórcio passivo necessário, em razão de que, embora seja o Estado Alfa o destinatário integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto, a União é o ente instituidor do IR.

c) A presença tanto da União como do Estado Alfa se impõe como decorrência do litisconsórcio passivo necessário, em razão de que, embora seja a União a destinatária integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto, o responsável tributário pela retenção é o Estado Alfa.

d) A presença tanto da União como do Estado Alfa se impõe como decorrência do litisconsórcio passivo necessário, em razão de que ambos os entes partilham, em partes iguais, os valores de IR retidos na fonte de Roberto.

e) Deve permanecer no polo passivo da ação apenas o Estado Alfa, em razão de que, embora não seja o ente instituidor do IR, é o destinatário integral dos valores de IR retidos na fonte de Roberto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois quem deve compor o polo passivo da lide é o Estado Alfa, conforme Súmula 447/STJ: “Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores”.

A alternativa B está incorreta conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta por dois motivos. Primeiro, quem deve compor o polo passivo é o Estado Alfa, conforme comentários à alternativa A. Segundo, a receita pertence ao Estado Alfa, conforme tese fixada pelo STF no tema de repercussão geral nº 1130: “Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal”.

A alternativa D está incorreta por dois motivos. Primeiro, quem deve compor o polo passivo é o Estado Alfa, conforme comentários à alternativa A. Segundo, a receita pertence ao Estado Alfa, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está correta conforme comentários às alternativas A e C.

QUESTÃO 16. Em tema de "Direitos e Garantias Fundamentais", a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu Art. 5º, inciso LVII, que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

A respeito do princípio da não culpabilidade, considerando a jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente

ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

II. A condução coercitiva de pessoas investigadas ou réus para fins de interrogatório policial ou judicial é compatível com a presunção de inocência, dada a possibilidade de o conduzido exercer livremente seu direito de não responder às perguntas formuladas pela autoridade policial e de solicitar a presença de advogado para participar do ato.

III. A norma constitucional que veda a concessão de liberdade provisória em caso de crimes hediondos e equiparados é compatível com a presunção de inocência, dada a exigência de interpretação sistemática e harmônica do texto constitucional. Havendo prisão em flagrante de crime hediondo, o autor do fato deve permanecer preso durante toda a instrução, sendo-lhe, contudo, assegurado o direito de permanecer em estabelecimento prisional reservado a presos provisórios.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o princípio da presunção de inocência (ou não culpabilidade) estabelecido no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, um dos pilares do sistema penal brasileiro, envolvendo três tópicos importantes à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: o uso de algemas, a condução coercitiva de investigados ou réus, e a concessão de liberdade provisória para crimes hediondos. Vamos analisar cada item.

O item I está correto. Repete o texto do enunciado n. 11 da Súmula Vinculante do STF: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”

O item II está incorreto. A condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório foi declarada inconstitucional pelo STF em 2018, no julgamento das ADPFs 395 e 444. O tribunal entendeu que forçar o comparecimento de uma pessoa para interrogatório, quando ela tem o direito de permanecer em silêncio e de não produzir provas contra si, é incompatível com a Constituição e fere o princípio da presunção de inocência e o direito à não autoincriminação. Além disso, foi ressaltado que o uso de condução coercitiva sem intimação prévia e sem justa causa é uma prática arbitrária que viola direitos fundamentais, sendo necessária a aplicação de medidas menos invasivas antes de se recorrer à privação

temporária de liberdade. Voto do Ministro Gilmar Mendes (relator da ADPF 395): "A condução coercitiva para interrogatório, enquanto modalidade de coação estatal para compelir o investigado a comparecer em sede policial, afigura-se incompatível com o sistema de direitos e garantias constitucionais, notadamente com a presunção de não culpabilidade, o direito ao silêncio e a liberdade de locomoção".

O item III está incorreto. O STF firmou entendimento de que a proibição automática de concessão de liberdade provisória para crimes hediondos é inconstitucional, pois tal vedação absoluta contraria o princípio da presunção de inocência e o direito à individualização das medidas cautelares. Em 2012, no julgamento do HC 104.339, o Tribunal destacou que a análise para manutenção da prisão preventiva deve ser feita de forma individualizada, levando em conta as circunstâncias do caso concreto, e não apenas com base na natureza do crime. Cada caso deve ser analisado de forma individual, não sendo admitido o encarceramento preventivo obrigatório apenas pelo fato de se tratar de um crime hediondo. Tal jurisprudência foi reafirmada em julgamento sobre a Lei de Drogas em Tese de Repercussão Geral firmada no Tema 959: "É inconstitucional a expressão 'e liberdade provisória', constante do caput do artigo 44 da Lei 11.343/2006." (RE 1.038.925 RG, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 18-8-2017).

QUESTÃO 17. Sobre os órgãos públicos, assinale a afirmativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno criadas por lei.**
- b) Possuem sempre capacidade judiciária e são representados em juízo pelos seus titulares.**
- c) De acordo com a doutrina, podem ser de dois tipos: supremos ou subalternos.**
- d) Mantém relação de identidade com os agentes públicos que desempenham as atribuições definidas em lei, motivo pelo qual deixam de existir diante da vacância dos cargos a eles atrelados.**
- e) A jurisprudência reconhece a possibilidade de órgãos de cúpula da hierarquia administrativa atuarem em juízo na defesa de suas prerrogativas institucionais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Organização da Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. Os órgãos públicos não são pessoas jurídicas. São unidades integrantes da estrutura de uma pessoa jurídica, que recebem parcela das competências da entidade que integram para exercício de forma especializada, por meio de agentes públicos.

A alternativa B está incorreta. Em regra, os órgãos públicos não têm capacidade judiciária própria. A capacidade de estar em juízo pertence à pessoa jurídica a que o órgão se vincula, e não ao órgão em si. O art. 70 do Código de Processo Civil estabelece que somente possui capacidade processual a pessoa que se encontre no exercício de seus direitos. Como o órgão público não é um sujeito de direitos, não possui, em regra, capacidade processual. Entretanto, excepcionalmente, é possível que determinados

órgãos possam ingressar com ação judicial para defesa de suas prerrogativas institucionais, sendo dotados de capacidade processual ou personalidade judiciária excepcional. São hipóteses reconhecidas pela lei e pela jurisprudência.

A alternativa C está incorreta. Quanto à posição hierárquica, Hely Lopes classifica os órgãos públicos em quatro categorias: independentes, autônomos, superiores e subalternos.

A alternativa D está incorreta. A vacância de um cargo público não extingue o órgão, pois ele é uma estrutura permanente da Administração Pública, independentemente de quem ocupe seus cargos. Um órgão continua existindo mesmo que seus cargos estejam vagos e novos agentes podem ser nomeados para ocupar as funções.

A alternativa E está correta. Segundo a Súmula nº 525 do STJ: “A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais”.

QUESTÃO 18. Após uma série de atos de vandalismo, a prefeitura de Gama decidiu instalar câmeras de vigilância em praças públicas. Entidades privadas de defesa dos direitos civis questionaram a medida, argumentando que a vigilância constante pode inibir a liberdade de expressão e de reunião, violando direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Em resposta, a prefeitura justificou a medida como adequada, necessária e proporcional para proteger o patrimônio público e contribuir para a segurança das pessoas que utilizam os equipamentos públicos. Essa medida pode representar uma possível tensão entre o exercício das funções administrativas de interesse público e o respeito aos direitos e garantias fundamentais.

Considerando os princípios constitucionais da atividade administrativa, analise as afirmativas a seguir:

I. Atualmente, o princípio da legalidade no Direito Administrativo é compreendido como norma que vincula a atuação administrativa não apenas à lei, mas também ao Direito ou ao chamado bloco de constitucionalidade.

II. Os direitos à vida privada e à intimidade podem ser limitados em situações de interesse público, desde que a medida seja adequada, necessária e proporcional ao fim almejado pela Administração Pública.

III. O princípio da proporcionalidade no Direito Administrativo exige que, na atuação estatal, as medidas adotadas sejam adequadas e necessárias, mas no teste de proporcionalidade em sentido estrito vence a supremacia do interesse público.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios do direito administrativo.

O Item I está correto. O princípio da legalidade, no contexto do Direito Administrativo, não é mais interpretado única e exclusivamente com base na lei. Abrange o bloco de juridicidade ou bloco de constitucionalidade. Dessa forma, a atuação administrativa deve estar em conformidade tanto com as leis, quanto com os princípios constitucionais e o ordenamento jurídico como um todo.

O Item II está correto. De acordo com o princípio da proporcionalidade, os direitos fundamentais, como a vida privada e a intimidade, podem ser limitados para atender a interesses públicos legítimos. No entanto, essa limitação deve obedecer aos critérios da adequação, necessidade e proporcionalidade.

O Item III está incorreto. O princípio da proporcionalidade não implica que o interesse público prevalece automaticamente em todas as situações. O teste de proporcionalidade em sentido estrito exige uma ponderação entre o direito em questão e o interesse público envolvido.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 19. A diretoria de administração de um Tribunal de Justiça está executando um projeto de criação de um painel gerencial (dashboard) para apresentar as atividades desenvolvidas pelas serventias judiciais. O painel agregará dados anonimizados relacionados ao acervo cartorário, à estrutura, à força de trabalho e aos custos de todas as serventias do Tribunal.

A liderança do projeto defende que o painel permitirá a supervisão das atividades das serventias judiciais e subsidiará a tomada de decisão pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Uma entidade privada, constituída para a defesa de interesses individuais e coletivos, tomou conhecimento da medida e decidiu impetrar mandado de segurança, sustentando a incompatibilidade do tratamento de dados com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Nesse caso, assinale a opção que indica a base legal para o tratamento dos dados mencionados:

a) Legítimo interesse.

b) Realização de estudos por órgão de pesquisa.

c) Tratamento e uso compartilhado de dados necessários para execução de políticas públicas.

d) Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato.

e) Consentimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Entendemos que, no presente caso, duas alternativas estão corretas.

A alternativa A está correta. A medida adotada pelo Tribunal para supervisão das atividades das serventias judiciais pode ser justificada como uma atividade legítima do controlador. O legítimo interesse deve estar presente em quaisquer tipos de tratamento de dados pessoais. Segundo a LGPD: “Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: I - apoio e promoção de atividades do controlador; e II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei. § 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados. § 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse”.

A alternativa B está correta. A LGPD, no art. 7º, inciso IV, permite o tratamento de dados pessoais para a realização de estudos por órgão de pesquisa, com a condição de que os dados sejam anonimizados, sempre que possível. Como o painel gerencial utilizará dados anonimizados, essa alternativa está correta, já que a anonimização retira a identificação direta dos indivíduos. Ainda de acordo com a LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; e “Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido”.

A alternativa C está incorreta. Consoante a LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei”. A atividade descrita (criação de painel gerencial) não se refere diretamente à execução de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos, mas sim à supervisão e gestão interna.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 7º, inciso V da LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados”. A base legal referente à execução de contratos ou procedimentos preliminares, prevista no art. 7º, inciso V, da LGPD, exige que o tratamento de dados seja necessário para um contrato do qual o titular faça parte. No caso apresentado, não há contrato, sendo uma questão de gestão pública.

A alternativa E está incorreta. Segundo a LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: [...] I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;”. Embora o consentimento seja exigido para o tratamento de dados pessoais, conforme o art. 7º, inciso I, da LGPD, neste caso, ele não seria necessário. A gestão interna e a supervisão das atividades do tribunal, utilizando dados anonimizados estão voltadas à eficiência administrativa, sem implicar no tratamento de dados pessoais identificáveis.

QUESTÃO 20. O Município Alfa pretende realizar a contratação de sistemas de segurança cibernética por meio da modalidade de diálogo. Após a realização do estudo técnico preliminar (ETP), a equipe de planejamento identificou diversas soluções com padrão de desempenho e qualidade já consolidados no mercado, todas satisfatórias à necessidade pública. O Termo de Referência (TR) detalhou a solução identificada no ETP, daí seguindo a elaboração do edital e da minuta do contrato.

Após a publicação do edital de diálogo competitivo, um interessado na licitação ajuizou demanda judicial questionando a legalidade do procedimento, sob o argumento de que essa modalidade licitatória foi utilizada de forma indevida, contrariando a Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, analise as afirmativas a seguir:

I. O Município pode optar pelo diálogo competitivo sempre que quiser discutir com os fornecedores as melhores condições contratuais, mesmo que já tenha identificado as soluções consolidadas no mercado.

II. Uma vez que o ETP e o TR identificaram que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio das especificações usuais de mercado, o pregão se torna a modalidade de licitação obrigatória, conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

III. O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação de caráter restrito que não se aplica à contratação de bens e serviços comuns.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Licitações.

O Item I está incorreto. Se já houve identificação das soluções consolidadas no mercado, não há que se falar em diálogo competitivo. O “diálogo competitivo”, segundo a Lei nº 14.133/2021: “Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração: I - vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições: a) inovação tecnológica ou técnica; b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração; II - verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos: a) a solução técnica mais adequada; b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato”.

O Item II está correto. Segundo a Lei nº 14.133/2021: “Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

O Item III está correto. De acordo com a Lei nº 14.133/2021: “Art. 6º [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos”.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 21. Sobre o regime constitucional dos agentes públicos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa incorreta.

a) É constitucional a fixação de tempo de serviço público em um determinado ente federativo como critério de desempate em concursos públicos.

b) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de um candidato a cargo público.

c) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

d) O membro de poder público, o detentor de mandato eletivo, os ministros de Estado e os secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no Art. 37, incisos X e XI, da Constituição Federal de 1988

e) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. O STF definiu que: “É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo (ADI 5358/PA)”.

A alternativa B está correta. Consoante a Súmula Vinculante nº 44: “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 37 da CRFB/88: “Art. 37 [...] I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 39 da Constituição Federal: “Art. 39 [...] § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI”.

A alternativa E está correta. Ainda em conformidade com o art. 39 da CRFB/88: “Art. 39 [...] § 9º - É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo”.

QUESTÃO 22. O Ministério Público ajuizou, em 2022, ação de improbidade em face de João, de Pedro e de Inácio, pela conduta praticada em 2020 de, dolosamente, "conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie". Realizado o pedido de indisponibilidade de bens na petição inicial, o juiz deferiu a medida, entendendo ser desnecessária a comprovação de que os réus estavam dilapidando seu patrimônio.

Acerca da indisponibilidade de bens na ação de improbidade, com base na lei e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei de Improbidade Administrativa, com as alterações da Lei nº 14.320/2021, autorizou a constrição em valores desiguais entre os réus, desde que o somatório não ultrapasse o montante indicado na petição inicial como danos ao erário ou como enriquecimento lícito.

b) A Lei de Improbidade Administrativa prevê expressamente que a decisão cautelar de indisponibilidade de bens ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade.

c) A indisponibilidade pode ser decretada em qualquer hipótese de ato de improbidade e deve abranger o pagamento da multa civil

d) Em razão da natureza do ato, é possível que a medida de indisponibilidade recaia, em qualquer hipótese, sobre bem de família e sobre aplicações financeiras, inclusive em montante inferior a 40 salários mínimos.

e) A Lei nº 14.230/2021 positivou entendimento anterior do STJ no sentido de ser desnecessária a comprovação de atos de dilapidação do patrimônio para a decretação da medida de indisponibilidade de bens

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Questão passível de recurso. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. O STJ decidiu que “Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da Ação de Improbidade Administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-parte, limitando-se o somatório da medida ao quantum determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um (REsp 1.955.116-AM, Resp 1.955.957, Resp 1.955.300-DF e Resp 1.955.440-DF). A questão é passível de recurso tendo em vista que segundo a Corte a indisponibilidade se refere ao quantum determinado pelo Juiz e não indicado na petição inicial, conforme aduz a alternativa.

A alternativa B está incorreta. O STJ já decidiu que, para fins de indisponibilidade, há solidariedade entre os réus (REsp 1.955.116-AM, Resp 1.955.957, Resp 1.955.300-DF e Resp 1.955.440-DF).

A alternativa C está incorreta. A indisponibilidade de bens não se aplica em qualquer hipótese de ato de improbidade. Ela deve ser decretada apenas quando houver perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, conforme o art. 16, §3º da Lei de Improbidade. Além disso, a indisponibilidade de bens não deve ser automaticamente vinculada ao pagamento de multa civil, pois a medida visa garantir o ressarcimento do dano ou evitar enriquecimento ilícito e não necessariamente assegurar o pagamento da multa civil. De acordo com a LIA: “Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias. [...] § 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita”.

A alternativa D está incorreta. Consoante a LIA: “Art. 16. § 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente. § 14. É vedada a decretação de

indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei”.

A alternativa E está incorreta. Na forma do art. 16 da LIA: “Art. 16 [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias”.

QUESTÃO 23. A Lei nº 14.210/2021 inseriu o Art. 49-A na Lei nº 9.784/1999 para tratar da decisão coordenada, entendida como a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada, com a finalidade de simplificar o processo administrativo, mediante a participação concomitante de todas as autoridades, de todos os agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observadas a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.

b) A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência, da transparência, do formalismo e da descentralização das instâncias decisórias.

c) A fim de conferir maior eficiência à Administração, é possível a utilização da decisão coordenada nos processos de licitação.

d) No âmbito da Administração Pública Federal, as decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria ou houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório,

e) Apesar da ausência de previsão legal, a doutrina defende que as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema processo administrativo e decisão coordenada.

A alternativa A está incorreta. Segundo a Lei nº 9.784/99: “Art. 49-A: [...] § 4º A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida”.

A alternativa B está incorreta. Nos moldes da Lei nº 9.784/99: “Art. 49-A: [...] § 5º A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias”.

A alternativa C está incorreta. Ainda de acordo com a Lei nº 9.784/99: “Art. 49-A: [...] § 6º Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos: I - de licitação”.

A alternativa D está correta. Conforme a redação da Lei nº 9.784/99: “Art. 49-A. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que: I - for justificável pela relevância da matéria; e II - houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório”.

A alternativa E está incorreta. Aduz a Lei nº 9.784/99: “Art. 49-B. Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, os interessados de que trata o art. 9º desta Lei” e “Art. 9. São legitimados como interessados no processo administrativo:[...] III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos”.

QUESTÃO 24. Khan, servidor público federal lotado no Ministério Alfa, figura como réu na ação penal na qual é acusado de peculato e concussão (Art. 312 e Art. 316, ambos do Código Penal). O Inquérito policial fora instaurado a partir de comunicação anônima apresentada na ouvidoria do órgão, corroborada por outros elementos de prova, resultando na posterior obtenção de provas por meio da interceptação telefônica, autorizada pela autoridade Judiciária.

Ciente desses fatos, a autoridade administrativa competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), que foi regularmente constituído e desenvolvido. Apoiando-se no enunciado da Súmula 591 do Superior Tribunal de Justiça, a comissão responsável obteve o compartilhamento de provas do processo criminal, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Dias depois, Carol Marcus, servidora pública lotada na mesma repartição, encontrou diversos documentos em um armário, que evidenciavam os malfeitos de Khan. Desconhecendo a existência da ação penal e do PAD, Carol Marcus comunicou imediatamente o fato ao seu chefe, James Kirk, que, ao tomar ciência, enviou o material encontrado para a comissão responsável. No entanto, ainda no curso do PAD e antes da decisão final, o Tribunal Regional Federal (TRF) competente deu provimento a um recurso do réu para reconhecer a incompetência do juízo que presidia a ação penal, assim como para invalidar as provas obtidas por meio da interceptação telefônica, reputando-as ilegais.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) O PAD deve ser integralmente anulado, pois a decisão do TRF que reconheceu a incompetência do juízo penal e invalidou as provas por interceptação telefônica afeta diretamente a validade do PAD, uma vez que todas as provas utilizadas na instrução do processo disciplinar foram consideradas ilegais.

b) A decisão do TRF não impede a continuidade do PAD, mas exige que as provas obtidas por meio da interceptação telefônica sejam desconsideradas pela comissão responsável. No entanto, o PAD pode prosseguir e ser instruído com as novas provas encontradas pela servidora pública na repartição.

c) O PAD deve ser imediatamente suspenso até que sobrevenha decisão judicial que confirme ou anule a decisão do TRF.

d) A decisão do TRF torna nulo todo o PAD, inclusive as provas encontradas posteriormente pela servidora pública, uma vez que a invalidação das provas principais afeta toda a cadeia probatória, impedindo o uso de qualquer material obtido no curso do processo.

e) A decisão do TRF que invalida as provas por interceptação telefônica no processo penal não impede que essas mesmas provas sejam utilizadas no PAD, uma vez que o regime probatório no processo administrativo disciplinar é mais flexível e admite a utilização de provas obtidas em outros processos, independentemente de sua validade no processo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

A alternativa A está incorreta. Embora a decisão do TRF tenha invalidado as provas da interceptação telefônica, o PAD não deve ser integralmente anulado. Isso porque o PAD pode continuar sendo instruído com provas lícitas, como as que foram encontradas pela servidora pública.

A alternativa B está correta. O STF, no julgamento do ARE 1316369/DF, entendeu que provas ilícitas, declaradas ilegais pelo Poder Judiciário, não podem ser utilizadas em processos administrativos. No entanto, o processo administrativo disciplinar pode continuar a ser instruído com outras provas lícitas obtidas de forma independente, como as novas provas encontradas pela servidora pública. Portanto, mesmo com a invalidade das provas da interceptação telefônica, o PAD pode prosseguir com base em outras provas lícitas.

A alternativa C está incorreta. A decisão do TRF, que invalidou as provas da interceptação telefônica, não impõe a suspensão do PAD. O processo administrativo pode prosseguir sem essas provas, utilizando outras provas lícitas.

A alternativa D está incorreta. O entendimento do STF (ARE 1316369/DF) é que apenas as provas ilícitas são inadmissíveis, mas isso não invalida todas as provas do processo, especialmente as que foram obtidas de maneira independente, como no caso dos documentos encontrados por Carol Marcus.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o STF: “As provas declaradas ilícitas pelo Poder Judiciário não podem ser utilizadas, valoradas ou aproveitadas em processos administrativos de qualquer espécie (ARE 1316369/DF)”.

QUESTÃO 25. Uma associação privada ajuizou ação civil pública que questionava o patrocínio dado à Procissão do Fogaréu pelo Estado Alfa, alegando que o uso dos recursos públicos para o

evento não atendia ao interesse público. O Estado defendeu o patrocínio, por meio de sua Procuradoria, argumentando que a Procissão do Fogaréu é patrimônio imaterial da comunidade e promove um importante evento em seu calendário cultural, atraindo milhares de turistas. Comprovou tais argumentos pela juntada de diversos documentos relativos à ocupação da rede hoteleira e à arrecadação tributária. Encerrada a fase instrutória, os autos eletrônicos foram remetidos à conclusão para sentença.

Considerando o disposto na Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa incorreta.

a) De acordo com a LINDB, se o controle judicial de atos do Poder Público se fundamentar em valores jurídicos abstratos, impõe-se ao Poder Judiciário considerar as consequências práticas da decisão.

b) A LINDB introduz um dever de justificação qualificada sobre a proporcionalidade do controle judicial da validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, sendo necessário demonstrar a adequação e necessidade da medida, inclusive em face das possíveis alternativas.

c) A noção de interesse público é vaga, indeterminada, não possuindo, por si só, densidade suficiente para embasar, de maneira consistente, eventual decisão favorável à associação privada

d) O controle judicial do contrato de patrocínio deve se ater exclusivamente aos seus aspectos formais, sendo vedado ao Poder Judiciário considerar as possíveis consequências práticas de suas decisões.

e) Na indicação das consequências práticas da decisão, o Poder Judiciário apresentará apenas aquelas consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A alternativa A está correta. Na forma do art. 20 da LINDB: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 20, parágrafo único da LINDB: “Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas”.

A alternativa C está correta. A noção de interesse público é, de fato, vaga e indeterminada. De acordo com a LINDB, ela precisa ser demonstrada de maneira mais concreta e com base em provas, não sendo suficiente por si só para sustentar uma decisão.

A alternativa D está incorreta. O art. 20 e o art. 21 da LINDB deixam claro que, ao controlar atos administrativos, o juiz deve considerar não apenas os aspectos formais, mas também as consequências

práticas da decisão. Assim, “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos”.

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 21 da LINDB: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”.

QUESTÃO 26. A agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público.

A respeito da atuação das agências reguladoras, analise as afirmativas a seguir.

I. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos, dispondo sobre matéria cuja disciplina envolve agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial, desde que sejam previamente aprovados pelos setores regulados, após consulta formal.

II. Os atos normativos conjuntos deverão conter regras sobre a fiscalização de sua execução e prever mecanismos de solução de controvérsias decorrentes de sua aplicação, podendo admitir uma solução mediante mediação, nos termos da Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação), ou mediante arbitragem, feita por uma comissão integrada, entre outros, por representantes de todas as agências reguladoras envolvidas.

III. As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas

d) II e III apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Agências Reguladoras.

O Item I está incorreto. Consoante a Lei nº 13.848/19: “Art. 29. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos dispendo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial. § 1º Os atos normativos conjuntos deverão ser aprovados pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada de cada agência reguladora envolvida, por procedimento idêntico ao de aprovação de ato normativo isolado, observando-se em cada agência as normas aplicáveis ao exercício da competência normativa previstas no respectivo regimento interno”. O erro da alternativa consiste na aprovação que deve ser dada pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada de cada agência reguladora envolvida e não pelo setor regulado, como aduz a alternativa.

O Item II está correto. Nos termos da Lei nº 13.848/19: “Art. 29. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos dispendo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial. [...] § 2º Os atos normativos conjuntos deverão conter regras sobre a fiscalização de sua execução e prever mecanismos de solução de controvérsias decorrentes de sua aplicação, podendo admitir solução mediante mediação, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei da Mediação), ou mediante arbitragem por comissão integrada, entre outros, por representantes de todas as agências reguladoras envolvidas”.

O Item III está correto. Conforme Lei nº 13.848/19: “Art. 33. As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização”.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 27. Camila, pessoa com deficiência visual, acaba de completar 7 anos e ingressará no ensino fundamental. Seus pais, ao iniciarem o processo de matrícula da filha em uma instituição regular privada de ensino fundamental, foram informados pela diretoria de que o valor da mensalidade sofreria acréscimo em razão das condutas e medidas de apoio que seriam tomadas de forma individualizada em relação à Camila para que "conseguisse desenvolver-se bem acadêmica e socialmente".

Diante da situação relatada, baseando-se no direito da antidiscriminação, em normas de proteção às pessoas com deficiência, na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

a) Como não houve negativa direta da matrícula de Camila, o ato praticado pela escola, de aumentar o valor da mensalidade, não pode ser considerado discriminatório, pois não feriu o princípio da efetiva participação e inclusão na sociedade da pessoa com deficiência.

b) Os pais de Camila têm o dever legal de matriculá-la em uma instituição de ensino especializada em pessoas com deficiência, considerando as peculiaridades da criança como pessoa em desenvolvimento e a prioridade do atendimento aos seus interesses como tal.

c) É permitida, às instituições de ensino privadas, a cobrança de valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas desde que haja a comprovação do uso desses recursos financeiros para uma assistência individualizada da aluna com deficiência em sala de aula.

d) O Camila sofreu discriminação de natureza institucional, pois a prática ocorreu âmbito de uma instituição privada, de forma indireta, mas promovendo a exclusão de uma pessoa com deficiência.

e) O ato praticado pela diretora da instituição de ensino não gera a possibilidade de ajuizamento de ação de obrigação de fazer para que a matrícula de Camila seja realizada sem qualquer custo adicional, tampouco caracteriza danos morais, pois a legislação vigente prevê que incumbe ao Poder Público assegurar um sistema educacional inclusivo sem mencionar tratar-se de um dever das instituições privadas de ensino.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige conhecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A situação apresentada na questão envolve a tentativa de uma instituição privada de ensino de cobrar valores adicionais para acomodar as necessidades de uma aluna com deficiência visual, o que levanta questões importantes sobre discriminação e o direito à educação inclusiva.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é proibida a cobrança de qualquer valor adicional de mensalidades, anuidades ou matrículas para alunos com deficiência, seja em escolas públicas ou privadas. Essa disposição está prevista no artigo 28, § 1º da referida lei, que obriga as instituições a oferecerem um sistema educacional inclusivo sem repassar custos extras para as famílias: "Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações". Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) reforçou essa interpretação ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5357), movida pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que questionava a constitucionalidade dessa norma. O STF decidiu que é constitucional a norma legal que impede a cobrança de valores adicionais para alunos com deficiência reafirmando que as escolas têm o dever de adaptar-se às necessidades dos alunos, sem repassar esse custo aos pais. O tribunal destacou que a educação inclusiva é um direito fundamental, e medidas que discriminem pessoas com deficiência, ainda que de forma indireta, violam a Constituição e o Estatuto

da Pessoa com Deficiência. Trecho da ementa: “São constitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação.” (STF. Plenário. ADI 5.357 MC-Referendo/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2016, Informativo 829).

A alternativa A está incorreta. O ato de cobrar valores adicionais para acomodar as necessidades de uma pessoa com deficiência é ilegal, por violação à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e discriminatório. A Constituição Federal e a garantem a educação inclusiva e proíbem a discriminação contra pessoas com deficiência. Isso inclui qualquer tipo de tratamento diferenciado ou imposição de custos adicionais que impeçam ou dificultem o acesso à educação em instituições regulares. Mesmo não havendo negativa direta de matrícula, o aumento do valor da mensalidade configura discriminação indireta, pois impõe uma barreira financeira para o acesso de Camila à educação, ferindo o princípio da inclusão.

A alternativa B está incorreta. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que as crianças com deficiência devem ser incluídas em instituições regulares de ensino, promovendo a inclusão social e garantindo o acesso igualitário à educação e o direito à educação inclusiva. A matrícula em escolas especializadas é uma opção, e não uma obrigação.

A alternativa C está incorreta. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) proíbe expressamente a cobrança de valores adicionais para pessoas com deficiência em instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. O artigo 28, § 1º da Lei de Inclusão específica que as instituições de ensino são obrigadas a promover a inclusão sem repassar custos adicionais às famílias, independentemente de ser uma escola privada. O STF confirmou a constitucionalidade da norma legal na ADI 5357.

A alternativa D está correta. A prática adotada pela instituição pode ser qualificada como uma forma de discriminação institucional, ainda que indireta. Ao cobrar valores adicionais pela matrícula de uma pessoa com deficiência, a instituição está, na prática, impondo barreiras ao acesso dessa criança à educação, o que configura um ato discriminatório. Essa conduta promove exclusão, ao invés de inclusão, contrariando a legislação, os princípios constitucionais e a jurisprudência do STF, que defende a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino.

A alternativa E está incorreta. Os pais de Camila podem ajuizar ação de obrigação de fazer para garantir a matrícula sem o custo adicional, com base na Lei Brasileira de Inclusão e no ECA. Além disso, a conduta da escola pode caracterizar dano moral, pois gera constrangimento e frustração a criança e sua família.

QUESTÃO 28. A estruturação dogmática de um sistema de precedentes judiciais obrigatórios é um dos pilares do Código de Processo Civil de 2015. O Art. 926, ao dispor que “os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”, prevê deveres gerais para os tribunais no contexto da construção e manutenção de um sistema de precedentes (jurisprudência e súmula), persuasivos e obrigatórios, sendo eles: o dever de uniformizar sua jurisprudência; o dever de manter essa jurisprudência estável; o dever de integridade; e o dever de coerência.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. O dever de uniformizar pressupõe que o tribunal não pode ser omissivo diante de divergência interna, entre seus órgãos fracionários, sobre a mesma questão jurídica.

II. As mudanças de posicionamento (superação; overruling) devem ser justificadas adequadamente, além de terem sua eficácia modulada em respeito à segurança jurídica.

III. A coerência e a integridade são pressupostos para que a jurisprudência possa ser universalizada, sendo legitimamente aplicada a outros casos semelhantes.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas,

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. O Código de Processo Civil de 2015 realmente trouxe a estruturação de um sistema de precedentes judiciais obrigatórios como um de seus pilares. O Art. 926 do CPC expressa os deveres dos tribunais nesse contexto, buscando garantir uniformidade, estabilidade, integridade e coerência na jurisprudência. Vamos analisar todos os itens.

O item I está correto. O dever de uniformização exige que os tribunais adotem providências para resolver divergências jurisprudenciais internas, a fim de evitar decisões conflitantes sobre a mesma matéria jurídica. Isso visa garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões judiciais. Mecanismos como o incidente de assunção de competência (IAC) visam justamente a prevenir ou superar divergências entre órgãos fracionários. O artigo 926 do CPC de 2015 reforça a necessidade de os tribunais promoverem essa uniformização e manutenção de decisões coerentes e estáveis: “Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.”

O item II está correto. O sistema de precedentes brasileiro prevê que, em situações de superação de entendimentos anteriores (overruling), as mudanças devem ser justificadas de forma clara e fundamentada, respeitando princípios como a segurança jurídica. Além disso, a modulação dos efeitos da decisão que altera o precedente pode ser aplicada, visando a minimizar impactos negativos e garantir a previsibilidade e estabilidade do ordenamento jurídico. O CPC prevê a possibilidade de modulação temporal dos efeitos da decisão que supera o entendimento anterior no Art. 927, § 3º: “Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.”

O item III está correto. A coerência e a integridade são fundamentais para garantir que a jurisprudência seja aplicada de forma uniforme e consistente a casos semelhantes. A coerência implica harmonia entre

as decisões judiciais e impede decisões contraditórias no sistema. A integridade assegura que as decisões sejam proferidas em conformidade com um conjunto estruturado e harmônico de princípios, de forma completa e sem distorções. Esses princípios sustentam a aplicação universal dos precedentes, reforçando a legitimidade e a confiança no Judiciário.

Todas as afirmações estão corretas, pois refletem os princípios fundamentais do sistema de precedentes no CPC/2015, conforme o artigo 926, que impõe aos tribunais o dever de uniformização, a necessidade de justificar adequadamente a superação de entendimentos anteriores e a obrigação de manter coerência e integridade em suas decisões.

QUESTÃO 29. Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tratam das inovações tecnológicas na atividade jurisdicional e a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, trazida pela Resolução nº 395, de 7 de junho de 2021, do CNJ, assinale a afirmativa correta.

a) Um dos princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário é o da participação, segundo o qual é estimulada a participação de magistrados na construção das soluções de inovação do Poder Judiciário, para que as políticas judiciárias sejam pensadas a partir do ponto de vista dos executores dessas estratégias.

b) Inovação no Poder Judiciário consiste na implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.

c) A gestão de inovação no Poder Judiciário deve contar com o desenvolvimento de habilidades tradicionais dos magistrados, como a redação de sentenças e decisões jurídicas, considerando que as novas tecnologias da informação e comunicação suprem a atuação do magistrado nas atividades gerenciais mais complexas, que demandam flexibilidade cognitiva.

d) A transparência na gestão da inovação do Poder Judiciário consiste no acesso pleno à informação e aos dados produzidos pelo Poder Judiciário e deve ser reforçada, motivo pelo qual não deve ceder ante as hipóteses de restrição legal e de proteção de dados pessoais.

e) A cultura da inovação consiste na adoção de valores voltados ao desenvolvimento de soluções disruptivas, que tenham por finalidade facilitar a atuação dos integrantes do poder Judiciário com foco na saúde de magistrados e servidores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Vamos analisar cada alternativa com base na Resolução nº 395/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário, definindo diretrizes que buscam aprimorar a eficiência e modernização dos serviços judiciais.

A alternativa A está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) III – participação: promoção da ampla participação de magistrados(as) e servidores(as), bem como de atores

externos ao Poder Judiciário, sempre buscando a visão multidisciplinar; (redação dada pela Resolução n. 521, de 18.9.2023).

A alternativa B está correta. Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se inovação a implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.

A alternativa C está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) V – desenvolvimento humano: desenvolvimento de novas habilidades de magistrados(as) e servidores(as) que lhes permitam adquirir conhecimentos necessários às novas competências para solução de problemas complexos, pensamento crítico, flexibilidade cognitiva, orientada a serviços e criatividade; (redação dada pela Resolução n. 521, de 18.9.2023).

A alternativa D está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) X – transparência: acesso à informação e aos dados produzidos pelo Poder Judiciário, respeitadas as hipóteses de restrição e de sigilo legal e a proteção de dados pessoais.

A alternativa E está incorreta. Art. 3º São princípios da gestão de inovação no Poder Judiciário: (...) I – cultura da inovação: promoção da cultura da inovação a partir da adoção de valores voltados ao estímulo da inovação incremental ou disruptiva, com prospecção e desenvolvimento de procedimentos que qualifiquem o acesso à justiça e promovam a excelência do serviço judicial, processual ou administrativo, com vistas a propiciar melhor atendimento ao usuário do Poder Judiciário.

QUESTÃO 30. Para muitos juristas, o objeto de estudo do Direito são as relações sociais, as quais eles denominam de relações jurídicas. Vale dizer, quando a Sociologia elege como objeto de estudo o fato social, a ação social, a vida social, a interação social ou a relação social, esse interesse também é partilhado por outras ciências, inclusive pela ciência jurídica. Há, portanto, muitos pontos de contato entre Sociologia e Direito, fato que ressalta o aspecto interdisciplinar dessas duas áreas do conhecimento e justifica, nos seus estudos, o interesse de uma área pela outra.

KÜMPEL, Vitor Frederico et. al. Noções gerais de direito e formação humanística. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 135.

Acerca da interação entre Sociologia e Direito, assinale a afirmativa correta.

a) A aproximação entre Sociologia e Direito traz à lume duas possibilidades de se proceder à investigação de um problema jurídico: o enfoque dogmático, que visa ampliar as dimensões do fenômeno jurídico, problematizando as próprias normas, e o enfoque zetético, que considera que a solução já estaria previamente dada ou pressuposta no sistema de normas.

b) O controle social, considerado como mecanismo de submissão dos indivíduos a determinados padrões sociais estabelecidos, pode ser classificado como formal, que é aquele decorrente dos usos, costumes, tradição, opinião pública etc., ou informal, que é o controle social que decorre das leis, das polícias e do sistema de justiça.

c) Uma das condições sociais que caracterizaram a orientação da Sociologia Jurídica para as dimensões normativistas do Direito, ao longo da primeira metade do século XX, foram as denominadas lutas sociais, instrumento utilizado por determinados grupos para demandar novos direitos sociais, que colocaram em pauta a ideia da igualdade material.

d) O sociólogo alemão Max Weber desenvolveu a ideia de que a sociedade deveria ser vista através dos fatos sociais, os quais exercem poder de coerção externa, criando nas pessoas uma espécie de consciência coletiva que vai resultar na noção de direito.

e) A Sociologia aplicada ao Direito permite compreender com maior amplitude a função das normas jurídicas e sua função reguladora das relações sociais, tendo a coerção como instrumento que busca manter os indivíduos submetidos à determinada ordem, sob pena de sofrerem a intermediação dos aparelhos judiciários.

Comentários

A questão trata da interação entre Sociologia e Direito, fundamental para uma compreensão mais completa do fenômeno jurídico. A Sociologia oferece ferramentas para analisar o Direito em sua relação com a sociedade, identificando as suas funções, limitações e potencialidades. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa inverte os conceitos do enfoque dogmático e zetético. O enfoque dogmático é aquele que busca a solução do problema jurídico dentro do próprio sistema de normas, com base nas normas já existentes, ou seja, pressupõe que a solução está dentro do sistema normativo. Já o enfoque zetético busca ampliar as dimensões do fenômeno jurídico, é mais aberto, problematiza as normas e as interpretações, abordando o fenômeno jurídico de maneira questionadora e exploratória, buscando compreendê-las em seu contexto social.

A alternativa B está incorreta. A alternativa também inverte os conceitos. O controle social formal é exercido por meio de leis, polícia e o sistema de justiça. O controle social informal refere-se a normas não codificadas, exercido pelos usos, costumes, tradição, opinião pública etc.

A alternativa C está incorreta. As lutas sociais e a busca por igualdade material contribuíram para uma orientação mais crítica da Sociologia Jurídica, que passou a questionar as próprias normas e o papel do Direito na manutenção das desigualdades sociais. Contudo, a Sociologia já estudava desde antes as dimensões normativistas do Direito.

A alternativa D está incorreta. Essa ideia foi desenvolvida por Émile Durkheim, e não por Max Weber. Durkheim defendia que os fatos sociais exercem coerção externa sobre os indivíduos, moldando seus comportamentos e criando uma consciência coletiva.

A alternativa E está correta. A Sociologia aplicada ao Direito de fato busca compreender o Direito como um fenômeno social, analisando a função das normas jurídicas na regulação das relações sociais e os mecanismos de coerção que garantem a sua eficácia. Essa perspectiva permite uma análise mais ampla e crítica do Direito, considerando o seu contexto social e as suas implicações para a vida em sociedade. A Sociologia reconhece a coerção como um elemento fundamental do Direito. As normas jurídicas são acompanhadas de sanções para garantir o seu cumprimento. A perspectiva sociológica permite

analisar as diversas formas de coerção e seus impactos na sociedade, bem como a sua legitimidade e eficácia.

QUESTÃO 31. A interpretação jurídica consiste na atividade de revelar ou atribuir sentido a textos ou outros elementos normativos (como princípios implícitos, costumes, precedentes), notadamente para o fim de solucionar problemas. Trata-se de uma atividade intelectual informada por métodos, técnicas e parâmetros que procuram dar-lhe legitimidade, racionalidade e controlabilidade. A aplicação de uma norma jurídica é o momento final do processo interpretativo, sua incidência sobre os fatos relevantes. Na aplicação se dá a conversão da disposição abstrata em uma regra concreta, com a pretensão de conformar a realidade ao Direito, o ser ao dever-ser. É nesse momento que a norma jurídica se transforma em norma de decisão.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: SaraivaJur, 2024, 12ª ed., p. 212.

O estudo atual da hermenêutica jurídica tem proporcionado aportes teóricos que superam os elementos tradicionais de interpretação do Direito.

Acerca desse tema, assinale a afirmativa correta.

a) Ao vincular-se à lógica do razoável, o método tópico-problemático confere ao julgador o papel de construir, por meio de argumentação consistente, a melhor solução para o problema, visando à realização da justiça do caso concreto.

b) Nos países da tradição da common law, nos quais o raciocínio jurídico é estruturado a partir da norma, e não dos fatos, o estudo da Tópica teve papel relevante para reafirmar a ideia de separação absoluta entre o sujeito da interpretação e o objeto a ser interpretado.

c) O uso de conceitos jurídicos indeterminados pelo legislador, fenômeno cada vez mais recorrente, desloca parte da competência de formulação da norma para o seu intérprete, equiparando o poder de valoração concreta desses conceitos, por meio de uma atuação predominantemente técnica, ao poder discricionário.

d) A técnica da ponderação, inicialmente utilizada como recurso excepcional, isto é, reservada apenas para os hard cases, tornou-se prevalente no Direito brasileiro, superando de vez a vetusta técnica da subsunção baseada em raciocínio silogístico.

e) A fixação de regras e princípios de hermenêutica é atribuição prevalente da doutrina e, em alguma medida, jurisprudência, mesmo porque não há, no Direito brasileiro, norma positivada a respeito do tema.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda aspectos aprofundados da interpretação jurídica e da hermenêutica contemporânea. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está correta. O método tópico-problemático, desenvolvido por Theodor Viehweg, introduziu uma abordagem inovadora para a interpretação jurídica, focada na resolução de problemas práticos. Valoriza a argumentação, a busca pela justiça no caso concreto e a adequação da solução às circunstâncias específicas do caso. Ao contrário do método dedutivo-lógico tradicional, que parte das normas para aplicar aos fatos, o método tópico inicia a análise a partir do problema concreto, permitindo ao intérprete escolher a interpretação mais adequada conforme a situação específica. Esse método rompeu com o positivismo jurídico, que via o direito como um sistema fechado e autossuficiente. No método tópico-problemático, as soluções não estão limitadas ao texto da lei; o intérprete pode utilizar princípios, precedentes e outros elementos normativos para alcançar uma solução justa para o caso. Isso torna a abordagem mais flexível e capaz de lidar com questões que envolvem lacunas ou conflitos entre normas, além de considerar o contexto social e político da questão jurídica. O método tópico-problemático se afasta da aplicação mecânica da lei, buscando a solução mais justa e adequada para o caso concreto. A lógica do razoável exige que o intérprete considere as circunstâncias específicas do caso, os valores em conflito e as consequências da decisão. Confere ao julgador o papel de construir, por meio de argumentação consistente, a melhor solução para o problema, visando à realização da justiça do caso concreto. O julgador não se limita a aplicar a lei, mas participa ativamente da construção da solução, buscando a melhor resposta para o problema jurídico.

A alternativa B está incorreta. Nos países da common law, o raciocínio jurídico é tradicionalmente estruturado a partir dos fatos e precedentes, e não da norma abstrata. Ao contrário do que é sugerido na afirmativa, na Tópica não há uma separação absoluta entre o sujeito (intérprete) e o objeto (norma): o processo interpretativo envolve a interação contínua entre esses elementos.

A alternativa C está incorreta. A relação dos conceitos jurídicos indeterminados com a discricionariedade suscita acesos debates na doutrina e jurisprudência, sendo tema de grande atualidade. Os conceitos jurídicos indeterminados de fato exigem uma interpretação valorativa por parte do intérprete, que deverá concretizá-los. Contudo, essa valoração não se confunde com discricionariedade. O intérprete deve agir de maneira fundamentada, observando sempre os limites do ordenamento jurídico, os princípios e valores constitucionais.

A alternativa D está incorreta. Embora a técnica da ponderação tenha ganhado cada vez mais relevância no Direito brasileiro, especialmente em questões de direitos fundamentais e princípios constitucionais, ela não substituiu por completo (“superando de vez a subsunção”) a técnica da subsunção. A ponderação é aplicada principalmente em casos de colisão entre princípios, os chamados casos difíceis.

A subsunção, por sua vez, prevalece em situações regulares, em casos mais simples, onde o fato se enquadra diretamente em uma norma jurídica, utilizando-se o raciocínio silogístico clássico.

A alternativa E está incorreta. Embora a doutrina e a jurisprudência desempenhem um papel importante na fixação de regras de hermenêutica, o Direito brasileiro contém diversas normas positivadas sobre regras e princípios de interpretação, como a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que estabelece diretrizes para a interpretação das leis.

QUESTÃO 32. O texto a seguir aborda o problema das fontes do Direito por meio da História e traz luzes sobre o fenômeno jurídico em suas fases iniciais.

(...) O Direito foi, em primeiro lugar, um fato social bem pouco diferenciado, confuso com outros elementos de natureza religiosa, mágica, moral ou meramente utilitária. Nas sociedades primitivas, o Direito é um processo de ordem costumeira. Não se pode nem mesmo dizer que haja um processo jurídico costumeiro, porquanto as regras jurídicas se formam anonimamente no todo social, em confusão com outras regras não jurídicas. Os costumes primitivos são como que uma nebulosa da qual se desprenderam, paulatinamente, as regras jurídicas, discriminadas e distintas das regras morais, higiênicas, religiosas e assim por diante.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 143.

A respeito das fontes do Direito, assinale a afirmativa correta.

a) Fontes formais do Direito são evidenciadas a partir de uma pesquisa de natureza filosófica, que diz respeito às condições lógicas e éticas do fenômeno jurídico, e consistem nos motivos que condicionam o aparecimento e as transformações das regras de Direito.

b) Os órgãos formais de jurisdição surgiram desde os primórdios da experiência jurídica, sendo responsáveis pela resolução de casos a partir da aplicação dos primeiros usos e costumes catalogados no curso da História.

c) O costume jurídico existe quando se apresentam dois elementos fundamentais: a repetição de um comportamento de maneira habitual (objetivo) e a compreensão dos cidadãos quanto à necessidade e conveniência da prática ao interesse social (subjetivo).

d) O Direito costumeiro tem origem certa e se localiza de maneira predeterminada, pois, embora não se possa especificar onde e como surge determinado uso ou hábito social, é possível testemunhar o momento de sua conversão em hábito jurídico, ou uso jurídico.

e) Fontes materiais do Direito consistem nos meios ou processos pelos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória, ou seja, com vigência e eficácia no contexto de uma estrutura normativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as fontes, as origens e a diferenciação do Direito ao longo do tempo. Vamos analisar todas as alternativas.

A alternativa A está incorreta. A alternativa inverte os conceitos de fontes materiais e formais do Direito. Essa definição se aplica às fontes materiais do Direito, e não às fontes formais. As fontes materiais são os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que influenciam o conteúdo e condicionam a criação das normas jurídicas. As fontes formais são os meios pelos quais o Direito se manifesta e se torna obrigatório, como a lei e a jurisprudência.

A alternativa B está incorreta. Os órgãos formais de jurisdição não surgiram nos primórdios da experiência jurídica. A organização formal da justiça surgiu posteriormente, com a evolução das sociedades, à medida que foram se tornando mais complexas. Nos primórdios, a resolução de conflitos era geralmente realizada por líderes religiosos ou chefes tribais, baseado principalmente em costumes, e não por órgãos formais de jurisdição.

A alternativa C está correta. A alternativa reflete a noção clássica de costume como fonte do Direito, em que uma prática constante e geral é acompanhada da crença de que é juridicamente obrigatória. O costume jurídico se caracteriza pela conjunção de dois elementos: o elemento objetivo, exigindo a prática reiterada e uniforme de determinado comportamento por um grupo social; e o elemento subjetivo, que é a convicção da obrigatoriedade daquele comportamento, ou seja, a crença social de que esse comportamento deve ser observado, que é juridicamente vinculante.

A alternativa D está incorreta. O Direito costumeiro não tem uma origem certa e predeterminada, mas sim origem incerta e difusa, surgindo espontaneamente na sociedade a partir da repetição de práticas sociais. Ele emerge de forma espontânea e evolui com o tempo, tornando-se aceito como norma jurídica sem que se possa identificar exatamente o momento em que um comportamento se transforma em norma jurídica.

A alternativa E está incorreta. A alternativa inverte os conceitos de fontes materiais e formais do Direito. Essa definição se aplica às fontes formais do Direito, e não às fontes materiais. As fontes formais são os meios pelos quais o Direito se manifesta e se torna obrigatório, como a lei e a jurisprudência. As fontes materiais são os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que influenciam o conteúdo e condicionam a criação das normas jurídicas.

QUESTÃO 33. Na qualidade de marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988 confere especial ênfase aos direitos humanos, consagrando o princípio da(o)

a) Soberania popular, o regime de fundamentalidade exclusivamente aos direitos políticos, a cláusula pétrea dos direitos e garantias coletivos, bem como a cláusula constitucional de abertura, que permitem a interação da Constituição com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

b) Relativismo cultural, o regime de fundamentalidade exclusivamente aos direitos políticos, a cláusula pétrea dos direitos e garantias individuais, bem como a cláusula constitucional de abertura, que permitem a interação da Constituição com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, expandindo o bloco de constitucionalidade.

c) Dignidade humana, o regime de fundamentalidade dos direitos sociais, a cláusula pétrea dos direitos e garantias individuais, bem como a cláusula constitucional de abertura, que permite a interação da Constituição com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, expandindo o bloco de constitucionalidade.

d) Relativismo cultural, o regime de fundamentalidade exclusivamente dos direitos de solidariedade, a cláusula pétrea dos direitos e garantias coletivos, não prevendo cláusula constitucional de abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

e) Soberania do Estado, o regime de fundamentalidade dos direitos sociais, a cláusula pétrea dos direitos e garantias coletivos, não prevendo cláusula constitucional de abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão dispõe sobre Princípios Constitucionais.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Constituição não limita a fundamentalidade dos direitos apenas aos políticos. Ademais, a Constituição de 1988 coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, é um valor central que norteia todas as normas jurídicas.

A alternativa B está incorreta, pois conforme supracitado, a Constituição não limita a fundamentalidade dos direitos apenas aos políticos. Ademais, conforme supracitado, a Constituição de 1988 coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, é um valor central que norteia todas as normas jurídicas.

A alternativa C está correta, pois a Constituição de 1988 coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, ou seja, é um valor central que norteia todas as normas jurídicas. Veja: "Já na Constituição de Weimar havia menção à dignidade humana, no art. 151, III, que dispunha "a disciplina da atividade econômica deve corresponder aos princípios da justiça, com vista a assegurar uma existência humana digna para todos. Nesses limites assegurar-se-á a liberdade econômica aos indivíduos". Mesmo que a dignidade não ocupasse lugar de destaque no texto de 1919, Peter Häberle indica que esta estava a delimitar, ainda que em um campo específico, a liberdade econômica individual. Esse dispositivo serviu de paradigma para as Constituições estaduais alemãs pós 1945 e 1989, e alcançou seu patamar máximo no art. 1º, I da Lei Fundamental, que dispõe que: A dignidade da pessoa humana é intocável. Observá-la e protegê-la é dever de todos os poderes estatais. A partir daí, diversas Constituições no mundo também passaram a alocar a dignidade humana em especial hierarquia. O Brasil, em 1988, seguindo igualmente o exemplo das Constituições portuguesa, de 1976, e espanhola, de 1978, definiu, em seu art. 1º, inciso III, que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, ao lado da soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político." (MENDES, Gilmar Ferreira. A dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988 e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal).

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a Constituição garante a abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Ademais, há prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais; o § 2º do art. 5º da CF/1988 estabelece que os direitos e garantias previstos na Constituição não excluem os decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos. veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004 equiparou os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos às emendas constitucionais; assim sendo, a inclusão dos tratados internacionais na cláusula de abertura dos direitos fundamentais abre a Constituição Federal e o direito interno para o Direito Internacional.

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima explicitado, a Constituição garante a abertura ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Ademais, há prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais; o § 2º do art. 5º da CF/1988 estabelece que os direitos e garantias previstos na Constituição não excluem os decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos. veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004 equiparou os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos às emendas constitucionais; assim sendo, a inclusão dos tratados internacionais na cláusula de abertura dos direitos fundamentais abre a Constituição Federal e o direito interno para o Direito Internacional.

QUESTÃO 34. O Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos no ano de 1992 (Decreto nº 678/1992) e reconheceu a competência jurisdicional contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998 (Decreto nº 4.463/2002). A partir dessa data, a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violações de direitos protegidos pela Convenção Interamericana foi apreciada pela Corte Interamericana, tendo sido o Brasil condenado em alguns casos, como no recente Caso Honorato e outros vs. Brasil. Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

a) O caso se relaciona às alegadas violações perpetradas por agentes do Estado, no contexto da mobilização de trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que se reuniram com o objetivo de protestar contra as políticas agrárias.

b) O caso se relaciona a um caso de maus tratos praticados em detrimento de paciente, em uma clínica de saúde vinculada ao SUS.

c) O caso se relaciona às falhas na investigação e na punição dos responsáveis pela morte de muitas pessoas no contexto de duas incursões policiais efetuadas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

d) O caso se relaciona à morte de jornalista que teve a sua integridade física atingida, quando compareceu para prestar declarações sobre um fato.

e) O caso se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas na Operação Castelinho, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar, bem como pela suposta situação de impunidade em que as mortes dessas pessoas permaneceram.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão dispõe sobre o Caso Honorato e outros vs. Brasil.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, vejamos: "Segundo a Comissão, o caso se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de 12 pessoas como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar, em 5 de março de 2002, no âmbito da "Operação Castelinho", bem como pela suposta situação de impunidade em que permanecem as mortes dessas pessoas." (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CASO HONORATO E OUTROS VS. BRASIL. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/sentencas-da-corte-interamericana/SentenaCastelinho.CorteIDH.pdf>. Acesso em: 20/10/2024).

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar.

A alternativa E está correta, tendo em vista que o Caso Honorato e outros vs. Brasil se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de várias pessoas, vejamos: "Segundo a Comissão, o caso se refere à responsabilidade do Estado por uma série de atos que teriam culminado no homicídio de 12 pessoas como resultado do alegado uso excessivo da força por parte da Polícia Militar, em 5 de março de 2002, no âmbito da "Operação Castelinho", bem como pela suposta situação de impunidade em que permanecem as mortes dessas pessoas. A Comissão concluiu que o Estado não realizou uma investigação adequada à luz dos padrões do devido processo, e tampouco esclareceu os fatos dentro de um prazo razoável, ou reparou os familiares das supostas vítimas. Por último, levando em consideração a forma em que as supostas vítimas foram privadas de suas vidas e a maneira em que foram realizadas as investigações, a Comissão considerou que a angústia sofrida por seus familiares teve um impacto em sua integridade pessoal." (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CASO HONORATO E OUTROS VS. BRASIL).

QUESTÃO 35. A discussão do papel das sociedades empresárias na proteção aos Direitos Humanos avançou consideravelmente, especialmente após o período de forte globalização econômica ocorrido há algumas décadas. Acerca do assunto, assinale a afirmativa correta.

a) Admite-se hoje, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, as sociedades empresárias como pessoas jurídicas sujeitas a terem seus direitos violados e, portanto, mercedoras de proteção perante o órgão, tal qual ocorre com as pessoas físicas.

b) Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, aprovados em 2011, são um importante instrumento de *hard law* que obriga os Estados a cumprir as regras relativas aos direitos humanos nas empresas.

c) Por considerar que comunidades afrodescendentes e povos indígenas são particularmente afetados pela indústria extrativista, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu informe específico tratando desse tema.

d) O dever dos Estados, no que tange ao respeito dos Direitos Humanos por parte de pessoas jurídicas sob sua jurisdição, restringe-se ao seu próprio território, conforme entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

e) A observância dos chamados Princípios de Ruggie tem sido suficiente para a proteção dos Direitos Humanos, o que torna prescindível a formalização de tratado para responsabilização internacional dos Estados e das sociedades empresárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do papel das sociedades empresárias na proteção aos Direitos Humanos

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as sociedades empresárias não são admitidas, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, como pessoas jurídicas sujeitas a tanto, vejamos: "(...) o Juiz Pérez afirma que, segundo os critérios e meios interpretativos previstos na Convenção de Viena, pode-se confirmar a interpretação do art. 1.2 da Convenção Americana, na qual as pessoas jurídicas não são parte do "âmbito de proteção da Convenção" e "a proteção interamericana dos direitos humanos" só compreende as pessoas físicas ou naturais. Nesse sentido, as pessoas jurídicas não podem ser consideradas "supostas vítimas" no marco dos processos contenciosos ante o sistema interamericano." (SOUSA, Adriano Corrêa de; MUÑOZ, Juanita Miluska Buendía. A Opinião Consultiva n. 22/2016: a titularidade dos direitos humanos das pessoas jurídicas e indígenas no sistema interamericano. Casoteca do NIDH – UFRJ. Disponível em: <https://nidh.com.br/?p=6877&preview=true>. Acesso em: 20/10/2024).

A alternativa B está incorreta, tendo em vista tratar-se de *soft law*, veja: "Ao final desse período, em junho de 2011 e, seguindo-se um período de consulta entre novembro de 2010 e janeiro de 2014, foram apresentados os 11 Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos pelo representante Especial John Ruggie, endossados pelo Conselho de Direitos Humanos, como já dito. Do ponto de vista jurídico é certo que os Princípios Orientadores não são considerados norma jurídica, isto é, vinculante, pois não tem a forma jurídica de Tratado ou Convenção na seara internacional. Trata-se de um documento expedido no âmbito da – e pela própria – Organização das Nações Unidas, mais especificamente pelo seu Conselho de Direitos Humanos, e que, portanto, tem força de uma recomendação (*soft law*), ou seja, tem caráter ético dissuasório." (TREVISAM, Elisaide; CRUCIOL JUNIOR, Jessé. PRINCÍPIOS RUGGIE E A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS SERES NÃO HUMANOS).

A alternativa C está correta, o que se deu na forma do Guia Prático elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, aprovado pela CIDH em 12 de fevereiro de 2021: "A situação dos direitos humanos no Brasil desde uma perspectiva étnico-racial: Pessoas Afrodescendentes, Indígenas e Quilombolas".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o dever dos Estados em relação aos direitos humanos não se restringe ao seu território, especialmente no contexto das atividades de empresas transnacionais. Veja: "Nesse sentido, a Corte Interamericana indicou que o uso do termo jurisdição no artigo 1.1 da Convenção Americana implica que o dever estatal de respeitar e garantir os direitos humanos é devido a toda pessoa no território de Estado ou que de alguma forma esteja sujeito à sua autoridade, responsabilidade ou controle. A Corte recorda que o fato de uma pessoa estar sujeita à

jurisdição do Estado não é o mesmo que estar em seu território". (STF. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que os Princípios de Ruggie são importantes, mas não são suficientes para garantir a proteção dos direitos humanos e a responsabilização das empresas. É necessária uma estrutura jurídica mais sólida, como tratados internacionais. Veja: "Os Princípios Orientadores sobre empresas e direitos humanos, aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no ano de 2011 (princípios Ruggie), pretendem ser um guia para empresas e atividades econômicas no que concerne à implementação e proteção de direitos humanos e reparação em caso de violação." (TREVISAM, Elisaide; CRUCIOL JUNIOR, Jessé. PRINCÍPIOS RUGGIE E A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS SERES NÃO HUMANOS).

QUESTÃO 36. Sobre os Direitos Humanos das mulheres, assinale a opção que reflete corretamente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) Acaso verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, e desde que o município de residência da vítima não seja sede de comarca, poderá a autoridade policial promover o imediato afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

b) Por ser responsável pelo policiamento ostensivo e pelo combate direto à criminalidade, sujeitando-se a níveis mais elevados de risco, há fator de discriminação razoável, apto a legitimar a restrição de vagas disponíveis às mulheres nos concursos públicos para ingresso nos quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo constitucionalmente justificada a impossibilidade de as mulheres concorrerem à totalidade das vagas ofertadas no certame.

c) A "legítima defesa da honra" é recurso retórico argumentativo odioso, utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra a mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões. Nada obstante, em razão do princípio constitucional da ampla defesa, não há como impedir o seu emprego nas sessões do Tribunal do Júri, ou anular o julgamento absolutório em razão do acolhimento da tese.

d) Considerando a natureza jurídica distinta dos institutos, afigura-se compatível com a Constituição Federal de 1988 a fixação de prazos diferenciados entre a licença adotante e a licença gestante.

e) A remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização é inconstitucional, pois tal possibilidade violaria o direito à isonomia entre os candidatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão dispõe sobre os Direitos Humanos das mulheres.

A alternativa A está correta, pois é o que determina a Lei 11.340/06: "Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1 Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais normas que criavam reserva de vagas para homens e restringiam a participação de mulheres nos concursos públicos para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar dos estados. Nas palavras de Diogo Mendes, do Estratégia Concursos: "O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o limite de vagas para mulheres nos concursos PM (Polícia Militar) e CBM AC (Corpo de Bombeiros do Acre). De acordo com a decisão da Justiça, a limitação de vagas para mulheres é inconstitucional por violar os princípios da igualdade, da universalidade de acesso aos cargos públicos e da reserva legal." (MENDES, Diogo. PM e CBM AC: limite de vagas para mulheres é inconstitucional. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/pm-e-cbm-ac-limite-vagas-mulheres-inconstitucional/>. Acesso em: 21/10/2024).

A alternativa C está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal definiu, no julgamento da ADPF 779, que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, veja: "Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou integralmente procedente o pedido formulado na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade (...)".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que a fixação de prazos diferenciados entre a licença adotante e a licença gestante é, consoante afirma o Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 778889, incompatível com a Constituição Federal de 1988, firmando a Tese 782: "Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada."

A alternativa E está incorreta, pois a remarcação do teste de aptidão física (TAF) de candidata grávida foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 1.058.333/PR, com repercussão geral (Tema 973), independentemente de previsão no edital do concurso público; veja a Tese fixada: "É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público".

QUESTÃO 37. Acerca do procedimento de incorporação dos tratados de Direitos Humanos na perspectiva da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) Rompendo com a tradição constitucional verificada nas Cartas Políticas anteriores, a Constituição Federal de 1988 tornou o processo de incorporação de tratados internacionais de Direitos Humanos um ato de natureza complexa, exigindo a manifestação de vontades convergentes pelos Poderes Executivo e Legislativo.

b) Por cumular as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, o Presidente da República detém a última palavra em relação à celebração de tratados internacionais. Desse modo, ainda que seja necessária a manifestação do Congresso Nacional previamente à ratificação do tratado, trata-se de opinião não vinculante, podendo o Chefe do Poder Executivo decidir em sentido contrário à deliberação legislativa.

c) Para corrente majoritária da doutrina, tal como os tratados comuns, o procedimento de incorporação dos tratados de Direitos Humanos pode ser dividido em quatro fases ou etapas: (i) a assinatura, pelo Presidente da República, no plano internacional; (ii) a aprovação, pelo Congresso Nacional, no plano interno; (iii) a ratificação, pelo Presidente da República, no plano internacional; e (iv) a incorporação do tratado já celebrado pelo Brasil ao ordenamento jurídico interno, por meio da edição do Decreto Presidencial (Decreto de Promulgação).

d) Por ostentarem status de norma constitucional, os tratados de Direitos Humanos devem ser obrigatoriamente apreciados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, somente sendo aprovados se obtiverem três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) Em razão da cláusula de abertura prevista no § 2º do Art. 5º da Constituição Federal de 1988, que não exclui outros direitos e garantias além daqueles expressos no Texto Constitucional, reconhece-se a possibilidade de aplicação, em determinado caso, de direitos e garantias previstos em tratados de Direitos Humanos mesmo que ainda não tenham o seu rito de incorporação concluído.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o artigo 5º, em seus §§ 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988, consagrou a importância dos tratados internacionais no elenco dos direitos constitucionalmente garantidos: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." Ademais, o parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal, que trata da aplicabilidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos, dispõe: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)".

A alternativa B está incorreta, pois compete ao Congresso Nacional decidir da aprovação dos tratados internacionais sobre direitos humanos, veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)".

A alternativa C está correta, pois, conforme leciona o professor Valério Mazzuoli, os tratados e convenções internacionais são atos solenes que requerem a observância de uma série de formalidades distintas e sucessivas, veja: "Eles somente se completam após a realização de sucessivos atos jurídicos que vão se encadeando e se entrelaçando desde a sua celebração até a sua entrada em vigor. São genericamente quatro as fases pelas quais têm de passar os tratados solenes até sua conclusão: a) a da formação do texto (negociações, adoção, autenticação) e assinatura; b) a da aprovação parlamentar (referendum) por parte de cada Estado interessado em se tornar parte no tratado; c) a da ratificação ou adesão do texto convencional, concluída com a troca ou depósito dos instrumentos que a consubstanciam; e d) a da promulgação e publicação do texto convencional na imprensa oficial do Estado. Essa última fase é apenas complementar às demais e visa dar aplicabilidade interna ao compromisso internacionalmente firmado; sua ausência não exime, em absoluto, o Estado de responder pelos termos do tratado já ratificado e em vigor". (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro, 13ª Ed., 2020.)

A alternativa D está incorreta, pois este quórum é referente somente à recepção dos tratados com status de emenda constitucional, veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)".

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima explicitado, os tratados e convenções internacionais são atos solenes que requerem a observância de uma série de formalidades distintas e sucessivas, veja: "Eles somente se completam após a realização de sucessivos atos jurídicos que vão se encadeando e se entrelaçando desde a sua celebração até a sua entrada em vigor." (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro, 13ª Ed., 2020.)

QUESTÃO 38. Com base nos documentos internacionais e na legislação interna concernente aos direitos dos povos originários e indígenas, assinale a afirmativa correta.

a) A Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), editada em 1957, rompe com a visão jurídica integracionista, até então predominante no âmbito do direito internacional dos direitos humanos, passando a reconhecer de forma expressa que as populações tribais possuem o mesmo nível de desenvolvimento que outros setores de comunidade nacional respectiva.

b) No plano interno, antes mesmo do advento do Novo Código Civil, editado em 2002, o "Estatuto do Índio", promulgado em 1973, promoveu a superação da visão integracionista, reconhecendo, no plano normativo formal, a autonomia e autodeterminação dos povos originários, a partir da compreensão de uma sociedade pluriétnica e multicultural.

c) O sistema regional americano foi pioneiro na edição de instrumento internacional de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e tribais, oferecendo proteção específica a esse grupo de pessoas. Antes do advento da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o sistema global (ou onusiano) aplicava a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial como mecanismo de proteção às comunidades tradicionais.

d) Ao reconhecer o direito das comunidades indígenas à propriedade sobre as terras que tradicionalmente ocupam, a Constituição Federal de 1988 confere maior nível de proteção a este grupo minoritário do que aquele garantido pelos instrumentos internacionais correlatos, como por exemplo a Convenção nº 169 da OIT.

e) A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), editada em 1989, inovou no critério adotado para a promoção do reconhecimento de determinada comunidade como sendo indígena ou tribal, passando a acolher a autoidentificação como procedimento mais adequado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reforçava a visão jurídica integracionista, ao buscar integrar as populações indígenas aos setores majoritários das sociedades nacionais, promovendo sua assimilação. Foi somente com a Convenção n. 169 da OIT, de 1989, que houve uma mudança para uma abordagem mais respeitosa da autonomia e dos direitos culturais dos povos indígenas. O início da Convenção n. 107, OIT, é o seguinte: "Convenção nº 107 da OIT, de 05 de junho de 1957 - Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes". E o art. 2.º, [1] da Convenção n. 107, OIT aduz: "Artigo 2º 1. Competirá principalmente aos governos pôr em prática programas coordenados e sistemáticos com vistas à proteção das populações interessadas e sua integração progressiva na vida dos respectivos países".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o Estatuto do Índio igualmente reforçava a visão jurídica integracionista. Veja: "A formação do Estado brasileiro e a ocupação do território nacional se deu por meio do isolamento do índio, a sua exclusão e esquecimento, o que pode ter influenciado na visão do legislador e na maneira com que os direitos indígenas passaram a ser reconhecidos no decorrer dos anos. Para tal, observa-se em específico a história da ocupação do território nacional e o tratamento dado aos povos indígenas desde o Brasil colonial, até a República, buscando entender a insistente política integracionista e os seus efeitos na perda de direitos e tradições dos povos indígenas. (...) Assim, Souza e Barbosa (2014) aduzem que: "(...), o que se institucionalizou foi uma política de integração dos considerados como silvícolas (aquele que vive na selva, estranho à civilização, à comunhão nacional), ou seja, o modo próprio de organização, crença e costumes das populações tradicionais não constituía parte integrante da identidade nacional do país, devendo os integrantes destas populações se

adequarem a um modelo de sociedade imposto, renegando suas identidades em nome de sua inserção à nação brasileira." (SOUZA, M.N; BARBOSA, E.M, 2014)." (JESUS, Arthus Pereira de. Os problemas da política integracionista do Estatuto do índio no reconhecimento dos direitos indígenas. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/download/6201/2613/20920>. Acesso em: 21/10/2024).

A alternativa C está incorreta, pois, na verdade, a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), foi a pioneira, veja: "Adotada em 1989 pelas Nações Unidas, o documento rompe com a ideia vigente à época de que os Estados deveriam buscar assimilar os povos indígenas à cultura ocidental, ou a uma suposta cultura nacional. Torna-se, portanto, o primeiro mecanismo de abrangência internacional a reconhecer de forma ampla as "condições sociais, culturais e econômicas" dos povos originários e tradicionais e obriga os países signatários a assumirem "a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade". (Consulta prévia, livre e informada: veja a importância da Convenção 169 da OIT para os indígenas. <https://www.conectas.org/noticias/consulta-previa-livre-e-informada-veja-a-importancia-da-convencao-169-da-oit-para-os-indigenas>).

A alternativa D está incorreta, pois a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT (Organização Internacional do Trabalho) é muito mais ampla em relação aos direitos dos povos minoritários: "Art. 1º 1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. 3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional."

A alternativa E está correta, pois assim determina o artigo 7º da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT (Organização Internacional do Trabalho): "I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente."

QUESTÃO 39. Tendo o autor de uma demanda formulada três pedidos, embora sem o requisito de concessão de tutela provisória em relação a qualquer deles, o juiz da causa, depois de encerrada a fase postulatória, concluiu que a sua sinceridade já estava formada acerca da procedência de pelo menos uma das três pretensões deduzidas na petição inicial.

Desse modo, o magistrado acolheu de imediato essa parcela do pleito autoral, tendo condenado o réu ao pagamento de uma obrigação ainda ilíquida, restando consignado no ato decisório," ainda, que a apuração do quantum debeatur ficaria reservada para posterior etapa de liquidação. Sem prejuízo, o magistrado determinou a condenação do feito, rumo à fase da instrução probatória, para fins de futuro julgamento dos outros dois pedidos veiculados na peça exordial

A respeito do quadro apresentado, assinale a afirmativa correta

- a) O juiz agiu equivocadamente, uma vez que não há previsão na lei processual para a decisão do julgamento dos pedidos formulados na petição inicial, o qual deve ser simultâneo e pressuposto a conclusão da fase da instrução probatória.
- b) O juiz agiu equivocadamente, uma vez que, embora a lei processual preveja o julgamento antecipado parcial do mérito, isso pressupõe, na hipótese de condenação ao cumprimento de obrigações pecuniárias, que esta seja líquida.
- c) O juiz agiu equivocadamente, uma vez que, embora a lei processual preveja o julgamento antecipado parcial do mérito, isso pressupõe que tenha sido exigida, na petição inicial, a concessão de tutela provisória de natureza antecipada.
- d) o juiz agiu acertadamente, sendo a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito impugnável por recurso de apelação, o qual viabiliza o juízo de representação pelo órgão a quo.
- e) O juiz agiu acertadamente, sendo a decisão de julgamento antecipado parcial do mérito impugnável por recurso de agravo de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre julgamento antecipado parcial do mérito.

A alternativa A está incorreta, ao contrário do que afirma a alternativa, o artigo 356 do CPC autoriza o julgamento parcial do mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles. O julgamento antecipado parcial do mérito possibilita que o juiz decida sobre um ou mais pedidos formulados, ou parcelas deles, antes da conclusão da fase de instrução probatória, nos termos do art. 356, CPC.

A alternativa B está incorreta, ao contrariar o artigo 356, § 1º, do CPC. Vejamos: “§ 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.” Como podemos verificar ante a análise do art. 356, §1º, do CPC, não exigido que a condenação ao cumprimento de obrigações pecuniárias seja líquida para ocorrer o julgamento antecipado parcial do mérito. Logo, a obrigação pode ser ilíquida, com a apuração do *quantum debeatur* reservada para uma etapa posterior de liquidação.

A alternativa C está incorreta. O artigo 356 do CPC prevê o seguinte: “Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.” O juiz pode decidir de imediato sobre pedidos que já estão maduros para julgamento, independentemente de

qualquer pedido de tutela provisória. Consoante o art. 356 do CPC, a concessão de tutela provisória de natureza antecipada não é um requisito para o julgamento antecipado parcial do mérito.

A alternativa D está incorreta, ao contrariar o artigo 356, §5º, do CPC: “§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.” Ou seja, embora a decisão seja impugnável, o recurso cabível para o julgamento antecipado parcial do mérito é o agravo de instrumento

A alternativa E está correta. O artigo 356, §5º, do CPC permite o julgamento antecipado parcial do mérito, que pode ser impugnado por agravo de instrumento, garantindo celeridade e efetividade processual.

QUESTÃO 40. A partir de dados obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sabe-se que, em 2023, havia 84 milhões de ações judiciais em trâmite no território nacional. Diante disso, os mecanismos paraestatais surgem como instrumentos adequados à resolução de conflitos. Nesse cenário, a arbitragem permite que partes maiores e capazes, divergindo sobre o direito de cunho patrimonial, submetam a controvérsia ao terceiro (árbitro), que deverá, após regular o procedimento, decidir o conflito.

Para tanto, o julgado deverá ter os poderes do juiz togado listado a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Determinar a realização de perícias indispensáveis ao julgamento da demanda.**
- b) Tomar depoimento das partes e ouvir as testemunhas indicadas.**
- c) Modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário.**
- d) Usar o poder de coercibilidade direta para importar à parte o cumprimento da decisão arbitral.**
- e) Definir, de ofício, a produção de prova que julgue necessária à resolução da liderança.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre aspectos importantes da Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96).

A alternativa A e E estão incorretas. O artigo 22, caput, da Lei 9.307/96, autoriza o árbitro a determinar a realização de perícias indispensáveis ao julgamento da demanda. O árbitro tem a prerrogativa de determinar a realização de perícias indispensáveis ao julgamento da demanda. Esta atribuição é necessária para que o árbitro possa formar sua convicção e decidir o mérito da questão com a fundamentação técnica necessária. Portanto, assim como um juiz togado, o árbitro pode solicitar perícias técnicas para esclarecer pontos específicos da controvérsia.

A alternativa B está incorreta, ao contrariar o disposto no artigo 22, § 1º, da Lei 9.307/96: “§ 1º O depoimento das partes e das testemunhas será tomado em local, dia e hora previamente comunicados,

por escrito, e reduzido a termo, assinado pelo depoente, ou a seu rogo, e pelos árbitros.” O árbitro pode tomar depoimento das partes e ouvir as testemunhas indicadas. Esta capacidade é fundamental para a condução do procedimento arbitral, permitindo ao árbitro reunir todas as informações necessárias para a tomada de decisão. Assim, o árbitro pode conduzir audiências, interrogar as partes e testemunhas, obtendo provas orais da mesma forma que um juiz em um tribunal. Portanto, permite ao árbitro tomar depoimento das partes e ouvir as testemunhas indicadas.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o disposto no artigo 22-B, “caput”, da Lei 9.307/96: “Art. 22-B. Instituída a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário.” Esta competência assegura que o árbitro possa adaptar as medidas provisórias às necessidades do caso durante o procedimento arbitral, mantendo a flexibilidade e a eficácia das medidas cautelares ou de urgência sem a intervenção contínua do Poder Judiciário.

A alternativa D está correta, visto que o árbitro não possui poder coercitivo. “[...] 6. É plausível o ajuizamento de ação possessória diretamente perante o Poder Judiciário, com o objetivo de obter prontamente a determinação de reintegração na posse de imóveis esbulhados, pois o árbitro não possui poder coercitivo direto, sendo-lhe vedada a prática de atos executivos.” (REsp 1678667/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 12/11/2018). Nesse sentido, o árbitro não possui poder coercitivo direto. Segundo a jurisprudência, incluindo decisões como o REsp 1678667/RJ, o árbitro não tem autoridade para executar diretamente suas decisões. Para tanto, é necessário recorrer ao Poder Judiciário, que possui os meios coercitivos para garantir a execução das sentenças arbitrais. Portanto, se uma das partes não cumprir voluntariamente a decisão arbitral, a parte vencedora deverá buscar a homologação e execução judicial da decisão.

QUESTÃO 41. Uma associação civil ajuizou ação civil pública, distribuída em dezembro de 2021 à 1 Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, RJ, em face da Construtora More Bem, responsável pela empreitada do Edifício Boa Moradia e sediada naquela cidade. O pedido foi de indenização em razão do desabamento do edifício, localizado no Município de São Paulo. A associação foi incluída em maio de 2021 com o intuito de promover coletivamente a defesa dos direitos das vítimas do evento danoso, assim como de seus sucessores.

Na sede de contestação, a Construtora More Bem arguiu a ilegitimidade ativa da associação em razão de sua constituição ter ocorrido há menos de um ano da propositura da ação civil pública, de não ter sido comprovada a autorização montada para a propositura da mesma ação. Ambos os argumentos foram rejeitados pelo juiz em sede de decisão de saneamento e organização do processo, que indicaram a desnecessidade da autorização, bem como, diante da sensibilidade do direito defendido em justiça, o requisito de que a pré-constituição poderia ser retirada no caso concreto.

Finda a instrução processual, a sentença julgou procedente o pedido, condenando a Construtora More Bem ao pagamento da indenização pretendida, assim como ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor global das cláusulas, a ser apurado na sede de liquidação de sentença. Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, a sentença transitou em julgada.

Sobre o caso acima, assinie a afirmativa correta.

a) A Comarca do Rio de Janeiro é competente para apreciar a ação, por se tratar do foro do domicílio do réu, bem como por ser a competência territorial na ação civil pública relativa, prorrogável caso não seja alegada a incompetência na sede de contestação, como na hipótese.

b) A coisa julgada, por se tratar de ação civil pública para a defesa de direitos coletivos em sentido estrito, terá eficácia ultra partes, mas limitadamente à categoria das vítimas e sucessores do evento danoso.

c) A liquidação de sentença poderá ser promovida pela associação civil ou pelo Ministério Público, exclusivamente, vedada igual iniciativa às vítimas e/ou a seus sucessores.

d) A autorização montada é dispensável na hipótese, bem como não há nulidade decorrente da flexibilização do requisito da pré-constituição da associação civil nos termos da fundamentação exposta pelo juízo ao sanear o processo.

e) A notificação do réu ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência em sede de ação civil pública promovida por associação civil é cabível, ainda que ausente a má-fé em sua atuação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a competência é absoluta, não relativa, e é do local do dano, nos termos do artigo 2º, “caput”, da Lei 7.347/85. A competência é absoluta e do local do dano, conforme o artigo 2º, caput, da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública). Portanto, a ação deveria ser ajuizada na comarca onde ocorreu o desabamento (Município de São Paulo), não sendo a competência territorial prorrogável neste caso.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o artigo 103, III, do CDC, visto que se trata de direitos individuais homogêneos: “Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.” A ação civil pública neste caso envolve direitos individuais homogêneos, e não direitos coletivos em sentido estrito. Conforme o artigo 103, III, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a coisa julgada terá eficácia erga omnes ou ultra partes, mas a extensão depende do tipo de direito defendido.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 98 do CDC. Vejamos: “Art. 98. A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art. 82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções. (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)” As vítimas e seus sucessores também podem promover a liquidação de sentença. Portanto, a iniciativa de liquidação não é exclusiva da associação civil ou do Ministério Público.

A alternativa D está correta, conforme artigo 5º, § 4º, da Lei 7.347/85 e jurisprudência do STJ: “As associações possuem legitimidade para defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais

homogêneos, independentemente de autorização expressa dos associados.” (STJ. 2ª Turma. REsp 1796185/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/03/2019). A jurisprudência do STJ reforça essa interpretação, permitindo a flexibilização do requisito da pré-constituição para a atuação em casos de sensibilidade do direito defendido (REsp 1796185/RS), uma vez que o art. 5º, §4º, da Lei 7.347/85 prevê que as associações possuem legitimidade para defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos independentemente de autorização expressa dos associados

A alternativa E está incorreta, pois contraria o artigo 18 da Lei 7.347/85.

QUESTÃO 42. Ajuizada ação de execução fundada em nota promissória vencida e não paga, o juiz, apreciando a petição inicial, tentou a citação do executado para que, no prazo legal, pagasse o subsídio. O demandado, contudo, quedou-se inerte, não tendo oferecido qualquer manifestação processual.

Na esteira do juízo positivo de admissibilidade da ação, o demandante modificou as providências necessárias para viabilizar a averbação da instalação do processo na serventia imobiliária em que se perdeu matriculado um imóvel do concluído.

Transcorrido um mês após a ultimação do ato citatório, o exequente protocolou petição, devidamente instruída com documentos, na qual noticiava ao órgão judicial que o demandado havia sido vendido a um terceiro o imóvel em cuja matrícula já estava averbada a existência do feito executivo. Alegar que tal alienação comprometeria a satisfação de seu crédito, para reduzir o devedor à insolvência, ou o exequente exigiria que fosse reconhecido a fraude à execução.

Nesse contexto, o juiz deverá

a) determinar a intimação do terceiro adquirente para que este intente, caso queira, embargos de terceiro, a serem resolvidos

por sentença impugnável por recurso de apelação.

b) aguardar a iniciativa do terceiro adquirente, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, no sentido de intentar embargos de terceiro, a serem resolvidas em sentença impugnável por recurso de apelação.

c) determinar a intimação do adquirente para que este suscite, caso queira, o incidente processual de aferição de fraude à execução, seja resolvido por decisão interlocutória impugnável por recurso de agravo de instrumento.

d) aguardar a iniciativa do terceiro adquirente, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, no sentido de suscitar o incidente processual de aferição de fraude à execução, a ser resolvido por decisão interlocutória impugnável por recurso de agravo de instrumento.

e) proferir de imediato decisão interlocutória regularizando a fraude à execução, caso já disponha de elementos de verdade nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme artigos 792, § 4º, e 679, ambos do CPC. Vejamos: Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução: § 4º Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias”. “Art. 679. Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento comum” Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deve intimar o terceiro adquirente para que, se quiser, possa opor embargos de terceiro. Esses embargos serão resolvidos por sentença, que poderá ser impugnada por recurso de apelação. O artigo 679 do CPC complementa, informando que os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 dias, seguido do procedimento comum.

A alternativa B está incorreta. O juiz não deve aguardar passivamente a iniciativa do terceiro adquirente. O art. 792, §4º, do CPC impõe que o juiz deve intimar o terceiro adquirente para que, se desejar, ele possa opor embargos de terceiro, em vez de esperar que ele tome essa iniciativa por conta própria.

A alternativa C está incorreta. Trata-se da oposição de embargos de terceiro, não um incidente processual de aferição de fraude à execução.

A alternativa D está incorreta. O juiz deve intimar o terceiro adquirente ativamente e a oposição deve ser feita via embargos de terceiro. A decisão será por sentença, impugnável por recurso de apelação, não por agravo de instrumento.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 792, §4º, CPC, o juiz deve seguir o procedimento estabelecido, exige a intimação do terceiro adquirente antes de declarar a fraude à execução. Proferir uma decisão interlocutória de imediato, sem intimação, violaria o direito ao contraditório e à ampla defesa do terceiro adquirente.

QUESTÃO 43. Diante da suspeita de que Paulo deixaria de devolver o filho do ex-casal após uma visita, Joana ajuizou ação de guarda unilateral com pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Apresentadas como provas junto à inicial e ouvidas pelo Ministério Público, Carlos, juiz competente para julgar a demanda, concedeu uma tutela de urgência de modo a garantir a guarda unilateral em favor de Joana e marcou uma audiência de conciliação entre os genitores.

Na data designada, após o término da audiência sem acordo entre as partes, ao deixar o Fórum, Paulo abalou o veículo dirigido por Carlos por desatenção, o que levou a uma discussão entre ambos. Após o episódio, Carlos declarou sua suspeita, conforme disposição legal e determinou a remessa ao juízo substituto, ao passo que Paulo pugnou pela anulação da antecipação de tutela concedida ante a declaração exarada pelo magistrado.

Sobre o pedido feito por Paulo, à luz das disposições legais e das questões dominantes sobre o tema, assinie a afirmativa correta.

a) Deverá ser acolhido, considerando o flagrante inimizade existente entre o juiz e a parte.

b) Deverá ser rejeitado, pois a causa da declaração se deu por ato praticado por Paulo.

c) Deverá ser rejeitado, pois a declaração de suspeita pelo magistrado por motivos supervenientes não possui efeitos retroativos.

d) Deverá ser acolhido, sendo certo que a manutenção da decisão prejudicará Paulo e corrigirá a parcialidade do julgador.

e) Deverá ser rejeitado, pois a remessa da ação ao juízo substituto e a ratificação dos atos anteriores é capaz de evitar a nulidade arguida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, não há flagrante inimizade entre a parte e o juiz.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme dispõe o artigo 144, § 2º, do CPC. Vejamos: “§ 2º É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.” A causa da declaração de suspeição pode ser irrelevante para a decisão de manter a tutela se os efeitos não forem retroativos. Nesse sentido, a tutela de urgência concedida anteriormente permanece válida e não será anulada pela suspeição declarada após a ocorrência do incidente e a decisão de tutela antecipada não será anulada apenas porque poderia prejudicar Paulo. A declaração de suspeição superveniente não afeta a decisão anterior, conforme o artigo 144, § 2º, do CPC.

A alternativa E está incorreta, conforme dispõe o art. 146, § 7º, do CPC. A saber: “§ 7º O tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou de suspeição.” Embora a remessa ao juízo substituto e a ratificação dos atos anteriores possam evitar nulidades futuras, isso não é o fundamento para rejeitar o pedido de anulação da tutela antecipada concedida antes da declaração de suspeição.

QUESTÃO 44. O valor da causa é requisito da petição inicial, indispensável para a definição de diversos aspectos econômicos do processo, como a competência e a fixação de honorários de sucumbência, entre outros.

A respeito do tema, assinie a afirmativa correta.

a) O valor da causa, na ação de alimentos, corresponderá à soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais pedidas pelo autor.

b) Na ação em que há acumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à quantidade correspondente ao maior pedido formulado pelo autor. X

c) Na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa corresponderá ao pedido de menor valor.

d) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.

e) O juiz corrigirá liminarmente o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao lucro econômico perseguido pelo autor, sendo admissível, a partir daí, a correção apenas por exigência do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. É a soma das 12 prestações mensais, conforme o artigo 292, III, do CPC. Vejamos: “Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor;”

A alternativa B está incorreta. É a soma de todos os pedidos, conforme artigo 292, VI, do CPC. Vejamos: “Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles.”

A alternativa C está incorreta. É o de maior valor, conforme artigo 292, VII, do CPC. Vejamos: “Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; “Segundo o art. 292, VII, do CPC, na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa corresponderá ao pedido de maior valor, e não ao de menor valor.

A alternativa D está correta. Essa é a redação do artigo 293 do CPC. Vejamos: “Art. 293. O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.” O réu pode impugnar o valor atribuído à causa pelo autor em preliminar da contestação, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, podendo impor a complementação das custas, se necessário. Portanto, é permitido ao réu impugnar o valor atribuído à causa pelo autor em preliminar da contestação, sob pena de preclusão, e determina que o juiz decida a respeito, podendo impor a complementação das custas, se for o caso.

A alternativa E está incorreta, conforme dispõe o art. 292, §3º, do CPC. A saber: “§ 3º O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.” O art. 292, §3º, do CPC dispõe que o juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao lucro econômico perseguido pelo autor, independentemente da exigência do réu.

QUESTÃO 45. Denise impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, em face de ato revestido praticado pelo Diretor de Benefícios da Autarquia Previdenciária do Município Beta, que lhe negou o direito de incorporar determinada gratificação a seus proventos de aposentadoria da carga efetiva de Professor de Ensino Fundamental I.

O juízo, em avaliações iniciais, indeferiu a liminar pretendida, bem como determinou a notificação da autoridade coatora para prestar informações e a intimação da Procuradoria-Geral do Município Beta para, querer, ingressar no feito.

Após a vinda das informações e a oferta de impugnação pelo Município Beta, o juiz concedeu a ordem; determinando à autoridade coatora que promovesse a incorporação pretendida por Denise. Inconformado com a sentença, o Município Beta interpôs recurso de apelação, o qual foi conhecido e desprovido pela maioria dos votos dos desembargadores da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

Na sequência, o ente público interpôs recursos especiais e extraordinários em face do acórdão de julgamento da apelação. Diante do caso acima, assinie a afirmativa correta.

a) O recurso de apelação interposto pelo Município Beta não deveria ter sido conhecido pela Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, pois o duplo grau obrigatório de jurisdição da sentença concessiva de mandato de segurança retira o interesse recursal do ente público em buscar a reforma e/ou anulação da decisão.

b) Após a interposição dos recursos especiais e extraordinários, os autos serão inicialmente remetidos ao Superior Tribunal de Justiça para o julgamento do recurso especial e, concluído o julgamento, remetidos ao Supremo Tribunal Federal para a apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver disponível prejudicado.

d) Não é possível a execução provisória da sentença

de segurança que beneficiou Denise, por haver a disposição legal à concessão de medida liminar para a concessão de vantagens ao servidor público, a impedir a aplicação provisória do título executivo judicial.

d) Caso tivesse sido negada a ordem em sede de apelação no Tribunal de Justiça, deveria ter sido oferecido recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

e) No recurso extraordinário, cabe ao Município demonstrar a existência de repercussão geral da questão constitucional debatida, a ser apreciada inicialmente pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado Alfa em sede preliminar e, em seguida, pelo Supremo Tribunal Federal, caso seja negado a repercussão geral pelo tribunal de origem e seja interposto agravo em recurso extraordinário pelo Município Beta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, dispensando a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal, consoante a jurisprudência do STJ. O ente público possui legitimidade recursal, conforme já decidiu o STJ: “Em mandado de segurança, a legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, sendo dispensável a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal. (STJ. 2ª Turma. AgInt no AREsp 1.430.628-BA, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/08/2022)”.

A alternativa B está correta. Nesse sentido é o que dispõe o artigo 1.031, “caput” e § 1º, do CPC. Vejamos: “Art. 1.031. Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. § 1º Concluído o julgamento do recurso especial, os

autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver prejudicado.” Os autos serão remetidos inicialmente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o julgamento do recurso especial. Após o julgamento, se não prejudicado, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a apreciação do recurso extraordinário.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 14, § 3º, da Lei 12.016/2009. Vejamos: “Art. 14. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação. §3ºA sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.” Portanto, é permitida a execução provisória da sentença concessiva de segurança, salvo se concedida medida liminar, não impedindo a aplicação provisória do título executivo judicial.

A alternativa D está incorreta. Apenas seria cabível o Recurso Ordinário em caso de decisão em única instância, conforme dispõe o artigo 105, II, “b”, da CRFB: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: II - julgar, em recurso ordinário: b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;” O recurso ordinário é cabível apenas em caso de decisão denegatória de mandado de segurança em única instância. Colacionamos a jurisprudência do STJ nesse sentido: “PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO-CABIMENTO. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. O art. 105, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal dispõe que compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar “os mandados de segurança decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória”, ou seja, na hipótese em que a decisão recorrida tenha sido proferida por órgão colegiado do Tribunal a quo, esgotando-se a instância originária. 2. Recurso ordinário não conhecido.”

A alternativa E está incorreta, pois a apreciação da repercussão geral cabe ao STF, conforme art. 1.035, §2º, do CPC: “Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo. § 2º O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal.” Logo, a apreciação da repercussão geral cabe ao Supremo Tribunal Federal e não à presidência do Tribunal de Justiça de origem.

QUESTÃO 46. Em relação às diversas formas de pronunciamento do juiz e dos auxiliares da justiça, relacione as situações colocadas a seguir às respectivas naturezas jurídicas.

1. Sentença

2. Decisão interlocutória 3. Despacho

4. Ato ordinatório

(1) Ato que põe fim à segunda fase da ação de prestação de contas.

(4) Ato que dá vista obrigatória às partes.

(2) Ato que julga embargos de declaração opostos à concessão de tutela de urgência.

(3) Ato de homologação de indicação de depositário, em penhora de empresa.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 1-4-2-3.

b) 1-3-4-2.

c) 3-1-2-4.

d) 2-4-1-3.

e) 1-3-2-4.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Pois bem, vamos analisar cada termo trazido pelo examinador nessa questão.

Sentença: Ato que põe fim à segunda fase da ação de prestação de contas. É o pronunciamento pelo qual o juiz põe fim à fase de conhecimento do procedimento comum, ou extingue a execução (art. 203, §1º, CPC)

Ato ordinatório: Ato que dá vista obrigatória às partes. Conforme o artigo 203, §4º, do CPC, atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho e são praticados de ofício pelo servidor, sendo revistos pelo juiz quando necessário.

Decisão interlocutória: Ato que julga embargos de declaração opostos à concessão de tutela de urgência. É o pronunciamento judicial que resolve questões incidentais, não pondo fim ao processo (art. 203, §2º, CPC)

Despacho: todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte (art. 203, §3º, CPC) O ato que põe fim à segunda fase da ação de prestação de contas é a sentença. O ato que dá vista obrigatória às partes é ordinatório, conforme artigo 203, § 4º, do CPC. Vejamos: “Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.”

O ato que julga Embargos de Declaração contra concessão de tutela é uma decisão interlocutória de mérito. O ato que homologa a indicação de depositário é um despacho, conforme artigo 160, parágrafo único, do CPC. A saber: “Art. 160. Por seu trabalho, o depositário ou o administrador perceberá remuneração que o juiz fixará levando em conta a situação dos bens, ao tempo do serviço e as dificuldades de sua execução. Parágrafo único. O juiz poderá nomear um ou mais prepostos por indicação do depositário ou do administrador.” Portanto, a alternativa correta é a letra A, e as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas, pois contrariam o que decidiu a Suprema Corte.

QUESTÃO 47. Em determinado processo, no qual havia sido ferido, a ambas as partes, o benefício da gratuidade de justiça, o magistrado, à luz dos elementos coligidos aos autos, concluiu que o réu vinha incorreto em uma série de condutas processuais, sobretudo por meio das petições protocolizadas por seu advogado, que inequivocamente visavam obstaculizar a efetivação da tutela provisória concedida em favor do demandante.

Assim, o juiz da causa anunciou o réu sobre a possibilidade de configuração de ato atentatório à dignidade da justiça. Contudo, persistiu o exigido, por meio de seu patrono, na criação de toda uma espécie de expedientes específicos para embaraçar o efeito benéfico da tutela provisória.

Nesse cenário, assinale a opção que apresenta, corretamente, a ação que caberá ao juiz.

a) Impor multa em desfavor do réu e de seu advogado, ficando ambos solidariamente responsáveis pelo seu pagamento, sem prejuízo da expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil.

b) Impor multa em desfavor do réu, a qual, não sendo paga no prazo fixado, será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado, sem prejuízo da aplicação das sanções criminais, civis e processuais cabíveis.

c) Impor multa em desfavor do réu, isentando-o, contudo, do seu pagamento, por força do benefício da gratuidade de justiça que tenha sido deferido.

d) Cominar as astreintes em desfavor do réu, sem a importância da multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça, haja vista a incompatibilidade entre ambas as medidas.

e) Cominar as astreintes em desfavor do réu, sem a importância a multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça, o que não se configura nas hipóteses de criação de embaraços à efetivação das decisões de natureza provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A assertiva contraria o artigo 77, § 6º, do CPC. Vejamos: “Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: § 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.” A responsabilidade disciplinar do advogado deve ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria.

A alternativa B está correta, conforme artigo 77, § 3º, do CPC. Vejamos: “§ 3º Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no art. 97.” De acordo com o artigo 77, § 3º, do CPC, não sendo paga no prazo fixado pelo juiz, a multa será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou. A execução seguirá o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no artigo 97 do CPC.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 98, § 4º, do CPC. A saber: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. §4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que

lhes sejam impostas.” Assim, mesmo que o réu tenha o benefício da gratuidade, ele não está isento do pagamento da multa.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o artigo 77, § 4º, do CPC. A saber: “§ 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º.” O artigo 77, § 4º, do CPC prevê que a multa pode ser fixada independentemente da incidência das astreintes (multas diárias). Não há incompatibilidade entre ambas as medidas.

A alternativa E está incorreta, pois contraria o artigo 77, IV e § 4º, do CPC. Vejamos: “Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação; (...) § 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º.” O artigo 77, IV e § 4º, do CPC, dispõe que as partes devem cumprir as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação. Portanto, atos que criem embaraços à efetivação das decisões provisórias configuram sim ato atentatório à dignidade da justiça.

QUESTÃO 48. Com relação aos requisitos da petição inicial, sua seleção, seu indeferimento e sua inépcia, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

() É indispensável em todos os procedimentos e graus de jurisdição que a petição inicial seja escrita e em língua portuguesa.

() Em se tratando de execução fiscal, a falta de indicação do CPF ou do CPNJ da parte realizada é causa de indeferimento da petição inicial.

() Não induz a inépcia inicial a realização de pedido genérico, quando se trata de ações universais, se o autor não puder individualizar os bens exigidos.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-F-V.

b) F-F-V.

c) F-V-V.

d) V-F-F.

e) F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A primeira afirmativa está incorreta, pois não observa o artigo 192, parágrafo único, do CPC. Ademais, não há essa obrigatoriedade no artigo 319 do CPC. Vejamos: “Art. 192. Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa. Parágrafo único. O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.” A obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos atos processuais está prevista no artigo 192 do CPC. No entanto, não há menção específica à necessidade de que a petição inicial seja escrita em todos os procedimentos e graus de jurisdição. Além disso, o artigo 319 do CPC não menciona tal obrigatoriedade.

A segunda afirmativa está incorreta, considerando que está em desacordo com a Súmula 558 do STJ. De acordo com a Súmula 558 do STJ, a ausência de indicação do CPF ou do CNPJ na petição inicial de execução fiscal não é motivo para indeferimento. Esta súmula esclarece que, embora seja importante a indicação desses dados, a sua falta não impede o prosseguimento da ação. Vejamos o teor da Súmula 558 STJ: “Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada .”

A terceira afirmativa está correta, de acordo com o artigo 324, § 1º, I, do CPC. Vejamos: “Art. 324. O pedido deve ser determinado. § 1º É lícito, porém, formular pedido genérico: I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;”

QUESTÃO 49. Ajuizada ação pelo consumidor em face da operadora de plano de saúde que havia contratado, o juiz da causa deferiu a tutela provisória pleiteada, determinando que a parte ré custeasse de imediato os tratamentos médicos de que necessitava o autor, enquanto fossem necessários, conforme exigido na petição inicial.

Encerrada a fase postulatória, o magistrado, concluindo pela desnecessidade da prova pericial exigida pela demandada, julgou antecipadamente o mérito e acolheu o pleito autoral. Restou confirmado no ato sentencial, assim, a tutela provisória a reportagem da operadora ferida inicialmente, com exigência de garantir a cobertura de tratamentos médicos nos moldes especificados na peça exordial.

Regularmente intimado, a ré interpõe recurso de apelação, na qual requereu a anulação da sentença, por entender que esta se perdeu maculada por erro no procedimento, consubstanciado no cerceamento do seu direito de defesa, e, subsidiariamente, a reforma do julgado, para que se julgou improcedente o pedido. Na sequência, o autor requereu o processamento do cumprimento provisório da sentença, com a subsequente intimação da ré para depositar os valores relativos aos tratamentos médicos.

Nesse cenário, a respeito da ação do juiz, assinale a afirmativa correta.

a) Deverá indeferir a aplicação provisória de sentença, uma vez que o recurso de apelação interposto pela ré seja dotado de efeito suspensivo.

b) Deve indeferir a aplicação provisória de sentença, uma vez que, no recurso de apelação interposto pela ré, pleiteou-se a anulação da sentença.

c) Deve indeferir o cumprimento provisório de sentença, por ser este incabível nas hipóteses de cumprir ao cumprimento de obrigações de fazer.

d) Deve deferir o cumprimento provisório de sentença, o que não terá efeito ainda que sobrevenha sentença que anule o ato sentencial objeto da execução.

e) Deve deferir o cumprimento provisório de sentença, cabendo ao autor a obrigação de reparar os danos sofridos pela ré nas hipóteses de reforma do ato sentencial objeto da execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A decisão produz efeitos desde logo, conforme dispõe o artigo 1.012, V, do CPC. A saber: "Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; "Nesse caso, a decisão que concede a tutela provisória produz efeitos imediatos e a apelação contra tal decisão não suspende esses efeitos.

A alternativa B está incorreta. Vide comentários da letra A.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o artigo 520, § 5º, do CPC. A saber: "Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime: § 5º Ao cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa aplica-se, no que couber, o disposto neste Capítulo." O artigo 520, §5º, do CPC esclarece que o cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa é realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo. Portanto, é possível o cumprimento provisório de sentença em obrigações de fazer.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o artigo 520, II, do CPC. A saber: "II - fica sem efeito, sobrevivendo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos;"

A alternativa E está correta, conforme dispõe o artigo 520, I, do CPC. Vejamos: "I - corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;" Assim, o juiz deve deferir o cumprimento provisório da sentença, e o autor será responsável por eventuais danos sofridos pela ré se a sentença for modificada.

QUESTÃO 50. Após enunciar o dever dos tribunais de "uniformizar suas instruções e mantê-la estável, íntegra e consistente" o atual Código de Processo Civil lista os padrões decisórios de força vinculativa, entre os quais os acórdãos em incidente de assunção de competência e em julgamento de recurso especial repetitivo. Especificamente em relação ao tema dos Juizados Especiais, o Superior Tribunal de Justiça vem, ao longo dos últimos anos, firmando vinculantes precedentes de notável repercussão jurídica. À luz de tais considerações, analise as teses a seguir.

I. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos de justiça comum e membros do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência, a qual possui natureza absoluta nos foros em que tenha sido instalado o correspondente Juizado, para as causas da sua alçada e matéria.

II. Ao autor que desejar litigar no âmbito do Juizado Especial Federal Cível, é lícito renunciar, de modo expresso e para fins de atribuição de valor à causa, aos montantes que excedam os 60 (sessenta) estipulados os mínimos previstos no Art. 3o, caput, da Lei nº 10.259/2001, aí incluídas, sendo o caso, as prestações vincendas.

III. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública têm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente de trabalho em que o Instituto Nacional do Seguro Social figura como parte.

IV. Não é possível propor aos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como importa o rito sumaríssimo da Lei no 12.153/2009 ao juízo comum da execução.

Está correto o que se afirma em

a) I e III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Estão corretos os itens I, II e IV.

O Item I está correto, conforme artigo 1º, “caput”, e art. 2º, § 4º, da Lei 12.153/2009. Vejamos: “Art. 1o Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.” Conforme o artigo 1º da Lei 12.153/2009, os Juizados Especiais da Fazenda Pública são criados pela União, Distrito Federal, Territórios e Estados para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência. “Art. 2o É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. § 4o No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.”

O Item II está correto, conforme artigo 13, §5º, da Lei 12.153/2009. A saber: “Art. 13. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado: (...)”

§ 5o Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.” Conforme o artigo 13, § 5º, da Lei 12.153/2009, é permitido ao autor renunciar ao montante que exceda os 60 salários mínimos para que a causa se enquadre na competência dos Juizados Especiais. Assim, é possível renunciar expressamente aos valores que ultrapassem o limite previsto para que a causa seja atribuída ao Juizado Especial Federal Cível.

O Item III está incorreto, conforme Tema 1053 do STJ: “Os Juizados Especiais da Fazenda Pública não têm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente de trabalho em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte.” Segundo o Tema 1053 do STJ, os Juizados Especiais da Fazenda Pública não possuem competência para julgar ações decorrentes de acidente de trabalho em que o INSS seja parte.

O Item IV está correto, conforme Tema 1029 do STJ: “Não é possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução.” Conforme o Tema 1029 do STJ, não é permitido propor a execução de títulos formados em ações coletivas que tramitam sob o rito ordinário nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Além disso, não é possível impor o rito sumaríssimo dos Juizados Especiais ao juízo comum da execução.

QUESTÃO 51. A respeito do fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. A função econômica da liberdade negocial afasta a incidência dos direitos fundamentais nas relações jurídicas de natureza privada.

II. A interpretação do Código Civil deve atribuir a todo corpo normativo codificado um significado coerente com a tábua de valores do ordenamento, que pretende transformar efetivamente a realidade a partir das relações jurídicas de natureza privada, segundo os ditames da solidariedade e da justiça social.

III. A ordem voluntarista da teoria contratual oitocentista instrumentaliza os princípios constitucionais de acordo com os ditames inafastáveis da lógica individualista. Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o conhecimento doutrinário acerca dos princípios e valores que regem o Direito Civil.

O item I está incorreto. A função econômica da liberdade negocial não exclui a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Na verdade, a constitucionalização do Direito Civil busca integrar os direitos fundamentais na esfera privada, promovendo a proteção da dignidade da pessoa humana e a justiça social.

O item II está correto. De fato, a interpretação do Código Civil deve refletir os valores constitucionais, promovendo uma visão que busca a solidariedade e a justiça social nas relações privadas. Isso implica que as normas do Direito Civil devem ser aplicadas de forma a respeitar e efetivar os direitos fundamentais.

O item III está incorreto. A teoria contratual oitocentista, ao enfatizar o voluntarismo e o individualismo, contrasta com a perspectiva atual que busca integrar princípios constitucionais, como a solidariedade e a função social dos contratos. Portanto, a afirmação não está correta na medida em que sugere que os princípios constitucionais são instrumentalizados por uma lógica puramente individualista.

QUESTÃO 52. Depois de receber um vasto conjunto de bens por herança, Henriqueta, que não tem herdeiros necessários, sentiu-se compelida a um ato de generosidade, doando diversos dos bens adquiridos para pessoas próximas e mantendo consigo o essencial para seu estilo de vida.

Para tanto, celebrou quatro contratos de doação:

I. Doou ações de uma companhia aberta a um nascituro, Enzo, o filho que sua amiga Cleonice (que aceitou de bom grado o presente) ainda carrega no ventre.

II. Doou uma jóia a seu afilhado Isaías, de seis anos de idade, sem impor-lhe qualquer encargo, mas sem que seus pais tenham aceitado a doação.

III. Doou uma sala comercial para a Associação de Defesa dos Transeuntes, que ainda está em fase de constituição.

IV. Doou um apartamento ao primeiro filho que Tobias venha a ter com sua atual esposa (Tobias ainda não tem filhos).

São válidas as seguintes doações:

a) I e II, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre doação e sucessão.

O item I está correto, pois está de acordo com o art. 542 do Código Civil: “A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.”

O item II está correto, pois está em consonância com o art. 543, CC: “Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.”

O item III está correto, a doação é válida, pois uma associação pode receber doações, mesmo antes de sua constituição formal, desde que haja a intenção de constituição. Nesse sentido, o art. 554, CC: “A doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente”.

O item IV está correto, pois está em consonância com o art. 546, CC: “A doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, quer pelos nubentes entre si, quer por terceiro a um deles, a ambos, ou aos filhos que, de futuro, houverem um do outro, não pode ser impugnada por falta de aceitação, e só ficará sem efeito se o casamento não se realizar”.

QUESTÃO 53. Maria, advogada, celebrou com João, médico, um contrato de compra e venda irretratável de um imóvel no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), por instrumento particular. Nos termos do contrato celebrado, a compradora pagou uma entrada no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) no ato da celebração; já o valor restante deveria ser pago no dia útil seguinte à averbação no registro de imóveis, realizada por João que, conforme cláusula contratual, deveria ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do pagamento do sinal. Foi ainda acordado que a não averbação no prazo estipulado configuraria inadimplemento absoluto e ensejaria a resolução do contrato com a restituição do valor em dobro.

João não logrou êxito ao realizar a averbação e procurou Maria para informar do óbice encontrado, a fim de que resolvessem conjuntamente a situação. No entanto, foi surpreendido com a recusa de Maria em contribuir para a solução do problema. Ao contrário, por ter se arrependido do negócio, Maria exigiu a restituição em dobro do valor pago como sinal. Diante do impasse, João moveu ação judicial e o juiz da causa declarou a nulidade do acordo e entendeu que o contrato de compra e venda do referido imóvel valeria como promessa de compra e venda. Acerca da situação hipotética narrada, assinale a opção que indica, corretamente, a técnica que foi aplicada ao negócio jurídico.

a) Conversão, restando contrato requalificado em conformidade com o pretendido pelas partes no negócio que foi declarado nulo.

b) Integração, restando preenchidas as lacunas do contrato com base nos princípios gerais do direito e no princípio da boa-fé.

c) Ratificação, restando a requalificação contratual confirmada por suprimento judicial.

d) Confirmação, restando eventual vício sanado, permitindo a produção de todos os efeitos pretendidos.

e) Redução, restando o contrato limitado em seus efeitos e extensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a conversão substancial do negócio jurídico nulo.

Para entendermos a alternativa, vale dizer que o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo (art. 169, CC), mas, segundo o art. 170, CC: “Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade”.

No mais, o valor ultrapassa 30 salários-mínimos, e de acordo com o art. 108, CC: “Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no País”.

QUESTÃO 54. Olavo é administrador da associação Viver Bem, um famoso clube em região litorânea. Para conseguir recursos para sua campanha política ao cargo de prefeito, prestou aval, em nome da associação, a um contrato de empréstimo com um banco.

A respeito da responsabilização de Olavo pelo ato praticado, assinale a afirmativa correta.

a) Só poderá ser responsabilizado pela garantia regressivamente, considerando que é inviável a desconsideração da personalidade jurídica de associação, entidade sem fins lucrativos, em que não há direitos e obrigações recíprocas entre os associados.

b) Não poderá ser responsabilizado pela garantia nem mesmo regressivamente, considerando que não há direitos e obrigações recíprocas entre os associados, de modo que não cabe a desconsideração da personalidade jurídica, tampouco o regresso contra associados.

c) Só será responsabilizado pela garantia se desconsiderada a personalidade jurídica da associação, observada a teoria maior.

d) Só será responsabilizado pela garantia se desconsiderada a personalidade jurídica da associação, observada a teoria menor.

e) Poderá ser diretamente responsabilizado pela garantia, sequer imputável à associação, independentemente de desconsideração de sua personalidade jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre desconsideração da personalidade jurídica.

Nos termos do art. 50, do Código Civil: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso”. Vale acrescentar que, a teoria maior é a regra adotada pelo nosso sistema jurídico e implica a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica nos casos de manipulação fraudulenta ou abusiva.

QUESTÃO 55. Alice Semedo, estrangeira, viúva, oriunda do país Alpha, proprietária de dois imóveis no Estado da Bahia, Brasil, realizou testamento no Brasil, deixando metade de todo seu patrimônio para uma Organização Não Governamental com sede em Salvador, Bahia.

Alice tem dois filhos brasileiros com idades de 5 e 7 anos. A legislação do país de Alice prevê que, em caso de falecimento, deixando o de cujus filhos, dois terços da herança devem ser destinados a eles na condição de herdeiros necessários.

Na situação hipotética narrada, assinale a opção que apresenta, corretamente, a legislação aplicável ao caso.

a) Como os bens imóveis situam-se no Brasil, a legislação brasileira será aplicada exclusivamente em detrimento da lei pessoal do de cujus.

b) O ordenamento jurídico impõe aplicação exclusiva da legislação pessoal do de cujus, independentemente da existência de filhos.

c) Deve ser cumprida a vontade do de cujus, visto que a autonomia da vontade sempre impera nos atos de última vontade.

d) A legislação brasileira impõe a junção da norma nacional com a lei pessoal do de cujus, limitando a vontade do de cujus, independentemente da existência de herdeiros necessários.

e) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no país, será regulada pela lei brasileira em benefício dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os artigos da LINDB e sucessão.

A alternativa A está incorreta. A alternativa alega que a legislação brasileira será aplicada exclusivamente, mas isso ignora a possível aplicação da lei do país de origem da falecida que poderia garantir os direitos dos filhos. Tal afirmativa contraria o §1º do art. 10 da LINDB: “A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens. § 1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será

regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus”.

A alternativa B está incorreta. A alternativa defende a aplicação exclusiva da legislação pessoal do de cujus, o que não é correto, já que os bens estão no Brasil e há filhos brasileiros, conforme mencionamos no artigo acima.

A alternativa C está incorreta. A afirmação sobre a autonomia da vontade é verdadeira, mas deve ser equilibrada com a proteção dos direitos dos herdeiros necessários.

A alternativa D está incorreta. Sugere que a norma nacional se junta à lei pessoal do de cujus, limitando a vontade dela, o que pode ser parcialmente verdadeiro, mas não podemos afirmar que independe da existência dos herdeiros necessários, já que a LINDB infere que a aplicação dar-se-á de acordo com a mais favorável ao herdeiro.

A alternativa E está correta, por estabelecer que a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira em benefício dos filhos brasileiros, a menos que a lei pessoal do de cujus seja mais favorável, o que se alinha bem com a situação.

QUESTÃO 56. Osvaldo celebrou um contrato, com prazo de vigência de seis meses, pelo qual se comprometeu a vender os tomates que produz por R\$3,00 (três reais) o quilo para um mercado local, devendo entregá-los toda segunda-feira de manhã.

Passados dois meses de execução regular do contrato, Osvaldo entendeu que o contrato se tornou injusto, pois houve significativa alta no valor do tomate em razão de pragas que atingiram os produtores da região. Diante disso, pretende a resolução do contrato por onerosidade excessiva.

Sobre o caso, analise as afirmativas a seguir.

I. A pretensão de Osvaldo somente poderá ser acolhida se a alta no valor do tomate em razão de pragas que atingiram os produtores da região for considerada um acontecimento imprevisível no momento da contratação.

II. Ainda que o pedido de Osvaldo tenha sido a resolução do contrato e não a sua revisão, o mercado pode evitar a extinção do negócio, oferecendo-se a aumentar equitativamente o preço que paga pelos tomates.

III. O fundamento para Osvaldo pretender a resolução é seu direito básico como consumidor, o que implica na revisão das cláusulas contratuais em razão de fatos supervenientes que as tornam excessivamente onerosas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre onerosidade excessiva.

O item I está correto. A assertiva trata da teoria da imprevisão prevista no art. 478, CC: “Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação”.

O item II está correto, conforme prevê o art. 479, CC: “Art. 479. A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.”

O item III está incorreto, pois Osvaldo não é consumidor, mas sim produtor, não se aplicando o CDC ao caso.

QUESTÃO 57. Lenira, que acabara de perder o marido vítima de atropelamento, encontrando-se em situação financeira muito difícil para se sustentar e manter os quatro filhos, foi procurada por Dr. Tício, advogado, que ofereceu a ela os seus serviços para obter a pensão por morte que ela não conseguira administrativamente, mediante a remuneração de 60% (sessenta por cento) sobre a totalidade do benefício auferido na ação judicial.

Lenira, de pouca instrução e desesperada para obter ajuda, celebrou o negócio jurídico nesses termos com o referido advogado.

De acordo com a situação hipotética apresentada, Lenira pode propor ação de anulação

a) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base em coação moral.

b) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no estado de perigo.

c) no prazo de dois anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no dolo.

d) no prazo de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base na lesão.

e) no prazo de quatro anos, a contar da celebração do negócio jurídico, com base no erro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre decadência.

A alternativa D está correta, pois a questão trouxe uma hipótese de celebração de negócio jurídico que ocasiona lesão. Dessa forma, o Código Civil prevê em seu art. 178, inciso II, que o prazo decadencial para pleitear a anulação de tal negócio é de quatro anos a contar do dia em que este foi celebrado.

QUESTÃO 58. Anacleto viu no quadro de avisos do condomínio que sua vizinha Ofélia estava vendendo seu automóvel usado por R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Ele procurou Ofélia, examinou o carro na garagem e fechou negócio nos termos ofertados.

Anacleto pagou imediatamente o valor acertado, mas Ofélia pediu para entregar o veículo somente no dia seguinte, já que, naquela noite, ela precisaria dele para visitar uma amiga, o que foi autorizado pelo comprador. Ocorre que, retornando da casa da amiga naquela noite, Ofélia causou um acidente por estar dirigindo embriagada, provocando a perda total do carro.

Sobre a hipótese narrada, assinale a opção que apresenta o que Anacleto pode exigir de Ofélia.

- a) O equivalente pecuniário (valor de mercado) do automóvel perdido, mais perdas e danos.**
- b) O equivalente pecuniário (valor de mercado) do automóvel perdido.**
- c) O preço pago, R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), mais perdas e danos.**
- d) Apenas o preço pago, R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).**
- e) Outro automóvel da mesma espécie e qualidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o direito das obrigações.

A alternativa A está correta. Para responder a questão, basta sabermos que, segundo o Código Civil: “Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos” (art. 239, CC). Portanto, a alternativa A é a única questão que possui embasamento legal.

QUESTÃO 59. A família de Teodoro Madureira notificou extrajudicialmente a sociedade empresária de previdência privada, Vida Longinqua S.A., informando o falecimento do segurado. A notificação do falecimento foi enviada ao negócio 72 horas após o ocorrido, anexando a certidão de óbito. Apesar disso, durante seis meses, a sociedade empresária de previdência privada depositou o valor do benefício da aposentadoria contratada. O contrato estipulava o desembolso do benefício de maneira vitalícia, não havendo a incidência de pensão a qualquer beneficiário.

Diante da situação hipotética narrada, considerando que Vida Longinqua S.A. pretende a restituição dos valores pagos após o falecimento de Teodoro, assinale a afirmativa correta.

a) O ordenamento jurídico brasileiro admite a repetição, quando o devedor solveu obrigação judicialmente inexigível.

b) A inexistência de relação jurídica entre a família de Teodoro e a sociedade empresária de previdência privada desobriga a restituição.

c) O enriquecimento ilícito da família de Teodoro se presume, mas a falta de má-fé gera a restituição sem a atualização dos valores monetários.

d) Como o pagamento ocorreu voluntariamente, caberá à sociedade empresária de previdência privada o ônus probatório do erro.

e) A restituição é indevida, quando deixa de existir a causa que justifique o enriquecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre enriquecimento sem causa.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 882, CC, há previsão de que “não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível”.

A alternativa B está incorreta. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários (art. 876, CC).

A alternativa C está incorreta. Pois conforme previsão do art. 884 do Código Civil, a restituição será feita com a atualização dos valores monetários.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 877, CC: “àquele que voluntariamente pagou o indevido incumbe a prova de tê-lo feito por erro.”

A alternativa E está incorreta, pois na verdade, na hipótese apresentada, a restituição é devida. O art. 885 do Código Civil prevê o oposto do que afirma a alternativa: “a restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.”

QUESTÃO 60. Em 1º de setembro de 2024, Maria e Jorge celebraram contrato com o médico Zeno, por meio do qual este se obrigou a transmitir a propriedade de seu veículo particular (chassi ABCDEFGH) para aqueles, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), constando a favor dos compradores cláusula expressa de solidariedade ativa. Na minuta contratual, não consta taxa de juros moratórios convencionais ou índice de correção monetária.

Na data acordada, Zeno transmite a posse e a propriedade do veículo a ambos os compradores e, ao conferir a sua conta corrente, percebe que a transferência dos valores não foi realizada tal como informado pelos adquirentes, constando apenas o pagamento de metade do valor,

realizado por Maria. Inconformado, decide propor ação contra Maria para cobrar o valor remanescente.

Com relação a esse evento, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido deve ser julgado improcedente porque, como se trata de obrigação divisível, presume-se que o valor devido por Maria corresponde à metade do preço estipulado, já tendo ela realizado o pagamento de sua obrigação.

b) Zeno tem direito de cobrar a dívida inteira de Maria, em razão da cláusula de solidariedade expressamente estipulada.

c) A taxa legal de juros decorrente da mora deve corresponder à taxa referencial Selic, deduzido o índice de atualização monetária, vedando-se a possibilidade de juros zerados.

d) Maria responde por toda a dívida, em razão da indivisibilidade do bem alienado, de modo que, pagando a integralidade da obrigação, sub-roga-se no direito do credor em relação a Jorge.

e) Em razão da mora, Zeno deve cobrar o valor monetariamente atualizado pelo índice INPC ou IGP-M, podendo adotar o que lhe for mais favorável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre solidariedade ativa.

Na hipótese apresentada, por se tratar de dívida comum, o credor terá o direito de exigir e receber os valores remanescentes de qualquer um dos devedores e, aquele que pagar, poderá cobrar os valores dos outros devedores, conforme prevê o art. 275, CC: “O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto”.

A alternativa A está incorreta, pois a cláusula de solidariedade ativa estabelece que cada um dos devedores pode ser cobrado pelo valor total da dívida. A obrigação não é considerada divisível em termos de pagamento.

A alternativa B está incorreta. O contrato apresentado possui solidariedade ativa, não havendo previsão de solidariedade passiva.

A alternativa C está incorreta. A legislação não prevê a dedução do índice de atualização da taxa de juros; a taxa Selic é aplicada integralmente, sem essa dedução.

A alternativa D está correta. A sub-rogação, de fato, só ocorre quando houver o pagamento da integralidade da dívida e a possibilidade do pagamento integral da dívida se dá pela indivisibilidade do objeto.

A alternativa E está incorreta. A atualização monetária não pode ser escolhida arbitrariamente pelo credor, esta deve estar estipulada em cláusula contratual.

QUESTÃO 61. Jeremias resolveu passar suas férias fora da cidade e, em razão disso, emprestou seu automóvel à sua irmã, Lucrecia. Quando retornou, ela se recusou a devolvê-lo no prazo que havia sido combinado. Somente duas semanas depois, graças à mediação da mãe de ambos, Lucrecia devolveu o veículo. Entretanto, ela cobrou de Jeremias as despesas que realizou nas duas últimas semanas: os gastos com gasolina, o conserto de um vazamento de óleo (que estava degradando o automóvel) e a instalação de ar-condicionado.

A respeito dessas despesas, Jeremias deve pagar

- a) os gastos com gasolina, somente.
- b) o conserto do vazamento de óleo, somente.
- c) os gastos com gasolina e o conserto do vazamento de óleo, somente.
- d) a instalação de ar-condicionado, somente.
- e) o conserto do vazamento de óleo e a instalação de ar- condicionado, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre empréstimo e do comodato.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 584, CC: “O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada”, portanto, Jeremias não deve pagar os gastos com a gasolina utilizada pela irmã.

A alternativa B está correta. Pois trata-se de uma benfeitoria necessária para o funcionamento do automóvel e portanto, Jeremias deve indenizar este gasto. Nesse sentido, o art. 678 do Código Civil: “É igualmente obrigado o mandante a ressarcir ao mandatário as perdas que este sofrer com a execução do mandato, sempre que não resultem de culpa sua ou de excesso de poderes”.

A alternativa C está incorreta, pois conforme vimos acima, a gasolina utilizada não deve ser indenizada.

A alternativa D está incorreta. A instalação do ar-condicionado não é uma benfeitoria necessária e para tanto, não deve ser indenizada.

A alternativa E está incorreta, pois a instalação do ar-condicionado não deve ser indenizada.

QUESTÃO 62. Marcos, atualmente com 50 anos, em união estável com Ana sem pacto de convivência, teve três filhos, Pedro de 17 anos, Henrique de 15 anos e Júlia de 12 anos. Júlia é portadora de uma síndrome rara e, por isso, Ana se viu obrigada a abandonar sua promissora carreira de jornalista para cuidar da filha.

Marcos é empresário e sempre foi um pai responsável. No entanto, nos últimos anos desenvolveu o vício em jogos de azar, potencializado pela facilidade das apostas online. A pedido de Ana, Marcos se submeteu a tratamento, mas não conseguiu largar o vício, fato confessado por ele e atestado pelo médico assistente. É raro o dia em que Marcos não está envolvido em apostas, o que causa grande desgaste da família, tanto emocional quanto financeiro, pois é comum ele vender bens para sustentar o vício. Além disso, o endividamento já coloca em risco a subsistência da família. Ana, então, decide propor ação de interdição, a fim de limitar os atos de Marcos na vida civil.

Diante da situação hipotética narrada e com base na legislação vigente, analise as afirmativas a seguir.

I. Em razão das modificações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, é Marcos considerado presumidamente capaz, devendo ser deferido, no caso, o processo de tomada de decisão apoiada e não a interdição.

II. Diante dos fatos narrados, Marcos enquadra-se em hipótese de incapacidade relativa, sujeitando-se à curatela restrita aos atos de natureza patrimonial.

III. Marcos, considerando a sua idade, a atividade empresarial que desempenha e o seu papel de provedor da família, independentemente do vício em jogos de azar, não se enquadra em nenhuma hipótese de incapacidade, razão pela qual não está sujeito à interdição.

IV. Julgada procedente a ação, Ana deverá ser nomeada curadora de Marcos e, em razão da união estável, será dispensada de eventual prestação de contas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a curatela.

A assertiva I está incorreta. Marcos está sujeito à curatela, nos termos do art. 1.767 do Código Civil: “Estão sujeitos a curatela: [...] V - os pródigos”. A tomada de decisão apoiada é aplicável às pessoas com deficiência, o que não é o caso de Marcos, que possui um vício.

A assertiva II está correta. Correto, conforme a explicação acima, Marcos está sujeito ao processo de curatela.

A assertiva III está incorreta. Marcos se enquadra sim em hipótese de incapacidade, podendo ser considerado pródigo.

A assertiva IV está correta. Nos termos do art. 1.775 do Código Civil: “O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito”. E em razão da união estável, Ana será dispensada da prestação de contas (art. 1.783, CC).

QUESTÃO 63. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) contempla regras de proteção ao consumidor no tocante à cobrança de dívidas e acesso às informações constantes de cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. Assinale a opção que apresenta corretamente uma dessas regras.

a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a dois anos.

b) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual a quantia que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

c) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e mensalmente.

d) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar o novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

e) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele, no prazo máximo de dez dias úteis, sob pena de reparação dos danos causados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema proteção ao consumidor no tocante à cobrança de dívidas.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 43, § 1º, do CDC, o período será não superior a 5 anos: “§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 42, parágrafo único, do CDC, a repetição do indébito será o dobro do que o consumidor pagou em excesso. Vejamos: “Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.”

A alternativa C está incorreta. A periodicidade para divulgação é anual, e não mensal. Conforme art. 44, caput, do CDC: “Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 43, § 5º, do CDC: “§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.”

A alternativa E está incorreta. Não há que se falar em prazo, conforme art. 43, § 2º, do CDC: “§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.”

QUESTÃO 64. Em relação à recuperação judicial, determina o Art. 49 da Lei nº 11.101/2005 que estão sujeitos a ela todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. A fim de fixar a orientação jurisprudencial sobre a interpretação do dispositivo, em atenção ao disposto no Art. 1.040 do CPC/2015, fixou-se no STJ a tese que considera a existência do crédito sendo determinada:

a) Pelo reconhecimento de sua legitimidade por sentença judicial ou acordo extrajudicial.

b) Pela data em que ocorreu o seu fato gerador.

c) Pelo momento da celebração do contrato, exceto se o crédito for ilíquido, quando a existência é aferida na data de sua liquidação.

d) Pela data do pedido de recuperação judicial, para os créditos vincendos, e pela data de sua exigibilidade, para os créditos já vencidos.

e) Pelo momento da execução do contrato, independentemente de o crédito ser líquido ou ilíquido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão dispõe sobre o tema recuperação judicial.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051). Ademais, a existência do crédito não se prende à necessidade de uma decisão judicial ou acordo formal; a Lei 11.101/2005, em seu artigo 49, estabelece que todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial estão sujeitos a ela, independentemente de já terem sido reconhecidos judicialmente; a exigência de sentença ou acordo extrajudicial tornaria o processo de recuperação judicial mais complexo e burocrático.

A alternativa B está correta, pois é o que determina o Tema 1051 do STJ, veja: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o Tema 1051 do STJ determina: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador." (REsp 1.842.911-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 09/12/2020, DJe 17/12/2020. - Tema 1051).

QUESTÃO 65. A sociedade unipessoal Cardoso Moreira Ltda., negativada em razão do não pagamento de duplicata de compra e venda sacada com base em contrato de consumo e protestada por falta de pagamento, ajuizou ação de obrigação de fazer, cumulada com pedido indenizatório, em face da sacadora e beneficiária do título, a sociedade Alfredo, Wagner & Cia. Ltda. A autora, justificando já ter realizado o pagamento, pretende que a ré seja compelida a promover o cancelamento do protesto perante o tabelionato. Mesmo assim, a ré não providenciou a medida e ela permanece negativada. Considerados os fatos narrados e as disposições da lei de protestos, assinale a afirmativa correta.

a) A ré não deve ser compelida a promover o cancelamento do protesto, pois esse ônus é sempre do devedor, sendo nula qualquer pactuação em sentido contrário.

b) A ré está obrigada a promover o cancelamento do protesto por se tratar de dívida oriunda de relação de consumo, na qual a vulnerabilidade do consumidor é presumida.

c) A ré não deve ser compelida a promover o cancelamento do protesto porque não há vulnerabilidade do consumidor por se tratar de pessoa jurídica.

d) A ré está obrigada a promover o cancelamento do protesto, pois é ela quem se beneficia do pagamento da dívida, sendo considerada interessada para efeitos legais.

e) A ré não deve ser compelida a promover o cancelamento do protesto, pois esse ônus é do devedor após a quitação da dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão dispõe sobre o cancelamento do protesto.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina que o ônus é do devedor, após a quitação da dívida, salvo pactuação em contrário: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa B está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o Tema 725 do STJ determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

A alternativa E está correta, tendo em vista o Tema 725 do STJ, que determina: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto."

QUESTÃO 66. Em razão do falecimento de seu pai, que era empresário individual, o menor relativamente incapaz João Câmara, assistido por sua mãe, requereu em juízo autorização para o prosseguimento da sociedade empresária. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido de autorização deve ser indeferido, uma vez que João Câmara ainda não se encontra em pleno gozo da capacidade civil para ser empresário e não pode prosseguir a sociedade empresária iniciada por outrem.

b) O juiz, após exame das circunstâncias e dos riscos da sociedade empresária, bem como da conveniência em continuá-la, deverá conceder a autorização, que será mantida até o fim da incapacidade.

c) O pedido poderá ser deferido; contudo, se a mãe de João Câmara for pessoa impedida de exercer a atividade de empresário, ela nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.

d) O pedido poderá ser deferido, caso em que nenhum dos bens que João Câmara já possuía ao tempo da sucessão ficará sujeito ao resultado da sociedade empresária, devendo tal ressalva constar do alvará que conceder a autorização.

e) O pedido de autorização deve ser indeferido, uma vez que somente se permite o prosseguimento da sociedade empresária quando o empresário é interditado, e não para menores, absoluta ou relativamente incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão dispõe sobre o prosseguimento de sociedade empresária por menor relativamente incapaz.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que legislação brasileira prevê a possibilidade de menores relativamente incapazes (entre 16 e 18 anos) continuarem sociedades empresárias iniciadas por seus pais, desde que devidamente autorizados judicialmente, com fundamento no princípio da continuidade das empresas, que visa garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção das atividades econômicas. O artigo 974 do Código Civil dispõe: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. §1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros. §2º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização. §3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011) I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011) II – o capital social deve ser totalmente integralizado; (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011) III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais. (Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que legislação brasileira de fato prevê a possibilidade de menores relativamente incapazes (entre 16 e 18 anos) continuarem sociedades empresárias iniciadas por seus pais, desde que devidamente autorizados judicialmente, com fundamento no princípio da continuidade das empresas, que visa garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção das atividades econômicas. O artigo 974, §1º do Código Civil dispõe, contudo, que a autorização poderá ser revogada pelo juiz: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. §1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros."

A alternativa C está correta, tendo em vista que o artigo 975 do Código Civil dispõe: "Art. 975. Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes."

A alternativa D está incorreta, por contrariar o art. 974, § 2º do CC, vejamos: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. (...) § 2º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que

o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a legislação brasileira prevê a possibilidade de menores relativamente incapazes (entre 16 e 18 anos) continuarem sociedades empresárias iniciadas por seus pais, desde que devidamente autorizados judicialmente, com fundamento no princípio da continuidade das empresas, que visa garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção das atividades econômicas. O artigo 974 do Código Civil dispõe: "Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. §1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros."

QUESTÃO 67. Foi celebrado contrato de comissão, tendo por objeto a contratação de mútuo, pelo comissário, à conta do comitente, e constando desse contrato cláusula *del credere* parcial. Sobre esse contrato, assinale a afirmativa correta.

a) É nulo, e por ser acessória, também é nula a cláusula *del credere*, uma vez que o objeto do contrato está restrito a uma operação de compra ou venda pelo comissário em seu próprio nome e à conta do comitente.

b) É válido, pois a comissão pode ter por objeto a realização de mútuo pelo comissário, porém é vedada a inclusão de cláusula *del credere*.

c) É válido, mas a cláusula *del credere* parcial é nula, uma vez que ela sempre deverá ser pactuada para que o comissário responda integralmente perante o comitente pelo inadimplemento do terceiro com quem contratar.

d) É válido, pois a comissão pode ter por objeto a realização de mútuo pelo comissário, e a cláusula *del credere* pode ser total ou parcial.

e) É válido, mas a cláusula *del credere* é nula, uma vez que ela só é permitida, ainda que parcialmente, se o objeto da comissão for compra ou venda de bens pelo comissário em seu próprio nome e à conta do comitente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão dispõe sobre o contrato de comissão.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*: "Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. Parágrafo único. A cláusula *del credere* de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial. (Incluído Lei nº 14.690, de 2023)".

A alternativa B está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que, conforme supracitado, possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*: "Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. Parágrafo único. A cláusula *del credere* de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial. (Incluído Lei nº 14.690, de 2023)".

A alternativa C está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que, conforme acima explicitado, possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*.

A alternativa D está correta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que prevê a parcialidade da cláusula em comento: "Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido. Parágrafo único. A cláusula *del credere* de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial. (Incluído Lei nº 14.690, de 2023)". Assim sendo, constando a cláusula *del credere*, o comissário responde solidariamente com aqueles que contratar perante ao comitente, de modo que, caso o comprador da mercadoria não pague o comitente, este poderá cobrar a dívida do próprio comissário e do devedor final, e, consoante parágrafo único, comitente e comissário podem determinar, no contrato, que a solidariedade seja parcial.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista o parágrafo único do art. 698, CC, que, conforme acima explicitado, possibilita a parcialidade da cláusula *del credere*.

QUESTÃO 68. Loanda, Marialva e Astorga decidiram constituir uma sociedade, porém não se preocuparam com as formalidades de arquivamento do ato constitutivo, que estava sob a incumbência de Loanda. Considerando as disposições legais para a sociedade nessa condição, assinale a alternativa correta.

a) Apenas a sócia Loanda responderá pessoalmente pelas obrigações sociais enquanto não forem providenciadas as formalidades para a regularização da sociedade, já que ela era responsável pelos atos de constituição.

b) Os bens dos sócios respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer um dos sócios, sendo nulo qualquer pacto limitativo de poderes.

c) A sociedade será considerada em juízo, ativa e passivamente, pela pessoa que a quem couber a administração de seus bens.

d) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual a sociedade e os sócios são titulares em comum.

e) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por qualquer meio admitido em direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata das disposições legais relativas à sociedade em comum.

A alternativa A está incorreta, pois a responsabilidade das sócias será comum, respondendo também Marialva e Astorga pelas obrigações sociais, conforme art. 988, CC, que dispõe: "Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum."

A alternativa B está incorreta, pois poderão haver pactos sociais que limitem a responsabilidade de seus sócios, dentro dos limites legais, conforme prevê art. 989 do CC: "Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer."

A alternativa C está correta, pois é o teor do Art. 75, IX do CPC, que determina: "Serão representados em juízo, ativa e passivamente: IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 988, CC, que dispõe: "Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum."

A alternativa E está incorreta, pois os sócios só podem provar a existência da sociedade por escrito, conforme art. 987, CC: "Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo."

QUESTÃO 69. Afrodite é presidente da mineradora Fluminis e, com o objetivo de reduzir custos, determinou que a barragem de contenção dos dejetos provenientes do beneficiamento mineral fosse construída com material barato, embora contraindicado em parecer técnico. Por maioria, o conselho de administração da Fluminis referendou a decisão de Afrodite. Em decorrência da precariedade do material utilizado, a barragem veio a desmoronar, causando poluição e graves danos ambientais, fato, em tese, penalmente relevante pelas circunstâncias do caso.

Diante da hipótese narrada, em tema de responsabilidade penal da pessoa jurídica, assinale a afirmativa correta.

a) A mineradora não pode ser responsabilizada penalmente, uma vez que a legislação vigente permite a punição por crime contra o meio ambiente apenas se comprovado que a infração penal foi praticada por decisão prévia da direção institucional.

b) A mineradora pode ser responsabilizada por crime contra o meio ambiente mediante a aplicação da pena de interdição definitiva da atividade no local, a depender da comprovação da irreversibilidade dos danos causados.

c) A mineradora pode ser responsabilizada penalmente pelos crimes contra o meio ambiente praticados em seu interesse ou benefício, ainda que nenhum de seus dirigentes ou prepostos já tenham sido responsabilizados, cível ou criminalmente.

d) A extensão dos danos causados pode justificar a aplicação da pena de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de até 15 (quinze) anos.

e) A responsabilidade penal da mineradora deverá ser reconhecida cumulativamente com a responsabilidade de Afrodite e dos membros do conselho que referendaram a utilização do material precário, uma vez que a legislação vigente acolhe a teoria da imputação subjetiva.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. A legislação ambiental brasileira (Lei 9.605/1998, art. 3º) prevê que a pessoa jurídica pode ser responsabilizada penalmente por crimes ambientais, independentemente da comprovação de decisão prévia da direção institucional, bastando que a infração tenha sido cometida em benefício da empresa. A exigência de uma decisão prévia não é um requisito necessário para a configuração da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

A alternativa B está incorreta. Embora a interdição definitiva seja uma das penas aplicáveis a crimes ambientais (art. 21 da Lei 9.605/1998), ela não depende necessariamente da irreversibilidade dos danos. A interdição pode ser aplicada como medida punitiva em diversos contextos, inclusive como sanção proporcional à gravidade do crime, mas não está vinculada exclusivamente à irreversibilidade dos danos.

A alternativa C está correta. A Lei 9.605/1998, art. 3º, prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais quando praticados em seu interesse ou benefício, independentemente da responsabilização penal ou civil das pessoas físicas envolvidas. Ou seja, a mineradora pode ser punida mesmo que seus dirigentes ou prepostos ainda não tenham sido responsabilizados diretamente.

Superação da teoria da dupla imputação em crimes ambientais: Após o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 548.181 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 06.08.2013, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) modificou a sua jurisprudência e deixou de adotar a teoria da dupla imputação para a responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais. Assim, não é necessário que uma pessoa física seja imputada junto com a pessoa jurídica para que a responsabilidade penal da empresa seja reconhecida. Este entendimento reforça que a mineradora pode ser responsabilizada isoladamente, sem a necessidade de responsabilizar previamente seus dirigentes ou prepostos.

A alternativa D está incorreta. A Lei 9.605/1998, em seu art. 21, inciso III, prevê a possibilidade de aplicação da pena de proibição de contratar com o Poder Público, mas o prazo máximo é de 10 anos, e não de 15 anos, como consta na assertiva. Além disso, a aplicação dessa sanção depende de uma análise do caso concreto, não sendo vinculada diretamente à extensão dos danos causados.

A alternativa E está incorreta. A legislação ambiental brasileira adota a teoria da dupla imputação em casos envolvendo a responsabilidade penal de pessoas jurídicas, mas não se aplica a teoria da imputação subjetiva, que exige dolo ou culpa direta dos agentes. No caso, a responsabilidade penal da pessoa jurídica é autônoma e pode coexistir com a responsabilização das pessoas físicas, mas não depende necessariamente de dolo subjetivo específico de cada membro do conselho.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 70. Marcela, empregada celetista de sociedade empresária terceirizada de determinado órgão público, subtraiu uma valiosa obra de arte pertencente à repartição pública, valendo-se do acesso facilitado pelo seu vínculo empregatício.

Entretanto, após a subtração da peça, que pretendia revender, percebeu que seria descoberta, pois havia câmeras de segurança que registraram toda a ação. Marcela soube que as autoridades competentes já haviam sido acionadas para que se iniciasse a persecução penal e, por isso, decidiu restituir a peça, o que foi feito antes mesmo do recebimento da denúncia.

Sobre os fatos, assinale a afirmativa correta.

a) Marcela pode ter a pena reduzida pelo arrependimento posterior, ante a integral restituição antes do recebimento da denúncia.

b) Ocorreu uma tentativa inidônea, pois as câmeras de vigilância tornariam impossível a consumação da subtração.

c) Marcela não é funcionária pública, devendo ser responsabilizada por furto qualificado pelo abuso de confiança.

d) Marcela pode ser beneficiada pela exclusão da tipicidade do arrependimento eficaz, afastando-se a sua responsabilidade penal pelo fato.

e) Há extinção da punibilidade do delito de peculato pela restituição integral da coisa antes da sentença.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre subtração de bem público, responsabilidade penal, arrependimento posterior, arrependimento eficaz, furto qualificado e peculato.

A alternativa A está correta. O art. 16 do Código Penal prevê a figura do arrependimento posterior, que ocorre quando o agente, após a consumação do crime, repara o dano ou restitui a coisa antes do recebimento da denúncia, por ato voluntário. Nesse caso, a pena pode ser reduzida de um a dois terços. Como Marcela restituiu a obra de arte antes do recebimento da denúncia, ela pode ser beneficiada por essa redução de pena.

A alternativa B está incorreta. A existência de câmeras de vigilância não impede a consumação do delito de furto. O crime de furto foi consumado no momento em que Marcela subtraiu a obra de arte, independentemente de ser descoberta posteriormente pelas câmeras. A tentativa inidônea ocorre quando o crime jamais poderia ser consumado por ineficácia absoluta dos meios ou impropriedade do objeto, o que não é o caso.

A alternativa C está incorreta. Embora Marcela não seja funcionária pública, por ser empregada terceirizada, a jurisprudência entende que aqueles que, mesmo não sendo formalmente servidores públicos, exercem funções em órgãos públicos ou têm vínculo contratual que lhes permite ter acesso

privilegiado podem responder por peculato, conforme art. 312 do Código Penal, e não furto qualificado. O fato de ela ter se valido de sua função para subtrair a obra configura o crime de peculato.

A alternativa D está incorreta. O arrependimento eficaz, previsto no art. 15 do Código Penal, ocorre quando o agente, antes da consumação do crime, impede a sua ocorrência. No caso, o crime já estava consumado, uma vez que a subtração da obra de arte foi concluída. Portanto, não há que se falar em arrependimento eficaz, mas sim em arrependimento posterior.

A alternativa E está incorreta. A restituição da coisa antes da sentença não gera extinção da punibilidade em casos de peculato, conforme o art. 312 do Código Penal. A restituição pode, no máximo, reduzir a pena com base no arrependimento posterior, mas não exclui a punibilidade do crime.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 71. Sobre o tema do concurso de crimes, assinale a afirmativa correta.

a) Não se admite continuidade delitiva em crimes contra a vida.

b) As penas aplicadas são somadas nos casos de concurso material, e o resultado da soma é usado como parâmetro para calcular o prazo prescricional.

c) As penas aplicadas são somadas nos casos de concurso formal impróprio, ou seja, quando dois ou mais crimes são praticados mediante uma só ação ou omissão, necessariamente dolosa, resultando os crimes concorrentes de desígnios autônomos.

d) Nos casos de concurso formal próprio, aplica-se o princípio da exasperação à pena de multa.

e) Segundo a regra do concurso material benéfico, a pena resultante da soma das penas não pode ser superior àquela cabível na aplicação do princípio da exasperação.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre concurso de crimes.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência admite a continuidade delitiva em crimes contra a vida, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 71 do Código Penal, como semelhança de modus operandi, tempo e local próximos. Isso ocorre, por exemplo, em casos de homicídios praticados em sequência, em condições semelhantes.

A alternativa B está incorreta. No concurso material, as penas são somadas (art. 69 do Código Penal), mas o prazo prescricional não é calculado com base na soma das penas. O prazo prescricional é calculado individualmente para cada crime, conforme o art. 119 do Código Penal, que determina que, no caso de concurso de crimes, as penas são consideradas separadamente para efeito de prescrição.

A alternativa C está correta. No concurso formal impróprio (art. 70, segunda parte, do Código Penal), quando o agente, mediante uma única ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes com desígnios autônomos (intenção de praticar mais de um crime), as penas são somadas, como no concurso material. Aqui, a vontade do agente é considerada fundamental para diferenciar o concurso formal próprio do impróprio.

A alternativa D está incorreta. No concurso formal próprio (art. 70, primeira parte, do Código Penal), aplica-se o princípio da exasperação apenas à pena privativa de liberdade, aumentando-se a pena de um dos crimes em até 1/6 a 1/2. O aumento não se aplica automaticamente à pena de multa, salvo disposição expressa.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão legal para uma "regra de concurso material benéfico". No concurso material (art. 69 do Código Penal), as penas são somadas sem limites, e não há restrição quanto ao total resultante da soma, ao contrário do concurso formal próprio, onde se aplica a exasperação com limite máximo de aumento de 1/2.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 72. Caio, Tício e Mévio integram um grupo de extermínio e decidem matar três integrantes de uma organização criminosa rival, cabendo a cada um o assassinato de uma das vítimas.

Caio abordou sua vítima em emboscada. Todavia ao efetuar o disparo, verificou que a arma de fogo estava desmuniada. Tício efetuou um disparo de arma de fogo no tórax da vítima que era seu alvo. Porém, ao ver o homem agonizando e chamando por seus filhos, Tício se compadeceu e o levou ao hospital. O esforço foi, contudo, em vão, tendo em vista que a vítima faleceu na mesa cirúrgica em decorrência de hemorragia. Por fim, Mévio rendeu sua vítima apontando a arma de fogo para a cabeça. Nesse interim, a vítima propôs a Mévio o pagamento de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para que ele não o matasse, pedido que foi aceito por Mévio. Ocorre que minutos depois uma viatura passava pelo local e prendeu Mévio em flagrante.

Diante do exposto, assinale a opção que indica a consequência jurídica que melhor se amolda às condutas de Caio, Tício e Mévio, respectivamente.

- a) Tentativa de homicídio, homicídio doloso e arrependimento eficaz.**
- b) Crime impossível, homicídio doloso e desistência voluntária.**
- c) Tentativa de homicídio, arrependimento eficaz e desistência voluntária.**
- d) Crime impossível, arrependimento eficaz e desistência voluntária.**
- e) Crime impossível, homicídio doloso e tentativa de homicídio.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre crime impossível, homicídio doloso e desistência voluntária.

A alternativa A está incorreta. Caio não cometeu tentativa de homicídio, pois o crime não chegou a ser iniciado devido ao fato de a arma estar desmuniada, o que configura crime impossível (art. 17 do Código Penal). Quanto a Tício, ele efetivamente consumou o homicídio (art. 121 do Código Penal), mesmo tendo se arrependido posteriormente, já que a vítima morreu. Em relação a Mévio, ele desistiu de consumar o crime, o que configura desistência voluntária (art. 15 do Código Penal), e não arrependimento eficaz.

A alternativa B está correta. Caio cometeu crime impossível (art. 17 do Código Penal) porque o fato de sua arma estar desmuniada tornava impossível a consumação do homicídio, já que não havia chance real de lesionar a vítima. Tício, por sua vez, consumou o homicídio doloso (art. 121 do Código Penal), pois apesar de seu arrependimento e tentativa de salvar a vítima, esta acabou falecendo em decorrência do disparo. Em relação a Mévio, sua conduta caracteriza desistência voluntária (art. 15 do Código Penal), pois ele poderia ter concluído o homicídio, mas optou por não matar a vítima, aceitando a proposta de suborno e não efetuando o disparo.

A alternativa C está incorreta. Caio não cometeu tentativa de homicídio, pois a arma desmuniada inviabilizou o início da execução do crime, configurando crime impossível. Tício não se enquadra no arrependimento eficaz, pois a vítima faleceu, e o arrependimento eficaz só se aplica quando o agente impede a consumação do crime. Mévio cometeu desistência voluntária, mas a tipificação de Caio e Tício está incorreta.

A alternativa D está incorreta. Embora Caio tenha cometido crime impossível e Mévio tenha praticado desistência voluntária, Tício não se enquadra no arrependimento eficaz, pois, apesar de ter tentado salvar a vítima, o crime se consumou com o óbito. O arrependimento eficaz requer que a consumação do delito seja evitada, o que não ocorreu.

A alternativa E está incorreta. Caio cometeu crime impossível, mas Tício consumou o homicídio, não sendo uma tentativa. Mévio cometeu desistência voluntária, afastando a tipificação de tentativa de homicídio, pois ele aceitou o suborno e decidiu não matar a vítima.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 73. Na solução do conflito aparente de normas penais, assinale a afirmativa correta.

a) O princípio da especialidade afirma que o ordenamento penal somente protege os bens jurídicos mais importantes para a vida pacífica em sociedade.

b) O princípio da taxatividade estabelece a prevalência da norma penal que descreve condutas de observância obrigatória para fins de proteção fiscal.

c) O princípio da fungibilidade considera a equivalência entre normas penais incriminadoras, que são preponderantes em relação às normas penais permissivas e explicativas.

d) O princípio da fragmentariedade considera a prevalência da norma penal que contém todos os elementos da norma geral, além de outros que a tornam distinta.

e) O princípio da alternatividade estabelece que, nos crimes de conteúdo variável, a incursão delitiva será única, ainda que sejam múltiplas as condutas típicas praticadas pelo mesmo sujeito no mesmo contexto.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre conflito aparente de normas.

A alternativa A está incorreta. O princípio da especialidade não se refere à importância dos bens jurídicos protegidos pelo direito penal. Esse princípio afirma que, quando duas normas se aplicam ao mesmo fato, a norma especial prevalece sobre a geral. Ou seja, uma norma que contém todos os elementos da norma geral, acrescida de outros elementos específicos, terá prevalência sobre a norma geral.

A alternativa B está incorreta. O princípio da taxatividade exige que as normas penais sejam claras e precisas, permitindo que os cidadãos compreendam exatamente o que é proibido ou permitido. Não tem relação com proteção fiscal ou com a prevalência de normas nesse sentido.

A alternativa C está incorreta. Não existe um princípio da fungibilidade no direito penal que trate da equivalência entre normas incriminadoras e normas permissivas. Fungibilidade, em outros contextos jurídicos, está relacionada à substituição de algo por outro bem equivalente, mas não se aplica ao conflito aparente de normas penais.

A alternativa D está incorreta. O princípio da fragmentariedade estabelece que o direito penal só deve intervir em casos onde houver lesão significativa a bens jurídicos relevantes e que a criminalização deve ser restrita a condutas gravemente lesivas. Não se refere à prevalência de normas penais mais detalhadas.

A alternativa E está correta. O princípio da alternatividade aplica-se a tipos penais que descrevem várias condutas como alternativas (crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado). Nesse caso, mesmo que o agente pratique várias condutas descritas no tipo penal, haverá apenas um crime. Por exemplo, se um agente em um mesmo contexto pratica atos de importar e exportar drogas, será considerado um único crime. Esse entendimento foi consolidado pelo STJ no AgRg no REsp 1807400/RS, que reafirmou que, em crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado, a prática de mais de uma conduta no mesmo contexto não gera pluralidade de crimes.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 74. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

a) O funcionário público que detém a posse de uma bicicleta particular em razão do cargo e concorre culposamente para a apropriação desse bem por outro funcionário público não incorre em prática delitiva, podendo, no entanto, responder por improbidade administrativa.

b) Em caso de prática do crime de peculato culposo, a reparação do dano extingue a punibilidade se for precedente à sentença irrecorrível ou, se for posterior, reduz à metade a pena imposta.

c) A reparação do dano causado não configura condição essencial para a progressão do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade em relação aos condenados por crime contra a Administração Pública.

d) A circunstância de um dos agentes ser funcionário público é elementar do crime de concussão e, por isso, comunica-se ao agente concorrente particular, independentemente da ciência deste sobre a qualificação do primeiro.

e) A testemunha que faz afirmação falsa pode ser multada, mas não prática fato penalmente típico desde que inexista aceitação de vantagem indevida e o fato ocorra em fase pré-processual.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes contra a Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. O crime de peculato culposo está previsto no art. 312, §2º, do Código Penal e ocorre quando o funcionário público, por negligência, imprudência ou imperícia, concorre para que outro funcionário se aproprie de um bem público ou particular. Nesse caso, o funcionário público que concorre culposamente responde por peculato culposo, que é uma prática delitiva. A improbidade administrativa também pode ocorrer, mas a prática delitiva não está afastada.

A alternativa B está correta. O art. 312, §3º, do Código Penal dispõe que, no crime de peculato culposo, se o agente repara o dano antes da sentença irrecorrível, a punibilidade é extinta. Se a reparação ocorre após a sentença, a pena será reduzida pela metade. Assim, a reparação do dano é fator relevante para extinguir ou reduzir a punibilidade.

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), em crimes contra a Administração Pública, a reparação do dano ou a devolução do produto do ilícito é requisito essencial para a progressão de regime. A falta de reparação pode, portanto, impedir a progressão do regime prisional.

A alternativa D está incorreta. A elementar de ser funcionário público não se comunica automaticamente ao particular que concorre para o crime, a menos que este tenha ciência da condição especial do funcionário. A comunicação de elementares depende do conhecimento do partícipe sobre a circunstância qualificadora do autor do delito.

A alternativa E está incorreta. A falsa testemunha ou quem faz afirmação falsa comete o crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal, independentemente de haver ou não aceitação de vantagem indevida, e não importa se a fase é pré-processual ou processual. O falso testemunho é um crime penalmente típico, e a aplicação de multa não exclui a tipicidade penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 75. Jerônimo, porteiro de edifício residencial, ao perceber que uma entregadora está totalmente vestida de branco e usando guias de candomblé, diz a ela, no intuito de ofendê-la, que "ela é uma macumbeira endemoniada". Em seguida, Jerônimo fala para a entregadora que, em razão de sua religião, ela não poderá usar a entrada e o elevador sociais, devendo utilizar a entrada e o elevador de serviços para fazer a entrega ao morador que a solicitara.

Diante do caso narrado, Jerônimo deverá responder por

- a) racismo, apenas.**
- b) injúria simples, apenas.**
- c) injúria qualificada, apenas.**
- d) injúria simples e racismo.**
- e) injúria qualificada e racismo.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre injúria simples, injúria qualificada e racismo.

A alternativa A está incorreta. Embora o caso contenha elementos que configuram o crime de racismo (art. 20 da Lei 7.716/1989), ele não se limita a isso, pois também há uma ofensa pessoal dirigida à entregadora em função de sua religião, o que caracteriza injúria qualificada.

A alternativa B está incorreta. O comportamento de Jerônimo não se enquadra apenas como injúria simples (art. 140 do Código Penal), pois envolve ofensa relacionada à religião da vítima, configurando injúria qualificada pelo preconceito, prevista no art. 140, § 3º, do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. Jerônimo comete injúria qualificada por ofender a vítima com base em sua religião, mas também comete racismo, ao impedir que a entregadora utilize os espaços comuns do prédio em razão de sua religião, o que configura segregação e tratamento discriminatório, típico do crime de racismo.

A alternativa D está incorreta. A ofensa proferida por Jerônimo não caracteriza apenas injúria simples, mas sim injúria qualificada pela motivação religiosa. Além disso, a conduta de segregar a vítima no uso dos espaços sociais do prédio caracteriza racismo (Art. 11 da Lei 7.7716/89).

A alternativa E está correta. Jerônimo deverá responder por injúria qualificada (art. 140, § 3º, do Código Penal) porque ofendeu a entregadora em razão de sua religião, e por racismo (artigos 11 e 20 da Lei 7.716/1989) ao impedir que ela utilizasse os espaços comuns do prédio (entrada e elevador sociais),

com base em preconceito religioso. A discriminação religiosa no uso de espaços públicos ou privados abertos ao público é uma forma de racismo, que é imprescritível e inafiançável.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 76. A Criminologia é o ramo da Ciência Penal que abrange os conhecimentos relativos ao delito como fenômeno social, inclusive os processos de elaborar as leis, infringir as leis e reagir à infração das leis

Acerca das teorias criminológicas, analise as afirmativas a seguir.

I. A teoria ecológica do delito foi criada no contexto da Escola de Chicago e consiste na sustentação, baseada em pesquisas empíricas, da correlação entre o ambiente comunitário e a formação de determinados padrões infracionais.

II. A teoria da associação diferencial, também chamada de teoria da aprendizagem social, preconiza que as racionalidades motivacionais e metodológicas que envolvem o cometimento de ilicitudes podem ter origem genética, mas são principalmente transmitidas em circunstâncias específicas no curso da convivência grupal.

III. Os chamados crimes do colarinho branco são infrações praticadas por indivíduos dotados de elevado status socioeconômico no curso de atividades filantrópicas, sendo a razão pela qual as cifras negras não incidem sobre tais comportamentos ilícitos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre escolas criminológicas e cifras negras.

A alternativa A está correta. A afirmativa I é a única correta, pois a teoria ecológica do delito foi de fato desenvolvida pela Escola de Chicago, baseando-se em pesquisas empíricas que demonstram a influência do ambiente social e físico na criminalidade. A desorganização social em determinadas áreas urbanas pode gerar maiores índices de comportamento delituoso.

A alternativa B está incorreta. Embora a afirmativa I esteja correta, a afirmativa II está errada. A teoria da associação diferencial de Edwin Sutherland afirma que o comportamento criminoso é aprendido socialmente em interação com outros indivíduos. A ideia de que o comportamento criminoso pode ter origem genética não faz parte dessa teoria, que se concentra no aprendizado social, e não em fatores genéticos.

A alternativa C está incorreta. A afirmativa I está correta, mas a afirmativa III está errada. Os crimes do colarinho branco são crimes cometidos por pessoas de status socioeconômico elevado no exercício de suas ocupações, mas isso não está limitado a atividades filantrópicas. Além disso, os crimes de colarinho branco também são afetados pelas cifras negras, pois muitas vezes não são denunciados ou são difíceis de detectar.

A alternativa D está incorreta. Tanto a afirmativa II quanto a III estão incorretas. A teoria da associação diferencial não menciona fatores genéticos como motivação para o comportamento criminoso, e a ideia de que os crimes do colarinho branco ocorrem apenas em atividades filantrópicas é equivocada. Além disso, esses crimes podem ser influenciados pelas cifras negras, contradizendo o que é dito na afirmativa III.

A alternativa E está incorreta. A afirmativa I está correta, mas tanto a II quanto a III estão incorretas. A teoria da associação diferencial não considera fatores genéticos e se baseia no aprendizado social, e os crimes do colarinho branco não são limitados a atividades filantrópicas e podem ser afetados pelas cifras negras.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

QUESTÃO 77. Aloysio, 81 anos de idade, residia sozinho em um bairro violento de uma grande metrópole. Em determinado dia, sua casa foi acometida por um curto-circuito que resultou na interrupção do abastecimento de energia elétrica no imóvel. Aloysio fez contato com o electricista Miguel para que este fizesse o reparo. Miguel, todavia, informou que, em razão de compromissos profissionais anteriores, só poderia ir ao local no dia seguinte.

À noite, Aloysio acordou com o barulho de seu portão sendo arrombado. Posteriormente, viu um homem armado ingressando em seu quintal. Mesmo letárgico em razão da ingestão de remédio para dormir, temendo por sua vida. Aloysio pegou uma arma de fogo velha que guardava embaixo de sua cama e efetuou um único disparo contra o homem, que, atingido na barriga, faleceu no local.

Ato contínuo, Aloysio se aproximou do corpo e verificou que a vítima era Miguel, que tinha ido ao local para tentar reparar a rede elétrica da casa.

Diante do exposto, assinale a opção que indica o correto enquadramento da conduta de Aloysio.

a) Exclusão da ilicitude em razão da legítima defesa

b) Isenção de pena em razão da legítima defesa putativa.

c) Exclusão da tipicidade em razão de atos reflexos.

d) Inimputabilidade em razão do estado de sonolência.

e) Homicídio doloso.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre legítima defesa putativa, erro de tipo e isenção de pena.

A alternativa A está incorreta. A legítima defesa ocorre quando alguém reage a uma agressão injusta, atual ou iminente, para defender sua vida ou a de outrem (art. 25 do Código Penal). No caso, Aloysio acreditava erroneamente que estava sendo agredido por um ladrão, quando, na verdade, o homem era o eletricista Miguel. Portanto, trata-se de legítima defesa putativa, e não legítima defesa real, pois a agressão não era verdadeira.

A alternativa B está correta. A legítima defesa putativa ocorre quando alguém, por erro, acredita estar diante de uma agressão injusta e age para se defender, quando, na verdade, não existe tal agressão. No caso, Aloysio acreditou, erroneamente, que estava sendo vítima de um invasor armado, mas o homem era Miguel, que estava ali para consertar a rede elétrica. Este erro é um erro de tipo, e como foi provocado por circunstâncias razoáveis (barulho no portão, homem armado), há a possibilidade de isenção de pena (art. 20, §1º do Código Penal).

A alternativa C está incorreta. Atos reflexos são ações involuntárias realizadas pelo agente sem controle consciente, como espasmos ou reflexos involuntários. No caso de Aloysio, ele atirou consciente de sua ação, acreditando que estava em perigo. Portanto, a situação não caracteriza um ato reflexo.

A alternativa D está incorreta. Embora Aloysio estivesse letárgico em razão da ingestão de remédios para dormir, isso não o torna inimputável. O estado de sonolência, nesse caso, não retira sua capacidade de entendimento ou de agir conforme essa compreensão. A inimputabilidade só ocorre quando o agente não pode compreender o caráter ilícito do fato ou não pode se determinar de acordo com esse entendimento, o que não foi demonstrado no caso.

A alternativa E está incorreta. O dolo é a intenção de matar ou a aceitação do resultado morte. No caso, Aloysio não teve a intenção de matar Miguel, pois acreditava estar defendendo sua vida de um invasor. A conduta, portanto, se enquadra em legítima defesa putativa e não em homicídio doloso.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 78. Em 15 de junho de 2024, Tício buscou atendimento em hospital de sua cidade devido a uma indisposição gástrica, preencheu a ficha com seus dados, consignando no campo próprio que possuía alergia a dipirona, e foi, em seguida, encaminhado ao consultório onde estava de plantão o médico Caio.

Ao iniciar o atendimento, o paciente Tício relatou os sintomas de desconforto abdominal e náusea. O médico Caio, após exame clínico, acabou se esquecendo, negligentemente, de ler na ficha de atendimento do paciente o campo de suas declaradas alergias medicamentosas e o encaminhou para a enfermaria, com prescrição de aplicação de uma ampola de Buscopam (composto de butilbrometo de escopolamina e de dipirona sódica monoidratada).

Chegando ao setor próprio para receber o prescrito medicamento, Tício foi recebido pelo enfermeiro Guilherme que, de pronto, não só o reconheceu como um vizinho por ele malquisto, como também constatou a notória inobservância do cuidado objetivo do médico Caio, já que, em sua prescrição de medicamento, havia um dos potenciais alérgenos declarados pelo paciente em sua ficha (dipirona).

Certo é que, mesmo percebendo o irresponsável equívoco do médico, Guilherme, desejando fortemente a morte do paciente Tício, aplicou-lhe o medicamento, gerando rápidas consequências em seu organismo, com grave choque anafilático e parada cardíaca que, por muito pouco, não custaram a vida do paciente. Tício só foi salvo por força de rápida e eficaz ação de outra equipe de plantonistas que se encontrava no nosocômio, vindo a vítima a sobreviver.

Considerando que todos os fatos foram devidamente comprovados, inclusive os aspectos subjetivo-normativos dos comportamentos dos envolvidos (atuação culposa de Caio e dolosa de Guilherme), e que o remédio prescrito seria o teoricamente adequado em qualidade e quantidade ao quadro de saúde de Tício, não fosse sua declarada alergia a uma das substâncias, assinale a afirmativa correta.

a) Caio e Guilherme responderão por crime de homicídio doloso na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de pessoas.

b) Caio e Guilherme responderão por crime de lesão corporal dolosa grave pelo perigo de vida, em concurso de pessoas.

c) Caio responderá por crime de lesão corporal dolosa grave pelo perigo de vida, enquanto Guilherme estará sujeito às penas do homicídio doloso, na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de agentes.

d) Caio responderá por crime de lesão corporal culposa grave, qualificada pelo perigo de vida, e Guilherme por crime de homicídio doloso, na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de agentes.

e) Caio responderá por crime de lesão corporal culposa, e, Guilherme, por crime de homicídio doloso na modalidade tentada, não havendo que se falar em concurso de agentes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre responsabilização penal por condutas culposas e dolosas.

A alternativa A está incorreta. Caio agiu de forma culposa, pois negligenciou a leitura da ficha médica do paciente, enquanto Guilherme agiu com dolo, desejando a morte de Tício ao aplicar deliberadamente o

medicamento ao qual ele tinha alergia. Caio, portanto, não pode responder por homicídio doloso tentado, e não há concurso de pessoas entre eles.

A alternativa B está incorreta. Guilherme agiu com dolo direto ao tentar matar Tício, não com o objetivo de causar lesão corporal. Além disso, Caio agiu culposamente, e não de forma dolosa, portanto, eles não podem ser responsabilizados por lesão corporal dolosa, e tampouco existe concurso de pessoas.

A alternativa C está incorreta. Caio agiu de forma culposa, já que sua conduta foi negligente ao não verificar a ficha do paciente e prescrever um medicamento inadequado, o que caracteriza lesão corporal culposa, não dolosa. Guilherme, por sua vez, agiu com dolo ao tentar matar Tício, portanto responde por homicídio doloso tentado, mas Caio não pode responder por lesão dolosa.

A alternativa D está incorreta. Embora Caio responda por lesão corporal culposa e Guilherme por homicídio doloso tentado, a qualificação "grave" não se aplica à lesão culposa de Caio, pois o resultado foi evitado e a vítima não morreu. A gravidade está mais associada ao dolo de Guilherme, que efetivamente tentou matar a vítima.

A alternativa E está correta. Caio agiu com culpa ao prescrever um medicamento contendo substância à qual o paciente era alérgico, não verificando as informações da ficha médica. Isso configura lesão corporal culposa. Guilherme, por outro lado, agiu com dolo ao administrar deliberadamente o medicamento com o desejo de causar a morte de Tício, o que configura homicídio doloso tentado. Não há concurso de agentes, pois não houve vínculo subjetivo entre as condutas de Caio e Guilherme para que agissem conjuntamente na tentativa de matar a vítima.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 79. Antônio assistia a uma série televisiva noturna, quando foi surpreendido pelo inesperado toque da campainha de sua casa. Ao atender a porta, deparou-se com o funcionário de uma renomada loja de vinhos, que indagou se aquele seria o endereço para onde havia sido pedido por João da Silva uma celebrada garrafa de vinho, já devidamente paga por Pix pelo destinatário, no valor de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Percebendo o erro, mas dominado pela vontade de degustar a bebida, Antônio confirmou falsamente ser ele o autor encomenda, dando ainda como correto o endereço, o que fez com que a garrafa fosse, em seguida, a ele voluntariamente entregue, sendo consumida por Antônio antes do engano ser percebido pela loja vendedora do produto e por seu funcionário.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio responderá por furto qualificado pela fraude.**
- b) Antônio responderá por crime de estelionato.**
- c) Antônio responderá por crime de apropriação indébita simples.**

d) Antônio responderá por apropriação indébita de coisa alheia havida por erro.

e) Antônio responderá por furto qualificado pela destreza.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de estelionato.

A alternativa A está incorreta. O crime de furto qualificado pela fraude (art. 155, §4º, II, do Código Penal) ocorre quando o agente emprega algum tipo de artifício ou fraude para subtrair coisa alheia. No caso, Antônio não subtraiu o vinho por meio de fraude com o objetivo de furtar diretamente, mas sim por meio de engano (falsa identidade), o que caracteriza o crime de estelionato.

A alternativa B está correta. O crime de estelionato (art. 171 do Código Penal) ocorre quando alguém obtém vantagem ilícita induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Antônio enganou o entregador ao se passar pelo comprador legítimo, induzindo-o ao erro e obtendo o vinho indevidamente, o que configura estelionato.

A alternativa C está incorreta. O crime de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal) ocorre quando alguém, após receber legitimamente a posse de um bem, decide se apropriar dele indevidamente. No caso, Antônio não recebeu a posse legítima da garrafa de vinho, mas sim a obteve por meio de fraude, o que caracteriza estelionato, e não apropriação indébita.

A alternativa D está incorreta. A figura de apropriação indébita de coisa alheia havida por erro (art. 169, II, do Código Penal) se aplica quando alguém recebe algo por erro e, em vez de devolver, decide se apropriar. Aqui, Antônio não recebeu o vinho por mero erro, mas enganou conscientemente o entregador, o que caracteriza o crime de estelionato.

A alternativa E está incorreta. O furto qualificado pela destreza (art. 155, §4º, II, do Código Penal) ocorre quando a subtração de bens é feita com habilidade excepcional para evitar a vigilância da vítima. O caso narrado envolve fraude e engano, não destreza, o que configura estelionato e não furto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 80. Segundo a teoria geral do crime, assinale a afirmativa correta.

a) Os crimes de dano são aqueles que demandam a comprovação da ameaça de lesão ao bem jurídico protegido.

b) Os crimes de mera conduta são consumados no momento da produção do resultado expressamente contido na descrição típica.

c) Os crimes de perigo concreto são aqueles que demandam a comprovação da ofensa material ao bem jurídico tutelado.

d) Os crimes materiais são aqueles em que o tipo penal descreve a conduta e o resultado, mas não exige a ocorrência deste último para fins de consumação.

e) Os crimes formais se consumam antes da ocorrência do resultado naturalístico previsto na descrição típica, sendo, por essa razão, também chamados de crimes de consumação antecipada.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata sobre teoria geral do crime.

A alternativa A está incorreta. Os crimes de dano exigem a efetiva lesão ou dano ao bem jurídico protegido, e não apenas a ameaça de lesão. Um exemplo é o crime de furto, que só se consuma com a subtração da coisa alheia.

A alternativa B está incorreta. Os crimes de mera conduta são aqueles em que o tipo penal descreve apenas a conduta, sem exigir um resultado específico para a consumação do crime. Um exemplo é o crime de invasão de domicílio, que se consuma com a mera entrada não autorizada, independentemente de qualquer resultado adicional.

A alternativa C está incorreta. Os crimes de perigo concreto não exigem a ofensa material ao bem jurídico, mas sim a comprovação de que houve uma situação real de perigo para o bem jurídico. Um exemplo é o crime de dirigir embriagado, que se consuma com a criação de um risco concreto à segurança no trânsito, sem necessidade de efetiva lesão.

A alternativa D está incorreta. Nos crimes materiais, o tipo penal exige tanto a conduta quanto a produção de um resultado específico para a consumação do crime. Um exemplo é o homicídio, que só se consuma com a morte da vítima.

A alternativa E está correta. Nos crimes formais, a consumação ocorre independentemente da produção do resultado naturalístico previsto no tipo penal. A conduta descrita no tipo já é suficiente para a consumação do crime, mesmo que o resultado não ocorra. Por essa razão, também são chamados de crimes de consumação antecipada. Um exemplo é o crime de extorsão mediante ameaça, que se consuma com a prática da ameaça, ainda que o resultado pretendido (a obtenção da vantagem indevida) não ocorra.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](#) / [yasminushara](#)